

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

DESEMPREGO E MALABARISMOS CULTURAIS

VALENA RIBEIRO GARCIA RAMOS

Niterói
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

DESEMPREGO E MALABARISMOS CULTURAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Vínculos Temáticos

Linha de Pesquisa do Orientador: Desigualdades Sócio-econômicas, Transposições Mediadas e Fronteiras Culturais.

Projeto do Orientador: O legado da Pobreza e a Inserção Geracional.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Delma Pessanha Neves

Niterói
2004

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Delma Pessanha Neves.
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Lygia Segala
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Myriam M. Lins de Barros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Bárbara H. K.M. França
Universidade Federal Fluminense

Prof.^o Dr.^o Ari de Abreu Silva
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo compreender o sistema de produção de significações atribuídas às atividades pedagógicas e às relações sociais objetivadas no Centro Juvenil Oratório Diário Mamã Margarida - CEJOMM. Trata-se de uma instituição, afiliada ao sistema de educação salesiano, que se apresenta como uma das mediadoras do processo de inserção social de crianças e jovens qualificados e reconhecidos como em situação de risco social. Ressaltei as referências fundamentais à constituição do sistema pedagógico de educação salesiano e o lugar atribuído ao CEJOMM na hierarquia das unidades componentes deste sistema. Depois, analisei o termo classificatório jovem em situação de risco social, a fim de entender quais são os atribuídos a ele imputados e de que forma orienta as ações dos agentes sociais vinculados ao campo da assistência filantrópica. Por fim, analiso o sentido dado às atividades institucionais e às formas de internalização dos valores institucionais pelos usuários, bem como os diversos itinerários que permitem o acesso à posição de educador social do CEJOMM.

Palavras-Chave: Jovem em situação de risco social, inserção social, filantropia.

ABSTRACT

The purpose of this material is to fully comprehend the "meanings production system" related to pedagogical activities and social relations dealt in CEJOMM. This institution is a member of the Salesiano's Education System and presents itself as one of the intermediaries in the process of social insertion of qualified children and youngsters known to be in the *situation of social risk*. I have highlighted the fundamental references to the constitution of the Salesiano's pedagogical system and the CEJOMM's place in the hierarchy of the units composing this system. Then I have analysed the classificatory term *youngster in situation of social risk* so that I could understand which are the characteristics attributed to him and in what way they could direct the actions of the social agents working in the field of philanthropic assistance. Finally I analyse the meaning given to the institutional activities and the ways to the internalisation of institutional values by the users as well as the various itineraries which lead to the position of a social educator of CEJOMM.

Key Words: meanings production system; youngsters of social risk, philanthropic assistance.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de fazer um agradecimento especial à minha professora orientadora Delma Pessanha Neves pela dedicação, compreensão, paciência e competência, que foram sempre as suas qualidades marcantes, desde o momento em que iniciei a pesquisa, ainda no final da graduação, até o término do texto da dissertação de Mestrado. Agradeço também pelas palavras de entusiasmo, amizade e conforto durante as dificuldades pelas quais atravessei para a elaboração final do texto.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, em especial aqueles com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas, que muito contribuíram para a minha formação profissional.

Aos funcionários do Programa e da universidade, que proporcionaram também as bases para que pudesse cumprir as exigências burocráticas e formais inerentes à estada no mestrado.

Ao CNPq, agradeço o apoio fundamental realizado através da concessão de bolsa de estudo para a realização do Mestrado.

Aos meus amigos e companheiros mestrados e do projeto de pesquisa: Ana Maria, Alessandra, Ângela, Arlete, Gil, Lysia e Rosângela. Em especial, os meus agradecimentos vão aos amigos do projeto de pesquisa “O legado da Pobreza e a Inserção Geracional” pelas “trocas de figurinhas” e pelo convívio sempre agradável.

Aos profissionais e às crianças do CEJOMM que me receberam muito bem e sempre se mostraram dispostos a conceder entrevistas e informações, sem as quais essa pesquisa não seria possível.

Ao meu pai, à minha mãe (em memória), às minhas irmãs e aos meus amigos íntimos, que entenderam os momentos de ausência, que torceram e me deram apoio para que pudesse concluir o curso.

À todos, o meu profundo agradecimento.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	1
2	Juventude, Profissionalização e Solidariedade.	13
2.1	O Imprensalê	16
3	Pedagogias e Educadores para os Pobres	34
4	O Projeto Pedagógico do CEJOMM e o de D. Bosco.	49
4.1	As Atividades Institucionais.....	59
4.1.1	As Oficinas	59
4.1.2	Lanche	60
4.1.3	Recreação	61
4.1.4	CESAM - Centro Salesiano do Menor Trabalhador.....	62
4.2	A Inviabilidade da Pedagogia para o Trabalho e a Redefinição do Lúdico.	63
4.3	A Reprodução Material e Social da Instituição.....	65
4.4	A Conquista da Posição de Usuário	67
5	Os Educadores Sociais e a Redimensão das Situações de Risco.....	72
5.1	O CEJOMM e os seus Educadores.....	73
5.1.1	O educador Pobre que Educa os Filhos dos Pobres	77
5.1.1.1	Quatro histórias para a nossa reflexão.....	77
5.1.1.2	A Organização Familiar.....	86
5.1.1.3	O Projeto de Imigração.....	91
5.1.1.4	A Inserção Ocupacional – A Ausência de Oportunidades e a Busca por Algo Melhor.	93
5.1.1.5	As Mediações Sociais – O Educador e o Trampolim.....	98
5.1.1.6	O Voluntariado Filantrópico e a Busca pela Profissionalização. ...	100
5.1.2	Educador Social – Um Lugar para Esportistas e Artistas.....	104
5.1.3	Os Portadores de Diploma Universitário.....	106
5.2	As Diferenças Sociais – A luta pela Imposição de Uma Representação Coletiva Sobre o Educador Social.....	110
6	Considerações Finais.....	113
7	Bibliografia	124

1 INTRODUÇÃO

O presente texto representa resultados parciais de uma pesquisa, cujo objetivo fora compreender a construção da legitimidade e do reconhecimento da prática social objetivada na Instituição Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida - CEJOMM. Afiliada ao sistema salesiano, ela é apresentada como uma das mediadoras do processo de inserção social de crianças e jovens (entre 8 e 15 anos) que vêm sendo qualificados como em *situação de risco social*. Analisando a estrutura organizativa e os significados que lhe são atribuídos, compreendendo as referências que orientam a construção de relações sociais entre agentes institucionais e usuários (pais e principalmente filhos), focalizarei algumas das questões significativas para a prática institucional. Alterando ou reafirmando padrões de organização e de relacionamento institucional, celebrados como eficazes na gestão das relações intergeracionais, agentes institucionais e usuários¹ comungam da idéia de que seu trabalho missionário/educativo é salvacionista para os pobres, razão pela qual eles devem ser objeto de sistemático investimento moralizante. O termo *jovem em situação de risco* aparece como contraposto referenciador de uma pedagogia destinada à educação dos jovens. A sua eficácia é inquestionável porque é definida como ação preventiva à adesão de crianças e jovens ao mundo da criminalidade e às práticas sociais valorizadas como atos de violência.

O investimento que me proponho apresentar constitui um dos desdobramentos do trabalho de pesquisa que realizei durante os meses de maio a outubro de 2001, naquela instituição, e que resultou na elaboração da minha monografia de bacharelado em ciências sociais, na Universidade Federal Fluminense/UFF. Mas ele é antes de tudo um dos resultados do projeto coletivo de pesquisa “O campo Institucional da Caridade – Transmissão de Patrimônio Cultural sob Exclusão”, cuja elaboração e coordenação estão a cargo da professora Delma Pessanha Neves. Atualmente, na qualidade de aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, apresento os resultados do aprofundamento do estudo daquela proposição, assegurado por minha reinserção em

¹ Os termos usuários, beneficiários e educandos serão usados como sinônimos para designar as crianças e os adolescentes, entre 8 e 15 anos, que são usuários da instituição Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida.

trabalho de campo, durante os meses de abril a setembro de 2003, tendo em vista a elaboração da dissertação de mestrado em Antropologia.

Considerando que as relações sociais entre o pesquisador e os pesquisados já haviam sido contextualmente definidas no primeiro momento da pesquisa, o meu retorno ao campo foi bastante facilitado, sendo mesmo estimulado e apoiado pela nova diretoria institucional. De qualquer forma, a compreensão acerca das impressões que causei e daquelas com as quais os entrevistados aceitaram participar desta relação de pesquisa, bases das reflexões aqui consideradas, devem merecer explicitação. Ela se configura ponto fundamental ao entendimento das inerentes inferências e interferências que são subliminares às reflexões e, por conseguinte, ao texto que exponho (cf BERREMAN, 1990).

A minha entrada no campo não foi marcada por dificuldades ou mesmo por alguma resistência entre meus interlocutores. Considero que cheguei àquilo que Berreman, no texto anteriormente referido, define como aceitação do pesquisador como um confidente neutro; ou seja, quando ele consegue ultrapassar as barreiras da representação exterior ou oficial que os sujeitos buscam veicular sobre eles mesmos, permitindo a entrada do pesquisador nas esferas mais íntimas de suas vidas particulares.

É claro! Não alcancei a mesma confiança e intimidade com todos os educadores ou crianças e jovens usuários. Há uma dimensão subjetiva que perpassa a interação entre pesquisador e pesquisado e, por isso, as relações de afetividade estabelecidas no campo não acontecem da mesma forma e intensidade entre as pessoas que dele participam. Muitas são as afinidades, como idade, posição social, gosto, que aproximam as pessoas, especialmente num primeiro contato. Todavia, cabe ao pesquisador não se deixar levar apenas pelas primeiras impressões, no sentido mútuo, durante a pesquisa. Com alguns dos educadores, categoria que qualifica os profissionais que se ocupam de colocar em prática o projeto pedagógico institucional e que será objeto de análise neste texto, estabeleci relações de amizade. Com alguns deles, cheguei a frequentar suas casas, a compartilhar das expressões de suas angústias, alegrias e mesmo da verbalização de seus projetos pessoais. Este relacionamento foi em grande parte possível por ter valorizado, nas entrevistas, a construção do olhar retrospectivo sobre suas experiências de vida, isto é, por ter estimulado os entrevistados a construir uma

trajetória de vida². Por essa proposição, os entrevistados procuravam coadunar as justificativas das decisões passadas com a atual inserção institucional e com a posição social aí ocupada. Apresentando-se como educadores, adiantavam-se como modelos e referências ao padrão de comportamento desejado para os educandos ou usuários institucionais. Em correspondência e reciprocidade, também eles, da mesma maneira, foram interlocutores no meu exercício de construção de uma imagem correspondente às necessidades do relacionamento subjacente ao exercício da pesquisa.

Com relação aos usuários ou educandos (crianças e jovens), os relacionamentos foram estabelecidos apenas no espaço institucional. Mas não foram poucas as vezes que eles me testaram, para ver até que ponto eu encobriria as suas atitudes, neste contexto, reprováveis. Esta cumplicidade foi fundamental para que eu pudesse compartilhar um pouco do universo deles. Acredito que o papel que me atribuíam variava de acordo com a situação e o contexto social. Ora exigiam que eu tivesse uma postura próxima à de uma educadora; ora contavam com a minha confiança, para não delatar as suas atitudes e seus comportamentos considerados inadequados. Nos momentos da recreação, em que eles brincavam mais livremente, sem estar submetidos à orientação de um educador, era comum que brigassem por causa do desrespeito às regras das brincadeiras, por exemplo: furar a fila e pular a vez do outro, ou mesmo impedir um dos colegas de brincar. A força física, as diversas formas de ameaça e a utilização das relações de prestígio e de amizade eram constantemente valorizadas por eles para garantir a infração das regras; ou também para manter o respeito a elas. E um dos recursos utilizados com certa frequência era se valer da minha presença como um meio de garantir o cumprimento das regras, inibindo, portanto, aqueles que queriam “se dar bem”. Eles então, nesses contextos, atribuíam-me a função de mediadora, para relativizar o jogo de forças que se exprimia em conflitos e brigas. E se decepionavam, caso eu não os levasse a alcançar uma solução. Embora eu tentasse fazer com que o grupo sozinho viesse a decidir a melhor forma de solucionar a briga, tal atitude não era valorizada. Eles sempre esperavam de mim uma postura mais enfática e uma autoridade mais convicta. Nos momentos em que um educador saía da sala para resolver algum outro assunto, sobre mim faziam recair a autoridade a ele atribuída, reivindicando punição para quem não se comportasse de maneira adequada. Diante do “mau”

² A trajetória de vida dos educadores sociais do CEJOMM será abordada no quinto capítulo desta dissertação.

comportamento de alguns deles, os outros delatavam o colega e exigiam de mim uma atitude repressiva. Não havendo outro jeito senão me valer provisoriamente de tal papel, mesmo que pouco convicta, as resoluções eram insatisfatórias. Não usava o recurso tão comum entre os educadores, de ameaçar levar para o julgamento do coordenador, e sempre buscava advertir ao acusado “bagunceiro” de que o educador não aliviará a “barra” dele.

A condição de aluna da Universidade e de orientanda referenciada a uma professora, diante da qual apresentava meu trabalho, sempre fora por mim enfatizada, desde o primeiro momento da pesquisa. Desse modo, procurei construir com eles alguma equivalência posicional.

Portanto, tive que assumir posições diversas para construir as relações inerentes à pesquisa. Com os educadores coloquei-me como amiga e com os educandos tive que me cuidar para não ser desmoralizada diante da autoridade e da capacidade de arbitrar e decidir, que eles atribuem aos adultos. Mas também tive que manter a distância necessária para compreender os valores e as regras referenciais de seus universos sociais, tão importantes para se contrapor aos princípios que organizam a prática pedagógica. De um lado não podia assumir o sistema acusatório e punitivo que desqualifica alguns como bagunceiros e impostores. Por outro, devia entender como eles participam desse jogo de forças e, ao mesmo tempo, legitimam estas formas mais imediatas de imposição de vontade e poder, mesmo que legitimadas para algumas posições, como era o caso daquela em que me viam.

Berreman (1990) afirma que a identificação social atribuída ao pesquisador pelo grupo estudado pode trazer tantos benefícios quanto limitar o acesso a certas informações. O ato de identificá-lo é sempre uma tentativa de enquadrá-lo dentro dos termos familiares ao grupo. E, assim, também interferir na construção de impressões que o pesquisador deve dar de si mesmo.

Foram muitas as nuances que marcaram o processo de construção das impressões com que gostaria de ser identificada frente ao grupo. O meu primeiro contato com a coordenação da instituição foi intermediado por uma das educadoras, que, por ventura, era prima de uma amiga da faculdade de ciências sociais na UFF. Essa intermediação, de certa forma, me favoreceu, porque essa educadora tinha um certo prestígio junto à coordenadora. E mais, quando a subcoordenadora descobriu que o marido dela era meu colega de faculdade de ciências sociais da UFF, eu superei a condição de estranha ao grupo, em termos das funções ali esperadas.

A entrada no campo através de um intermediário sempre é um risco inevitável que o pesquisador atravessa, na medida em que não se sabe, de antemão, quais são as afinidades, alianças e o crédito de que ele poderá vir a gozar frente aos demais. Ao longo da pesquisa, percebi que ter sido apresentada como uma amiga dessa educadora não me fechou a possibilidade de comunicação e de contato com a coordenação e os com outros educadores.

Não posso deixar de ressaltar que tentei a possibilidade de construir a mediação para entrada em trabalho de campo pela ex-coordenadora da instituição. Entretanto, tal alternativa foi descartada depois de inúmeras tentativas frustradas de encontrá-la. Se acaso construísse o relacionamento através da ex-coordenadora, talvez algumas dificuldades se configurassem em minha relação com a atual coordenação. A ex-coordenadora, em vigência no momento do primeiro trabalho de campo, para efeitos de elaboração da monografia do curso de graduação em ciências sociais, idealizou um projeto de reformulação pedagógica, que foi marcado por uma ferrenha contraposição ao perfil da antiga gestão, posteriormente avaliado como pivô de muitos conflitos com os educadores de então. Mas a desqualificação dessa antiga gestão não afetou a autoridade pedagógica e a reputação que a ex-coordenadora possuía junto aos funcionários e diretores da instituição. Estes atributos são dessa forma legitimados porque eles correspondem ao modelo de trajetória valorizada para educadores e, quiçá, se alcançam a posição de coordenadores. A ex-coordenadora percorreu o itinerário da posição de voluntária, após educadora e, depois, investimento nem sempre vitorioso, de coordenadora da obra e conselheira tutelar do município de Niterói. Essa trajetória não é vanglória apenas para a educadora, mas também para a instituição que, base das ações e do apoio prático à ex-coordenadora, obtém reconhecimento no universo institucional externo a ela própria e, de cujas relações recíprocas, alcança legitimidade e prestígio. Portanto, orgulhar-se da trajetória da ex-coordenadora o é também do vínculo institucional com o CEJOMM e das alternativas de mobilidade que tal afiliação pode vir a proporcionar. A atual posição de conselheira tutelar não só traz prestígio ao CEJOMM no jogo de concorrência e de disputa pelo reconhecimento no campo da filantropia social e da pedagogia, mas também é vista como alternativa para inserção dos assim pressupostos *excluídos* ou *sob risco social*. Este prestígio pode vir a facilitar a mobilidade de todos os outros educadores que obtêm reconhecimento de um saber-fazer especial, se em exercício desta prática junto a instituições desse mesmo campo social.

Os educadores sociais sempre me receberam muito bem, fazendo questão de me apresentar o trabalho que desenvolviam nas oficinas. Mas não parava por aí. Os objetivos e as intenções da instituição social eram constantemente mencionados, com se estivessem fazendo uma propaganda. Elaboravam conjuntamente uma imagem sobre os usuários, que, no decorrer da pesquisa, pude perceber que correspondia a um discurso coletivo.

Eles apresentavam o trabalho das oficinas que coordenavam com um projeto pessoal, resultado de um forte investimento e empreendimento, que cada um deles construía, através da constante mobilização de recursos e apoios das redes de relações pessoais. O valor das verbas a serem liberadas para redistribuição depende do sucesso de cada educador, nesse mesmo jogo de concorrência e disputa, por maior prestígio junto à coordenação e, principalmente, à direção. Falar de suas realizações é assim questão fundamental ao exercício do papel. A divulgação da instituição e do trabalho deles é um meio de criar uma rede de colaboradores e doadores que, de alguma forma, suprem a complementação de recursos básicos. E, ao mesmo tempo, revela a intenção deles em mostrar a importância da ação que desenvolvem no CEJOMM.

Esse padrão de comportamento dos educadores reflete as ambigüidades e as ambivalências da posição ocupacional no campo dessa pedagogia alternativa, fundada em ações duplamente conformadoras da atividade militante e profissional. A definição da função em termos de uma militância é um valor importante para constituição do *ethos* desse profissional em busca de reconhecimento social e dos códigos de pertencimento ao quadro institucional em apreço.

Os educadores do CEJOMM possuem uma longa inserção no movimento militante católico, e encaram as suas atividades profissionais como missão salvacionista. As relações sociais constitutivas deste universo de trabalho não assumem os mesmos valores que as relações de trabalho orientadas por princípios de troca capitalista. São os valores concernentes ao altruísmo, à fé e à justiça que nutrem e atribuem um certo sentido às suas ações. Neste caso, a prática do convencimento acerca da importância da caridade e da doação sem exigência de retribuição assume significado importante neste contexto.

Por esse motivo, a minha entrada no campo só fora facilitada quando me deixei levar por certa identificação como trabalhadora voluntária, mediante exercício de pequenas tarefas e colaborações, para assim me colocar sob o manto da lógica das relações sociais constitutivas daquele espaço institucional. Como voluntária eu teria

assim uma moeda de troca valorizada dentro do sistema de valores da instituição, isto é, a dedicação do tempo e do afeto aos *mais necessitados*.

Nessa modalidade de instituição filantrópica, prestadora de serviços complementares para gerir meios de inserção de jovens considerados *em situação de risco*, forma desqualificante de reconhecimento das carências materiais e de quadros institucionais, é comum a inclusão do pesquisador como colaborador voluntário. Outros pesquisadores vinculados ao mesmo projeto de pesquisa, em outras instituições congêneres, tiveram que aceitar a demanda de contribuição imediata em reforço escolar ou atividades de lazer (cf GREGÓRIO 2002)³, ou foram peremptoriamente impedidos de continuar a pesquisa porque não foram assim incorporados (cf GURGEL 2002).⁴

Quanto a mim, não só tive que participar das atividades oferecidas aos usuários, como fui, por duas vezes durante o trabalho de campo, citada em jornais de circulação interna, quando a reportagem focalizava a importância do voluntariado:

“Escolhido como o Ano Internacional do Voluntariado, 2001 traz a proposta de que cada cidadão se doe a alguém ou a alguma causa. Nos Estados Unidos, cerca de 25 milhões de americanos dedicam pelo menos, cinco horas do seu tempo, por semana, ao próximo. No Brasil, ainda estamos engatinhando, porém sempre é hora para começar. Além de Denise, também são voluntários, no Oratório Diário: a artista plástica Idalina Mercante (desenho), Maria Pérola (matemática), Ricardo (silk screen), Solange (oficina de leituras), Ana Paula (educadora), Valena (pesquisadora da UFF), além de tantos outros profissionais que trabalham, voluntariamente, no Oratório Festivo que acontece todos os domingos. Eles são "gente" que faz e bons exemplos a serem seguidos. Estamos de olho em vocês!!! ...".(Imprensalê, Editorial, Ano II, junho de 2001:7)”

³ Ao estudar a Associação Metodista de Ação Social - AMAS, instituição de afiliação à religião protestante, Gregório (2002) teve a realização dos objetivos de sua pesquisa secundarizados aos interesses institucionais. Os agentes da AMAS, por se valerem predominantemente do trabalho voluntário para a execução das suas atividades, investiam incessantemente na adesão de novos adeptos. Na medida em que esse tipo de trabalho pressupõe o enquadramento nos valores morais da instituição, a posição de trabalhador voluntário só fazia sentido a partir da conversão ao credo religioso. Desta maneira, a pesquisadora precisou se submeter, inúmeras vezes, à prática de atividades religiosas, como os cultos para jovem, como condição para realizar as entrevistas com os integrantes da AMAS. Além disso, foi convidada a orientar aulas de reforço escolar junto às crianças.

⁴ Após iniciar o trabalho de campo, no Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa CEJOP, Gurgel (2002) foi, em pouco tempo, impedida de continuar a pesquisa. Depois de ter sido vista entrevistando um trabalhador voluntário da casa, a diretora alegou que não seria mais permitida a permanência da pesquisadora no local. O motivo foi o fato dela não contribuir financeiramente para a instituição e, além disso, ainda “atrapalhar” o funcionamento da entidade.

“O voluntariado deve ser capaz de promover o outro, capacitando-o a ser um agente transformador.

O Centro Juvenil incentiva o 3º setor em seu espaço e parabeniza a todos os voluntários que estão conosco: Denise (tecelagem), Maria Pérola (matemática), Ricardo (silk screen); Idalina (desenho), Ana Paula (educadora), Solange (parceira da oficina leituras e gostosuras) e Valena (pesquisadora da UFF).” (Momentos CEJOMM, AnoII, Maio de 2001; 4)

Além disso, como o voluntariado⁵ se constitui em um valor fundamental nesse espaço institucional, também recebi um convite da coordenadora para participar de um projeto social no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba. Tratava-se do exercício de atividades teatrais voltadas para a ressocialização dos internos do hospital e a abertura de comunicação com os moradores da comunidade envolvente. Deixando-me então levar pela proposta e pela construção de rede de relações, aceitei o convite. Participei como voluntária, arriscando-me, em alguns momentos ao papel de atriz, no contexto desse projeto. Fiquei integrada a ele durante todo o tempo em que estive no trabalho de campo.

O motivo da minha ida constante à instituição sempre fora uma questão intrigante. Insistentemente tive que esclarecer diversas indagações. Por mais que fosse inevitável a identificação de voluntária, não procurei esconder as minhas reais intenções, posto que uma atitude contrária seria no mínimo antiética. Mas o fato é que acabei aceitando tal atribuição, na medida em que me propunha a ajudar no que fosse preciso. Acreditava que, participar das atividades rotineiras, era uma maneira de me entrosar o mais rápido com os funcionários e usuários da instituição. Acabei adotando com frequência esse comportamento de me oferecer como ajudante, já que não me causou dificuldades no trabalho de campo. O que poderia ser bem diferente, se acaso os agentes institucionais atribuíssem a mim o papel de suprir as suas faltas. Sob este papel, não usufruiria da liberdade de circular ao bel prazer, nos espaços onde eram realizadas as atividades com os usuários. Isto é, talvez não pudesse decidir onde ficar ou escolher

⁵ Conforme as observações de Neves, em seus sucessivos investimentos teóricos sobre essa temática, o trabalho voluntário é uma ação social que pode se apresentar sob várias formas. Ele se mostrou um fenômeno adaptável a diferentes contextos históricos, mudando de acordo com valores e projeções de investimentos que visavam uma nova ordenação social. Mas, em qualquer contexto, esse tipo de trabalho apresenta um cunho político e utópico fundamental, ao desejar modificar as relações e os processos sociais. Houve uma redefinição e expansão desse tipo de trabalho a partir da década de oitenta, a ponto de se difundir sobre diferentes temas e reconhecidos problemas sociais. Em se tratando do voluntariado filantrópico e reformista, embora tenha sido amplamente condenado pelos representantes de projetos ditos revolucionários, ele ressurge neste período, consagrando-se e legitimando-se. (cf NEVES 2001,2001a,2002 e 2003).

sobre os lugares que julgava mais oportuno para estabelecer uma comunicação e uma sociabilidade mais intensa com as pessoas. Essa identificação de colaboradora eventual não foi um risco para as intenções da minha pesquisa, porque o CEJOMM tem um corpo de funcionários e não depende de voluntários para a realização das suas atividades básicas. Além disso, conta com um sistema de ajuda mútua entre os educadores, caso haja necessidade de suprir a falta que, por ventura, possa ocorrer de um deles. A coordenação costuma distribuir os alunos do educador faltoso entre as outras oficinas. Tal fato demonstra que os voluntários não possuem um papel essencial na realização das atividades rotineiras da instituição. Por isso, no cotidiano, rara é a presença deles. Os educadores e os usuários têm a consciência de que os voluntários são inconstantes e permanecem por pouco tempo na instituição.

No primeiro período do trabalho de campo, observei algumas atividades da instituição, como as oficinas, a oferta do lanche, a recreação, as atividades extras curriculares e as festas. A minha presença nas festas e atividades extras curriculares era constantemente cobrada por todos, mas só pude comparecer a algumas delas. Mesmo como a minha ausência em algumas dessas festas, era comum os educadores se referirem com se eu estivesse presente. Às vezes, acontecia o contrário: eles me contavam certos episódios que eu tinha presenciado, porque esqueciam que estava lá. Desta maneira, pude também perceber como eles interpretavam e vivenciavam os fatos e as situações extraordinárias e corriqueiras.

Além da obtenção dos dados através de entrevista e observação direta, coletei informações a partir de alguns exemplares do jornal de divulgação e algumas publicações sobre o método pedagógico adotado no CEJOMM. Com esse material então, delimitei o objeto de análise: o sistema de produção de significações atribuídas às atividades pedagógicas e às relações sociais objetivadas na instituição, considerando o fato de ela se singularizar pelo trabalho de salvação de jovens *em situação de risco* e pelo reconhecimento e constituição da categoria profissional de educador social.

No tocante aos métodos de obtenção de informações junto aos educadores, valorizei o estudo de trajetória social, de modo a melhor compreender o percurso de posições que são prévias à função e à concepção de trabalho coletivamente construída por esse profissional. Parte dessas informações havia obtido, por ocasião do trabalho de campo, para elaboração da monografia, e, agora, foram complementadas com meu retorno à instituição, para efeitos da continuidade da pesquisa.

Neste segundo momento, dando continuidade às entrevistas com os educadores, foram realizadas treze entrevistas. Três delas com pessoas que ocuparam o cargo de coordenação, ao longo da existência do CEJOMM. Outras oito entrevistas foram realizadas com os educadores voltados para a atividade prática, tendo coberto assim todo o universo de pessoas que atualmente ocupam essa posição. Com relação às duas outras restantes, contei com a colaboração do porteiro e da servente, responsável pela limpeza da sede e do controle da adoção de comportamentos disciplinares pelos educandos.

As entrevistas abertas com os educadores só foram realizadas depois que já havia estabelecido um longo período de relacionamento com esses profissionais. Alguns consideravam-na desnecessária, uma vez que julgavam que eu já sabia muito sobre a experiência social deles e que nada mais tinham a acrescentar.

A opção por fazer a entrevista neste momento fundamentou-se na pressuposição de que, só neste contexto, tal como advertira Bourdieu (2003), poderia compreender as relações de autoridade e de poder constitutivas do grupo e reconstituídas no ato da entrevista. Para esse autor, a entrevista realizada após a construção de relações de confiança entre pesquisador e pesquisado, oferece alternativas de tomada de consciência para o primeiro, não apenas das condições objetivas da realização de entrevistas e da adoção de instrumentos metodológicos, mas também de reflexão em ato e posteriormente, das histórias pessoais, dos pontos de vista, das linguagens, dos pensamentos e dos sentimentos dos entrevistados.

Embora os educadores não tivessem demonstrado muita resistência para participar do processo de pesquisa, as dificuldades surgiram com relação à disponibilidade de tempo. A maioria dos educadores se constitui de mulheres casadas e em fase de atenção direta aos filhos. Elas não possuíam muito tempo disponível diante da dupla jornada de trabalhadoras e donas de casa. Procurei realizar as entrevistas no período de férias, mas não foi possível fazer todas, devido ao pouco tempo de descanso. Então, algumas entrevistas foram realizadas na casa dos educadores e outras aconteceram durante a atividade de recreação, no CEJOMM. Assim, as entrevistas que aconteceram na instituição, foram feitas num tempo menor e sujeitas a interrupções.

A coordenação do CEJOMM apontou educadores com os quais eu teria dificuldade para conseguir realizar a entrevista, mas foram os que logo se prontificaram à participação. Os educadores assim distinguidos foram constantemente desqualificados no que tange aos investimentos para inscrição de mudanças no processo pedagógico.

Eram assim, talvez, desautorizados a falar ou lançados ao antecipado descrédito de suas opiniões.

A entrevista aberta fez um grande sucesso entre alguns educadores, porque abordara a história da família. Ela foi associada à prática da terapia individual. Esses educadores quiseram ter acesso à entrevista transcrita e se disseram emocionados ao falar sobre a família. Apenas uma entrevistada se mostrou muito preocupada, reivindicando anonimato. Mas, de qualquer forma, foram constantes as reclamações sobre o longo tempo de duração das conversas.

Martins (1993), comentando os modos de construção do relacionamento entre pesquisadores e pesquisados, acredita que aqueles costumam descartar, no grupo estudado, uma parcela significativa de indivíduos que são assim silenciados e calados. As crianças, os velhos, os subalternos e as mulheres são, por isso, recorrentemente excluídos do poder de fala, diante do jogo de poder e autoridade que envolve a relação entre pesquisador e pesquisado. Devendo entender o comportamento de crianças e jovens e lidando com certa dificuldade deles verbalizarem opiniões em conversas guiadas, tal como ocorre no modelo entrevista, procurei não negligenciar, na pesquisa de campo, a participação dos usuários do CEJOMM: crianças e jovens entre a faixa etária de 8 aos 15 anos. Ao logo do trabalho de campo, optei por construir uma relação social mais intensa com as pessoas, antes da realização das entrevistas. Infelizmente, apenas por falta de tempo, a abordagem com as crianças se tornou mais restrita. Valorizei as conversas informais que foram estabelecidas ao longo do meu convívio ou da minha socialização no universo da instituição.

O meu contato com os usuários ocorreu durante as atividades das oficinas e no período da recreação. Durante as oficinas, tive a oportunidade de estabelecer conversas mais longas e significativas com as crianças, já que elas procuravam um motivo para desviar a atenção do educador e das atividades propostas. Mas, ao mesmo tempo, era um espaço em que eu não podia incentivar esse tipo de comportamento, e deveria dar o exemplo, até mesmo em respeito àquilo que eles sinalizavam para marcar minha diferença: era mais velha e estava ali na condição de trabalhadora voluntária. Durante a recreação, as conversas com os educandos não duravam muito tempo e, às vezes, não conseguia completar um quadro completo de informações. Não tinha como concorrer com a vontade que tinham de brincar soltos. Então, muitas vezes participei das suas brincadeiras, como pular cordas e jogar futebol, “pim-bal” e bola. O entrosamento nas suas brincadeiras foi fácil porque eles achavam engraçado me ver brincando como eles.

Dispondo desses dados, como já destaquei, analisarei o sistema de produção de significados atribuídos às atividades pedagógicas e às relações sociais objetivadas na instituição, de forma a alcançar uma compreensão das referências que estimulam as relações entre agentes institucionais e usuários.

Todavia, neste texto de dissertação, lamentavelmente, por absoluta falta de tempo para concluir as análises, tive que omitir os dados referentes à minha experiência de pesquisa com as crianças e os jovens.

As compreensões por mim alcançadas estão, de qualquer forma, inseridas nas considerações e no olhar delimitado para valorizar dados e registros sobre o sistema salesiano de ensino, sobre o método adotado no Oratório Diário e sobre os modos diferenciados de constituição dos profissionais ali requeridos - os educadores.

Previ, tendo em vista a forma como as crianças e os jovens se relacionavam comigo, apresentar os dados no contexto do registro no diário de campo, retomado como pano de fundo para marcar as interrupções e as dificuldades de emissão de discursos sistemáticos sobre um tema ou uma questão.

Reconheço a incompletude da análise, pois que no próprio projeto da dissertação, reivindicava a importância da análise relacional entre educadores e educandos. Contudo, mantenho-me com o sentimento compensatório de que, nesses tempos em que a etnografia não é mais esperada como trabalho final do mestrado, não me abstive do aprendizado, mesmo que iniciante, do exercício da pesquisa etnográfica.

No capítulo primeiro, resalto as referências fundamentais à constituição do sistema salesiano de educação e o lugar atribuído ao CEJOMM, na hierarquia das unidades constitutivas do Sistema Salesiano.

No capítulo segundo, analiso as mutantes formas de classificação da juventude das camadas populares, no contexto integradas sob o rótulo desclassificatório da situação de risco, entretanto expressivo das mudanças no projeto pedagógico do CEJOMM e do processo de constituição da categoria profissional educador social.

No terceiro capítulo, apresento a instituição CEJOMM, considerando o sentido das suas atividades e rotinas e as formas de inculcação de valores pelos usuários.

Por fim, no quarto capítulo, analiso os diversos tipos de itinerários que subsistem à construção e ao acesso à posição de educador social, realçando o quanto eles devem aos valores e ao reconhecimento do trabalho missionário e voluntário.

2 JUVENTUDE, PROFISSIONALIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE.

Este capítulo tem por objetivo compreender a posição ocupada pelo Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida – CEJOMM no quadro das instituições constitutivas do Sistema Salesiano e, ao mesmo tempo, as relações estabelecidas entre as instituições que o compõem.

O CEJOMM é uma obra social integrada ao Sistema Salesiano de Educação Popular – SSEP, que está subordinado à Inspeção São João Bosco – ISJB. Essa inspeção representa a Congregação Salesiana no Brasil, abrangendo os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo, bem como o Distrito Federal. A ISJB é intitulada como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1947. Está localizada em Belo Horizonte e se organiza em sete sistemas diferentes, dentre eles:

- SSAF - Sistema Salesiano de Animação da Família;
- SSAP - Sistema Salesiano de Animação de Paróquias;
- SSCS - Sistema Salesiano de Comunicação Social;
- SSEE - Sistema Salesiano de Educação em Escola;
- SSF - Sistema Salesiano de Formação;
- SSOV - Sistema Salesiano de Orientação Vocacional; e
- SSEP - Sistema Salesiano de Educação Popular.

No plano ideal, o Sistema Salesiano de Educação Popular é composto por diversas obras sociais, como os Oratórios Festivos e Diários, os Centros Profissionalizantes, as instituições de atendimento ao adolescente com trajetória de rua, os Centros Salesianos do Menor Trabalhador (CESAM), os projetos de educação de base e os cursos supletivos. Em Niterói, esse sistema é formado pelo Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida, pelo Oratório Festivo Mamãe Margarida e pelo Pré-vestibular Comunitário Santa Rosa (Corujão).

O atual projeto pedagógico de ensino Salesiano está baseado nos princípios pedagógicos desenvolvidos por D. Bosco, para a criação do primeiro Oratório Festivo, ocorrido em Turim, na Itália em 1841, através do qual ele agregava crianças e jovens pobres para o exercício de atividades lúdicas aos domingos. De acordo com os registros

sobre a história de vida desse patrono, destaca-se que D. Bosco acreditava que os jovens prisioneiros, os meninos trabalhadores e os adolescentes que perambulavam pelas ruas das cidades não apenas necessitavam de um amigo que lhes amparassem em suas dificuldades materiais, mas também que lhes instruísem religiosamente e moralmente. Essa sensibilidade de enxergar os problemas dos menos abastados e mais necessitados é enfatizada como o sentimento que motivou D. Bosco a criar o Oratório Festivo. É o que ilustra a passagem a seguir:

“Nos momentos de folga que os estudos lhe deixavam, andava pelos bairros da cidade. Descobriu grande número de jovem de várias idades que vagavam por ruas e praças, especialmente pela periferia da cidade, jogando, brincando, falando palavrões. E viu também, como narra seu primeiro biógrafo, Pe João Batista Lemoyne, na monumental obra Memórias Biográfica de Dom Bosco:

Meninos de oito aos doze anos de idade, ainda carentes de cuidados e das carícias de uma mãe, longe de suas casas, trabalhando como ajudantes de pedreiro, passando o dia subindo e descendo andaimes inseguros, ao sol, ao vento, galgando íngremes escadas de madeiras carregados de cal, tijolos, sem outro auxílio educativo que grosseiras expressões, repreensões ou pancadas.

O choque decisivo veio das prisões. Fiquei horrorizado, escreveu mais tarde, ao ver grupos de jovens, de doze aos dezoito anos, com boa saúde, robustos, inteligentes, mas ociosos, picados por insetos, ávidos de pão espiritual e material. Faltava-lhes um amigo, pensava ele, um amigo de verdade que se interessasse por eles, que os acompanhassem e os instruísem na religião.”(PAULA, Pe. Antônio Pacheco de. Inspetoria São João Bosco – Salasianos e colaboradores realizando a missão do fundador, CESAP, 2003, 15-16)

Embora o projeto pedagógico original de D. Bosco seja referenciado por seus afiliados como um parâmetro universal capaz de ser adotado por todas instituições vinculadas à ISJB, ele se inscreve, de forma diferenciada, em cada conjunto de crianças, no processo de socialização. É o que se encontra em curso entre os indivíduos afiliados as instituições salesianas, tanto na condição de usuários quanto de prestadores de serviços. Os valores e as referências institucionais são imbuídos de atributos específicos, que só podem ser compreendidos como resultado de um investimento coletivo, construído em cada contexto e situação social.

O CEJOMM não está formalmente subordinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, já que está vinculado a sistemas diferenciados de educação da ISJB. Porém, entre ambos, estabelece-se uma relação de complementaridade e de subordinação, que estrutura a prestação de serviços educacionais, a começar pela localização do CEJOMM, que fica nas dependências do Colégio. Além disso, o colégio garante a

reprodução física e social do CEJOMM, na medida em que transfere certos instrumentos fundamentais à existência dele, como as doações de bens materiais e os recursos humanos que estruturam a realização de suas atividades pedagógicas.

Esse papel mantenedor só pode se concretizar por conta de um investimento, realizado pelos representantes institucionais desse projeto pedagógico, na fixação de certos valores sociais - a solidariedade, a generosidade, o altruísmo, a esperança no futuro, a fé em Deus e a cidadania. A reafirmação e a visibilidade atribuídas a tais valores, através do processo de socialização em curso entre os afiliados ao CEJOMM e ao Colégio, criam a sensibilidade para que os ex-alunos adotem certos tipos de comportamentos, atitudes e práticas.

Não é possível entender as estruturas significativas estruturantes das relações sociais instituídas entre os agentes institucionais e usuários do CEJOMM, apenas focalizando a dinâmica social nele existente. Ele se constrói neste “olhar” que corresponde a uma forma de comunicação entre segmentos situados desigualmente na sociedade. Por isso, em função dessas configurações que assumem a relação entre o Colégio Santa Rosa e o CEJOMM, tomarei o jornal de divulgação, elaborado por professores e alunos do colégio Salesiano Santa Rosa como unidade de análise.

Essa escolha se deve ao fato desse jornal se apresentar como a expressão de um corpo de conhecimento objetivado pela instituição em apreço. Ele prepara a percepção dos indivíduos para criar uma predisposição à sensibilidade e à compreensão daqueles valores como verdadeiros; o quer dizer que direciona os seus sujeitos por uma forma de pensar, ver e se situar no mundo. Permite também observar, nesta instituição, quais são as referências, os valores e os significados eleitos para o processo de construção de uma memória pública, de uma forma de distinção e de legitimidade.

Analisarei o jornal - Informativo do Colégio Salesiano Santa Rosa (Imprensalê). Trata-se de uma publicação mensal do Colégio Salesiano Santa Rosa, dirigida por Pe. Hélio C. da Silva, e por Ana Cláudia Condeixa de Araújo, jornalista responsável. Ele foi criado em 2000. Consta de oito páginas e tem uma tiragem de 5.000 exemplares. Ele se destina aos alunos, pais de alunos e profissionais do Colégio.

Os diretores do Imprensalê visam à produção de um saber a fim de reafirmar determinados princípios sustentadores do sistema cultural que orientam a prática dos indivíduos afiliados a essa instituição, tanto como usuários, quanto como prestadores de serviço. Em outras palavras, ele contribui para a fixação e a reafirmação de uma ética que se materializa em uma forma de viver e incutir modelo específico de pensamento.

A solidariedade, a juventude e o trabalho ou a profissionalização são as referências básicas que os formuladores do Imprensalê, insistentemente, abordaram nos exemplares. Esse jornal se apresenta como meio de internalização dessas referências básicas, capazes de inculcar um modelo de pensamento e orientar atitudes e comportamentos dos alunos (educandos) integrantes do projeto de socialização do Colégio Salesiano de Santa Rosa.

2.1 O Imprensalê

Os editoriais, enquanto espaço destinado a definir os propósitos e as intenções dos relatores do jornal, evidenciam a valorização dessas três referências que aparecem distribuídas nas matérias veiculadas pelo jornal. Neste caso, em primeiro lugar, focalizarei os editoriais, para então ver como as questões por eles destacadas serão abordadas ao longo dos exemplares considerados.

No primeiro editorial observado, a solidariedade não aparece apenas como uma idéia-valor transmitida, como aquilo que se convencionou nomear como um dos ensinamentos que D. Bosco deixou para as futuras gerações de jovens. Mas também é, constantemente, enfatizada a partir dos relatos de alguns eventos reconhecidos e identificados como atos solidários, por exemplo, o destaque concedido à visita dos alunos ao assentamento do MST em Capelinha, e retribuição da mesma pelos assentados ao colégio. Para além do simples relato de uma situação social, esse destaque sugere que se pretende não só incutir uma maneira de conceber o mundo e as relações sociais. Mas também demonstrar a realização de uma atividade pedagógica, cujo objetivo pretendido é mostrar a praticidade daqueles que são motivados pelo sentimento da solidariedade.

A solidariedade é abordada como um sentimento inspirador de uma prática caridosa voltada para os segmentos menos favorecidos da sociedade. Essa referência se afirma através da construção de “olhar” voltado para a comoção e o reconhecimento das desigualdades e dos problemas sociais.

Ela se constrói também em consonância não apenas como uma outra noção que é a de carência, mas também associada às concepções de cidadania e de caridade. A qualidade de uma atitude cidadã está no engajamento dos indivíduos em frentes de luta e de militância que, erigidas sob o princípio da caridade, visam reduzir as mazelas

sociais. Desta maneira, a idéia de caridade se articula ao princípio básico do “amor ao próximo”. Ambos, “caridade” e “amor ao próximo”, se relacionam com um conjunto de virtudes e predicados, como a fé, a esperança no futuro e a bondade.

Esse quadro de significados e referências sociais componentes do sistema de representações sociais inerentes ao projeto pedagógico opera para justificar e atribuir sentido à existência das instituições salesianas de educação. Ao mesmo tempo, focaliza as ações de sujeitos que correspondem a distintos papéis por eles assumidos.

O editorial a seguir imprime a importância dessas referências e desses significados como estruturas que operam como legitimadores das relações sociais entre os agentes sociais afiliados às instituições em apreço e das formas de intervenção por eles executada:

Se nos fosse pedido um resumo desta edição do Imprensalê, responderíamos que, neste número, tratamos do amor, da fé e da esperança no futuro (grifos meus). Diretamente, falamos do amor a Maria na festa em homenagem à Nossa Senhora Auxiliadora; da fé quando relatamos o empenho da equipe organizadora e da participação dos presentes; da esperança no futuro quando reportamos a ida de nossos alunos à Bienal e ao assentamento em Capelinha (grifos meus). Em outros pontos, falamos das mesmas coisas sob outros aspectos. Indiscutivelmente, a cidadania, tema trabalhado pelos alunos do segundo ano, é o que desejamos que cada um vivencie, misturando amor, fé e esperança num futuro melhor para nossos jovens e para nosso Brasil (grifos meus). (...) (Imprensalê, Editorial, Ano II, junho de 2001:2)

Nos editoriais seguintes, a celebração de datas de aniversário de patronos institucionais e a comemoração da inauguração do Colégio são apresentadas como temas merecedores de destaque nas edições que pretendem representar cada um desses editoriais.

Os relatores do jornal impressalê promovem a construção de uma memória pública das instituições de ensino criadas por D. Bosco e por seus posteriores seguidores, destacando principalmente a história do Colégio Santa Rosa. A história de D. Bosco é recorrentemente contada de modo a celebrar a imagem dele e aquilo que se convenciou chamar de seus ensinamentos.

Para Douglas (1998: 97-114), as instituições constroem a memória social e dirigem as individuais, canalizando a percepção humana para formas compatíveis com as relações autorizadas. Elas estabelecem processos dinâmicos que encobrem esta característica e suscitam dos indivíduos emoções padronizadas.

Essas repetições são meios para fixar nas memórias individuais, os princípios morais e religiosos constitutivos de sistemas religiosos, com ênfase no cristianismo, como, por exemplo, o altruísmo, a solidariedade, a fé, a esperança no futuro, a cidadania e a caridade. Ao mesmo tempo, elas se propõem atualizar o projeto educacional elaborado por D. Bosco, demonstrando a eficácia dessa proposta pedagógica para lidar com as demandas e preocupações públicas que são atuais na sociedade.

A resignificação deste projeto é também assegurada pela elaboração de genealogias de ex-alunos, especialmente daqueles que estão na condição de pais de alunos do colégio, que aderem ao estilo institucional e que ocupam posições de prestígio social.

A paternidade, o aniversário de Dom Bosco e a solidariedade são os temas de grande relevância nesta nova edição do Imprensalê (...)

Sabemos que a paternidade não é exclusividade de quem gerou. E, de uma forma especial, Dom Bosco, durante toda sua vida, não fez outra coisa senão buscar ser pai dos jovens, especialmente dos menos abastados (grifos meus). Um pai que acolheu, apoiou e valorizou. No mês de seu aniversário, é importante que celebremos esta sua vocação. Porque para ser pai é preciso vocação. E isto é visível através dos depoimentos dos pais que aqui estiveram dando os seus testemunhos. Emocionados e emocionando a todos, pais e filhos puderam trocar experiências, dividir conhecimentos. Por fim, falamos da solidariedade, através do lançamento da Campanha, das atitudes dos pais, da verdade Salesiana que Dom Bosco nos trouxe. (Imprensalê, Editorial, Ano II, agosto de 2001:2)

A proximidade das férias, a festa junina, a comemoração dos 120 anos do CSSR, o ENEM e a discussão sobre a violência, drogas e segurança são temas que você, caro leitor, encontrará no Imprensalê deste mês.

(...) Contudo, o debate sobre a violência, as drogas, a falta de segurança, que atinge todas as camadas sociais, vem destacando o papel da Educação na superação deste quadro, através da formação do cidadão pleno (grifos meus).

E pensando assim, concluímos que, a cada dia que passa, Dom Bosco se torna mais atual (grifos meus). Pois com sua simplicidade e poucos recursos, concebeu o seu modelo pedagógico, calcado, principalmente, na assistência presença. Orientar jovens através de valores, promovendo o esporte, a alegria e o protagonismo, vem sendo o movimento da educação contemporânea. Para nós apenas o exercício diário da salesianidade (grifos meus).

Viva Dom Bosco! ! (Imprensalê, Editorial, Ano IV, julho de 2003:2).

A construção de uma memória social se realiza a partir de uma seleção de fatos que serão postos em destaque e da submissão de outros aspectos ao esquecimento. Por ser direcionada pelo estilo de pensamento institucional, ela busca enfatizar uma forma

de viver e pensar específica, e estimular certas motivações e certos sentimentos que sirvam de sustentação para a visão individual. Desta maneira, a construção de memória pública é a forma mais próxima de chegar à forma de pensamento concebida neste quadro institucional (cf DOUGLAS: 1998).

Na reportagem “*Dom Bosco: Mestre, Pai e Amigo dos Jovens*”, resultado do investimento institucional realizado para a construção de uma memória social, é atribuído ao sistema de ensino de D. Bosco um caráter de universalidade. Por essa qualidade ecumênica, ele é apresentado como um modelo pedagógico que perdura 160 anos de existência, ainda capaz de mostrar uma eficácia para lidar com as demandas e os problemas atuais da sociedade, como, por exemplo, a questão da drogas e da violência.

Ele também é concebido com um corpo de conhecimentos, valores e referências que servem, ao mesmo tempo, para orientar o processo de aprendizagem de jovens oriundos de segmentos médios da sociedade. Mesmo que o sistema preventivo de D. Bosco tenha sido idealizado por ele para atender à juventude pobre.

“Dom Bosco: mestre, pai e amigo dos jovens”

Neste mês de agosto, mais precisamente no dia 16, comemoramos o 186º- aniversário de Dom Bosco. Com o firme propósito de formar "Bons cristãos e honestos cidadãos"(grifos meus), ele trabalhou uma vida inteira em busca da realização de sua missão. Muitas expressões, como "protagonismo juvenil", usadas hoje por alguns educadores com ares de novidade, para aqueles que conhecem a educação salesiana são velhas conhecidas (grifos meus). E, tudo isso, Dom Bosco iniciou ainda no Oratório de Turim, em 1841, aos 26 anos. Em 1846, fundou a Congregação Salesiana e, após sete anos, deu início às Escolas Profissionais com oficinas de alfaiate, encadernação, marcenaria, tipografia e mecânica. Sempre utilizando as tecnologias disponíveis na sua época, Dom Bosco preparava os meninos para o mercado de trabalho (grifos meus). No ano de sua morte, havia 14 escolas profissionais espalhadas pela Itália, França, Espanha e Argentina. Atualmente, são 18 mil Salesianos espalhados em 123 países dos 5 continentes. Aqui, no Brasil, como vocês já sabem, os Salesianos chegaram em 1883 e fundaram, em Niterói, a primeira casa, o nosso Colégio Santa Rosa.

Há mais de 100 anos, Dom Bosco já atribuía muita importância aos aspectos humanos e à condição histórica das pessoas: a liberdade, a preparação para a vida e para uma profissão. Contribuía para que o jovem assumisse responsabilidades civis, num clima de alegria e de generosidade em favor do próximo(grifos meus). (...) Em seu sistema preventivo, reuniu moderação e realismo, promovendo uma educação capaz de atrair os jovens tamanha a adequação e o seu envolvimento. Convicto de que o jovem, uma vez positivamente estimulado, poderá optar pela fé e pela honestidade, ele desenvolveu a "arte" de conquistar os seus corações(grifos meus). Em seu tempo, e ainda hoje, a pedagogia salesiana permite que os jovens cresçam,

fortalecendo sua liberdade interior, e, de uma forma crítica, questionem os condicionamentos do mundo exterior. Preparam-se adultos, através de uma sólida formação de caráter (grifos meus).

E mais do que isso, nosso querido patrono tornou-se pai, amigo e irmão de muitos jovens. Pai, quando precisavam olhar para o futuro; foi amigo e alguém que os amava e uma mão companheira, para ajudá-los em qualquer situação. E umas das saídas que encontrou, para educar e entreter os seus "filhos", foi a mágica, para brincar e alegrar a todos (grifos meus) (...) Hoje, em nossa escola, podemos encontrar meninos e meninas que vêm, na vida de Dom Bosco, muitos aspectos em que se espelham: a alegria, a música, a brincadeira, a oração são alguns deles. (Imprensalê, Editorial, Ano II, agosto de 2001:4).

A atribuição de um caráter universal ao método D. Bosco se sustenta quando na eleição de certas qualidades distintivas. Esse “jeito salesiano de educar” se distingue em função de imputar aos educadores salesianos uma vocação para ensinar aos jovens. Esta vocação não é explicada como uma qualidade inata ou concedida a certos indivíduos, mas que se constitui a partir de uma prática educativa, que é motivada pelo amor ao próximo, em especial aos jovens. A noção de altruísmo se associa à idéia de uma caridade, que é vista como a predisposição a amar os homens indistintamente, porque são todos filhos de Deus. Ao educador salesiano, portador dessa virtude especial, é imputada a missão de educar e evangelizar os jovens. Considerando que a sociedade ocidental atravessa uma crise moral, onde prevalecem os atos de desonestidade, violência e leviandade, o educador se vê sob o dever de orientar os jovens para a vida e para a construção de um projeto de futuro. Esses dois projetos significam ensinar aos jovens o caminho da honestidade, da generosidade e da fé e lhes auxiliar na escolha de uma profissão. Além disso, ao lúdico, consagra-se o papel de despertar o interesse dos jovens pela educação e pela evangelização.

Os valores e as referências norteadoras do projeto original proposto pelo método preventivo de D. Bosco, neste contexto de prestação de serviços aos segmentos médios da sociedade, ganham atributos e significados diferenciados. A profissionalização e a solidariedade, embora sejam referências básicas, não assumem a mesma forma de intervenção social prevista no CEJOMM. Aqui, através dos jornais, nota-se que o Colégio atualiza e reafirma constantemente a aplicabilidade desse modelo para a classe média.

O Imprensalê também busca reafirmar para os educandos e pais, a eficácia social do modelo pedagógico do Colégio, mostrando as posições de destaque que atualmente são ocupadas pelos ex-alunos, cujos filhos integram o processo de socialização em

curso nesta instituição. Mas, sobretudo, que esses pais consideram os valores morais e sociais dessa instituição importantes para melhor adequação social. Por essa reafirmação, ocorre um investimento na criação de genealogias de *salesianistas*, identidade que redimensiona o aluno condecorado com essa distinção.

Persona

O ex-aluno Luiz Arthur Horta Mendonça, 43 anos, casado e pai de duas filhas, ingressou no Santa Rosa em 1970, vindo do Instituto Maria Vinagre e completou o 2º grau, (...), em 1978, portanto há 25 anos. É formado em Direito pela UFF, onde trabalha desde 1983. Apaixonado pela filosofia de Dom Bosco, ele é vice-presidente da União Brasileira de Ex-alunos de Dom Bosco (EADB) Recentemente, homenageou o embaixador José Mauricio Bustani com medalha da Associação Mundial de ex-alunos (grifos meus).

Você tem uma ligação muito grande com a escola, isso é saudade ou é fruto do amor adquirido desde os tempos de aluno?

Sem dúvida é fruto de muito amor, adquirido desde a infância, que antecede ao meu ingresso como aluno. Nascido e criado nos arredores do Salesiano de Santa Rosa, desde pequeno convivo na paróquia, onde freqüentei a catequese e diversos movimentos juvenis. Portanto, quando vim estudar no Santa Rosa, já era "de casa" : O fascínio que o colégio exercia, e que ainda exerce sobre a comunidade local, é, sem dúvida, o reconhecimento de tudo o que aqui se realiza nas diversas frentes de atuação da Comunidade Educativa e Pastoral salesiana.

Depois que saiu do CSSR, você se dedicou à associação de ex-alunos, porquê?

Mesmo depois de deixar o CSSR, continuei ligado à vida da Comunidade Educativa Pastoral, seja pela paróquia ou pelo meu vínculo à Banda do colégio (grifos meus), por isso, acho que já me tornei parte dos "móveis e utensílios"; trocando a matrícula por um número de tombamento. Em 1983, durante as comemorações do centenário de fundação do CSSR, fui convidado pelo Pe. Pedro Falcone para, juntamente com outros ex-alunos e ex-alunas, reorganizar a União local que havia se desestruturado desde os anos 60/70. Encontrei, a partir daí, a melhor maneira de me manter ligado ao Santa Rosa (grifos meus).

Na sua opinião, qual o papel do ex-aluno para uma instituição educacional?

Diferentemente do que acontece na maioria das instituições educacionais, mesmo as confessionais, os ex-alunos salesianos são chamados a fazer frutificar, com suas vidas, as crenças e valores recebidos através da educação salesiana. O mote "Bom Cristão e Honesto Cidadão", proposto por D. Bosco, continua mais atual do que nunca, em um mundo repleto da ausência de Deus, de falta de ética, solidariedade e de fraternidade. A saudade e a gratidão, para; nós, salesianos, se transformam em compromissos de vida, para transformar a sociedade, onde quer que que

se encontre um(a) ex-aluno (a). Vejam por exemplo, o embaixador José Maurício Bustani, recentemente homenageado aqui (grifos meus).

(.....)

Em que os ensinamentos de Dom Bosco ajudam em sua vida?(grifos meus)

Não tenho receio de afirmar que os ensinamentos de D. Bosco são a essência da minha vida. Um verdadeiro programa de vida para quem quer, passar pelo mundo sendo, no mínimo, útil. A religião (ou religiosidade) nos faz entender o sentido da Cruz, que nos liga à Deus em sentido vertical, e que nos leva também ao encontro do próximo, imagem e semelhança do criador. A razão nos ajuda a discernir entre o bem e o mal, a optar pelo justo e honesto e o amor nos faz solidários e fraternos para colaborar com a construção de um mundo mais justo.(grifos meus)(Imprensalê, Ano IV, julho de 2003:3).

A partir da construção da trajetória do ex-aluno do salesiano, a entrevista ressalta quais são os ensinamentos morais e religiosos do projeto pedagógico D. Bosco, isto é, o que se deseja reter e afirmar para aqueles que estão afiliados ao Colégio na condição de alunos. Destacam-se as formas de engajamento aos projetos de intervenção social, cuja motivação ocorre em função de uma adesão e de uma interiorização de valores e princípios comuns norteadores dos sistemas religiosos sob a égide do cristianismo. O conteúdo dessa matéria evidencia as noções de solidariedade, generosidade e caridade, que operam na construção da legitimidade dessa instituição.

Os representantes institucionais se empenham na criação de diferentes instrumentos de condecoração dos ex-alunos exemplares ou reprodutores deste modelo. Pelo jornal, recorrem a relatos de biografia dos ex-alunos do colégio, valorizados também pela condição de pais e avôs dos alunos do colégio. Mas outros meios garantem a manutenção da relação entre os ex-alunos e o colégio, como as associações de ex-alunos, a banda e as festividades.

A questão da profissionalização da juventude é amplamente abordada nas edições do Imprensalê. Enquanto pilar do projeto educativo salesiano para os pobres, ela registra e destaca o papel do colégio como orientador dos alunos na descoberta de habilidades e na escolha de uma carreira profissional.

Os diretores do colégio não se arrogam a função de profissionalizar e, muitos menos, de mediar o processo de inserção da juventude no mercado de trabalho. Por se tratar de segmentos pertencentes à classe média, os representantes institucionais pressupõem que as famílias desses jovens são portadoras de capacidade para promover a

transformação de seus filhos em trabalhadores, dadas as possibilidades de arcar com o ônus do investimento na qualificação e especialização profissional.

Nas reportagens “Trabalho do SOE Auxilia na escolha da profissão”, “Sucesso marca a primeira palestra sobre profissões” e “Alunos participam de projeto da Fiat”, esta minha afirmação fica evidenciada:

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL A TODO VAPOR **Trabalho do SOE auxilia na escolha da profissão**

Como de costume, todos os anos, o Colégio promove para os alunos do 3º ano e 8ª série, o Curso de Orientação Vocacional. Este ano, o curso teve início em fevereiro. Agora, em abril, os alunos estão na fase de entrevistas, que é uma das mais importantes do curso. Mas, o trabalho vocacional não é realizado somente quando o aluno atinge a última série do Ensino Fundamental ou do Médio, é desenvolvido desde a sua chegada à escola, visando o direcionamento para uma carreira (grifos meus). "Quando eles estão na 5ª série, o trabalho visa fazer com que o aluno se perceba como cidadão, que ele se interesse sobre as profissões em geral (grifos meus), mas isso feito de forma lúdica, para que ele realmente entenda o sentido da atividade". - explica a Orientadora Educacional, Maria Tereza Bizzoto. A partir daí, os alunos desenvolvem a autoconfiança e autoestima, e vêm o que mais lhes interessam e passam a testar as suas habilidades (grifos meus). A partir deste momento, é trabalhada a sua competência diante da carreira escolhida.

O curso pretende que o jovem canalize todas as suas aptidões, pois é voltado para a escolha da profissão mais adequada. Fazer pesquisa, conhecer as atribuições das profissões são alguns dos passos (grifos meus). Depois, através de um processo seletivo de áreas de interesse, o aluno acaba se familiarizando com algumas e escolhe três carreiras inicialmente. Um outro aspecto que chama atenção para o curso é o preconceito que os alunos têm diante de algumas profissões. Cabe ao orientador mostrar que todos os profissionais, dentro de uma sociedade, têm o seu valor, ocupe a posição que ocupar. Todo esse processo é feito de forma bem simples e parte dos profissionais mais próximos à realidade dos alunos. É comum usar exemplos vindos do bairro, da comunidade ou da cidade como referência para mostrar que cada um pode ser feliz dentro da sua escolha (grifos meus).

Um aspecto importante desse trabalho do SOE é em relação aos cursos Técnicos Profissionalizantes. Embora no "Santa Rosa" não exista esta opção (grifos meus), o jovem, ainda na 8ª série, é informado sobre estes cursos existentes no mercado. Durante as explicações, as orientadoras colocam que, se o aluno tem facilidade em matemática, pode optar por um Curso Técnico de Contabilidade, porque mais tarde ele poderá ajudá-lo caso ele ingresse num curso de Ciências Contábeis. O mesmo é feito com outros cursos. Hoje em dia, há inúmeras opções de carreiras a serem seguidas e, para que ele faça a melhor escolha para si e seja feliz, é importante que tenha o direcionamento correto. "Nosso trabalho é mostrar as várias opções, fazer com que ele as conheça e chegue a uma conclusão. Para nós, entretanto, o mais importante é que ele se sinta feliz com a sua escolha". -conclui Gioconda Mattos (grifos meus).(Imprensalê, Editorial, Ano III, abril de 2002:7)

A proposta de profissionalização se concretiza no desenvolvimento de diferentes atividades pedagógicas que possam ampliar horizontes dos alunos quanto ao leque de profissões a serem futuramente vislumbradas. Os profissionais bem sucedidos realizam palestras, abarcando as mais diversas áreas de atuação; os alunos realizam visitas a empresas e testes e orientações vocacionais.

“Sucesso marca a primeira palestra sobre profissões”

A união entre a equipe do "Programa Cuidar" e os alunos do 3º ano ficou, absolutamente transparente, a partir do sucesso da organização da primeira palestra sobre profissões, que teve como tema: Comunicação. O evento, carinhosamente chamado de "Cuidando da Profissão", aconteceu no dia 28, das 19 às 22 horas, no auditório Dom Lasagna. Os profissionais, convidados para falarem sobre suas escolhas profissionais e as atividades que compreendem o seu cotidiano, foram: a jornalista responsável pelo Imprensalê, Ana Cláudia Condeixa, que falou do jornalismo e das relações públicas; o publicitário, Igor Broseghini, que, por ser ex-aluno, aproveitou para matar as saudades, e o administrador de marketing, Leandro Condeixa, que esclareceu porque o profissional do marketing, embora não seja um Comunicador, é quem cria as estratégias para a comunicação de empresas.

A platéia estava repleta de alunos que, além de participar, não deixaram de interagir um só momento. "Mais importante do que saber o que é e como é a profissão, precisamos saber o que se estuda durante a formação. Isto normalmente não é dito. Que bom que aqui foi esclarecido". Nathália Albuquerque, do 3º- ano. Muito interessados pela área da Comunicação Social, primeira no ranking das escolhas para próximo vestibular, todos tiveram muita atenção e carinho com cada nova informação. Ao final das três palestras, o espaço foi aberto para as perguntas. Com curiosidade, característica absolutamente necessária a quem deseja seguir a carreira de comunicador, as perguntas dos alunos abordavam assuntos como: a importância da publicidade no turismo; o jornalismo esportivo e o jornalismo on-line; o mercado de trabalho em São Paulo; a censura na imprensa; como se especializar fora do país; as bases salariais; a importância do MBA para quem quer fazer marketing; as melhores universidades, entre tantas outras. "Eu já passei por isso e sei perfeitamente como se sente um estudante. Por isso, vim fazer a minha parte, como profissional e como ex-aluno do Santa Rosa." -esclareceu o publicitário Igor.

Depois de esclarecerem dúvidas e curiosidades, os convidados ouviram da aluna Paula da Conceição, do 3º ano, o agradecimento do grupo e, ainda, receberam o Certificado de Participação. Surpresos e emocionados, os palestrantes pousaram para uma foto. Orgulhosos, os alunos organizadores fecharam o evento com chave de ouro num clima de comemoração. "Nós esperávamos que fosse dar certo, mas foi mais do que isso. Os alunos e os palestrantes entraram em perfeita sintonia. Fico feliz pelo resultado positivo e ansiosa pelo próximo evento." - exultou Regina Bacellar, coordenadora do "Programa Cuidar". (Imprensalê, ano II, julho 2001, 4)

Por ser o jornal vinculado a objetivos do projeto educativo do salesiano, configura-se por um discurso limitado e restrito. Os convidados a contribuírem ou a participarem da elaboração dele estão em sintonia com os valores e princípios institucionais.

As reportagens “Jovem Ator dá Aula de Generosidade” e “Batata e os Tomates: Nova Revelação Musical do Salê” mostram que não são apenas condecorados os ex-alunos, mas também alunos do colégio. Esses jovens são escolhidos como “bons exemplos” a serem seguidos pelos demais, uma vez que representam opções por formas de inserção e de sociabilidade que reafirmam a eficácia do modelo educacional para afastar os adolescentes de opções vistas como degradantes, destacando-se então o investimento realizado para promoção de debate sobre o consumo de drogas.

“Jovem ator dá aula de generosidade”

O aluno Thales Mathias Netto Muniz de Sá, faz teatro desde os 7 anos. Hoje, com 11 anos, sua carreira já conta com a interpretação de duas peças e uma temporada de dois meses, no Teatro Abel, com a peça Pinóquio, em que atuou como protagonista. Thales acredita que sua vontade de fazer teatro vem do exemplo de casa. Seu pai e sua mãe, Roberto e Marinês, ex alunos do Salê, são atores "Eu passei a querer amar o teatro quando vi meu pai em cena, ele é o meu ídolo". - nos confessa, emocionado (grifos meus). A carreira do jovem ator começou, em 1997, com seu ingresso no grupo Papel Crepom, através do curso de teatro de Eduardo Rossler, dono da companhia. Já neste ano, atuou em "Eternos Meninos", peça que encerrava o ano letivo. Em 1998, foi a vez de Peter Pan. Nos anos de 1999 e 2000, Thales deu uma paradinha e aproveitou para curtir outras possibilidades, além de estudar. Em 2001, voltou ao teatro para viver Pinóquio que, a partir do mês que vem, volta a estrear num dos teatros do Shopping da Gávea. Perguntado sobre suas ambições e se quer seguir a carreira de ator, ele nos responde que ainda não sabe, pois acha cedo para decidir qualquer coisa. Sério e carismático, o pequeno ator sabe da importância do estudo e, por isso, prefere as peças infantis. "Eu gosto mais porque, como só nos apresentamos nos fim-de-semana, não atrapalha o meu rendimento na escola" -responde assertivamente.

Deixando escapar a timidez, acredita que atuar colaborou para que se soltasse mais, fosse mais amistoso. "Me ajudou a me soltar mais, eu era tímido".- declara. Indagado ainda sobre que gênero prefere, nos disse que não é, exatamente, um comediante, mas prefere fazer rir a fazer chorar. "Me faz bem ver as pessoas rindo de algo que eu disse" -orgulha-se. Bem... Diante desta demonstração de generosidade, humildade e talento, só nos resta aplaudir e acompanhar sua carreira. Estamos de olho! Parabéns! (Imprensalê, ano II, julho 2001, 8)

“Batata e os Tomates”: nova revelação musical do Salê”

Tudo começou de forma bem espontânea, descompromissada, mas agora, depois de oito meses de ensaios e algumas apresentações, os alunos Filipe Cirne (3ºF), Francisco Costa (3ºF), Luís Filipe (3ºF), Alexandre Carvalho (3ºD), o Batata, Vitor Ribeiro (3ºF), César Mocarzel (3ºE), Jorge Duarte (3ºD) e Felipe Tauil (1ºE) formaram a banda "Batata e os Tomates Verdes Fritos". Logo se tem a curiosidade de saber a origem do nome da banda. "Surgiu como brincadeira, cada um foi falando uma coisa".- diz Francisco. "Queríamos algo parecido com Kid Abelha e os Abóboras Selvagens". -acrescenta Filipe. "Até Bin Laden e os Aviões Malucos chegou a ser cogitado".- diz Vitor. "Na verdade, ficamos uma semana rindo do nome escolhido, achando-o ridículo, que ninguém gostaria, mas estávamos às vésperas da apresentação do Pratas da Casa e o professor Antônio Cerqueira nos perguntou se iríamos nos apresentar sem nome, aí decidimos mantê-lo e já nos acostumamos com ele" – acrescenta Francisco.

Por enquanto, a banda ensaia uma vez por semana. No estúdio, aperfeiçoam os arranjos, que, na maioria das vezes, são diferentes das versões originais das músicas, que mostram o toque de criatividade dos músicos. "Tauil traz influências da banda sinfônica e também de seu aprendizado na Viradouro, enquanto Cesinha adiciona acordes de MPB e música erudita. Então, ao final do ensaio, o que parece uma salada musical, resulta num arranjo muito interessante". - revela Filipe.

(...)A amizade entre os componentes faz com que a banda continue. A continuidade da banda se dá pelo fato de todos serem amigos. (...). O resultado desta união parece ter dado muito certo e pode ser conferida no palco, pois lá em cima eles fazem a alegria da galera. (...) Atualmente, eles negociam apresentações fora do colégio. (...) (Imprensalê, Editorial, Ano IV, abril de 2003:4)

Quando abordam a temática das drogas para os jovens de classe média, os relatores do jornal acentuam que o modelo de ensino do colégio Santa Rosa, ainda que elaborado para atender demandas sociais em outro contexto histórico-social, mostra-se eficaz para enfrentar os recentes problemas sociais. O risco associado às drogas aparece basicamente relacionado ao consumo. Esse investimento reafirma a versatilidade do modelo pedagógico D. Bosco como parte de ações deliberadas que visam a reprodução social da instituição.

As reportagens seguintes enfatizam a opção dos alunos do colégio, já que não aderem a essas atitudes e a esses comportamentos. Salientam a importância de inculcação dos valores e princípios morais deste projeto pedagógico, ele próprio operando como forma de criar resistências aos riscos sociais.

*Jornal alerta para nova droga
Salesiano sai à frente na discussão*

"Não sei se eu deixei claro na matéria, mas, entre o público pesquisado, formado por pessoas da minha idade, universitários, professores e alunos das escolas públicas e particulares e policiais, quem mais conhecia o spring eram os estudantes da classe média e alta da rede

privada. Eles sabem os efeitos, o preço, onde adquirir. O que eu quis mostrar é que está muito mais próximo do que a gente imagina. Eu quis alertar os pais sobre o assunto".

Sob o título "Jovens de classe média de Niterói consomem "spring"; o jornal *O Fluminense*, deu um "furo de reportagem" no domingo, 30 de junho, ao alertar a sociedade sobre a nova droga desconhecida por muitos policiais e médicos, e que, segundo as apurações do jornalista, está se disseminado entre os jovens de classe média de nossa cidade. O spring ("primavera"; em inglês) é transportado dentro de recipientes discretos -vidros de colírio e remédios homeopáticos o que dificulta até mesmo em batidas policiais. Procurada pelo repórter Fábio Borges, de *O Fluminense*, a direção do nosso Colégio teve a oportunidade de falar sobre as ações preventivas já existentes realizadas junto à Comunidade Educativa. Ciente do papel da escola na formação do jovem e por acreditar que unidos, os dirigentes, os educadores e os pais dos alunos podem melhor pensar estratégias sobre como lidar com o tema, a nossa equipe convidou o autor da matéria, o jornalista Fábio Borges, para falar um pouco mais do que foi apurado (grifos meus).

Como você chegou até o "spring"?

Conversando com o meu irmão de 17 anos e os amigos dele, eu constatei que os adolescentes estavam tendo acesso a drogas diferentes, às quais eu não tive acesso nesta idade. E o pior, não era um uso pontual, como antigamente, nos carnavais ou em festas, eles estavam usando fartamente e não só estavam usando como estavam distribuindo também, sendo manipulados por traficantes que não são de morro, são de asfalto.

Seu irmão de 17 anos e os amigos dele são alunos do Colégio Salesiano?

Não. Eles estudam em outro colégio. Porém, somente a direção do Salesiano mostrou-se aberta para falar sobre o assunto (grifos meus).

O que são traficantes de asfalto?

Muitos deles são químicos, normalmente pertencem a uma classe mais favorecida e produzem essas drogas em casa, em bairros de classe média e alta, onde eles têm a balança de precisão e os produtos químicos. Essas quadrilhas do asfalto têm uma característica diferente das demais, elas não se rivalizam, elas se ajudam umas às outras.

O que mais o assustou?

Foi o uso e, principalmente, o tráfico realizado por adolescentes de 13 e 17 anos. Desse jeito, daqui a pouco, crianças de 7, 8 anos vão usar drogas. Foi isso que me levou a pesquisar, a conversar com especialistas, com a polícia, conversar com menores.

(...)

Você concorda que a sociedade só pode saber da existência de uma droga se a polícia, que é quem está mais perto do tráfico, informar?

Nem a polícia sabia o que era o spring. Eu conversei com o diretor de Serviço de Repressão ao Entorpecente, recentemente empossado, ele não sabia o que era o spring. O Delegado Regional de Niterói, Dr. Nestor Magalhães, também não conhecia. O tráfico anda mais rápido do que se imagina.

E os especialistas que você entrevistou, como vêem esta questão?

Com preocupação, o psicanalista e professor, Dr. Hércio Mattos, Diretor do Criaa(Centro Regional de Atendimentos ao Adolescentes) da UFF, disse uma coisa muito interessante sobre o que faz com que um jovem não se drogue: sua personalidade e sua capacidade de projetar o futuro(grifos meus).

Como você vê a atitude do Salesiano em falar abertamente sobre o assunto?

Achei que os dirigentes tiveram uma atitude corajosa em falar abertamente, em trocar informações, mostraram-se sintonizados para um problema que pode acontecer. Deixaram claro que é importante a participação dos pais nesta discussão, que é uma questão de segurança. As roletas ligadas na internet, os assistentes de pátio e até um monitoramento das ruas de nada adiantam se não houver um trabalho preventivo. Afinal, estamos falando de adolescentes e essa fase é de experimentação. Cabe aos pais e às escolas agirem e não deixá-los à mercê dos traficantes que mais do que fazê-los se entorpecer, têm o objetivo de aliciá-los para que eles vendam para seus colegas e amigos.(Imprensalê, Editorial, Ano IV, julho de 2003:5).

“Orientadoras falam do trabalho preventivo”

Na opinião das orientadoras da escola, a pedagogia de Dom Bosco, a assistência presença, já é uma proposta preventiva para qualquer época, é extremamente atual. "O que é fundamental numa escola? É criar vínculo com o aluno, ter uma boa relação, estimular o crescimento da sua auto-estima, levá-lo a ter projetos e perspectivas de vida e isso o Salesiano faz através das atividades artístico culturais, esportivas, intelectuais para que ele descubra seu potencial produtivo. É uma pessoa que descobre o seu potencial, tá feliz, tá envolvido com outras coisas que o afastarão das drogas(grifos meus). É isso que a escola faz na sua base. Fora isso o Programa Cuidar, o projeto VIDAVIDA que também envolvem e reforçam tudo isso, ou seja, a descoberta de valores, a vida saudável, os melhores exemplos; explica Ângela.

Complementarmente, os professores em algumas disciplinas e nas aulas de OPV abordam o assunto "droga" de diversas maneiras. Segundo as orientadoras, um trabalho pontual, ou seja, um ciclo de palestras, depoimentos eventuais não resolvem muito, o jovem tem que ser "bombardeado" de estímulos que o levem a crescer com saúde, com vontade de ser alguém, de fazer algo por si e pelos seus semelhantes. “O trabalho de prevenção não é focado somente nas drogas, que muitas vezes também só trabalha as drogas ilícitas, mas o álcool e o cigarro, também são mostrados como drogas”.

A assistência presença através do livre acesso aos diretores, aos professores, aos assistentes de turma e de pátio, somado aos projetos VIDAVIDA, as atividades esportivas, intelectuais e artísticas é que garantem ao jovem, tão amado por Dom Bosco, tornar-se um adulto saudável e

produtivo. O ambiente, a amizade, o amor demonstrado farão deste aluno um bom cristão e um honesto cidadão, como queria nosso patrono.(Imprensalê, Editorial, Ano IV, julho de 2003:4).

Como a solidariedade é uma referência fundamental estruturante do sistema de valores e princípios do modelo pedagógico D. Bosco, ela é recorrentemente destacada como orientadora das práticas sociais exercidas nas diferentes instituições vinculadas a ISJB. E o jornal Imprensalê, como visto, distingue-se como portador de um discurso em que a solidariedade opera como recurso significativo de enfrentamento dos problemas sociais. Nele não só é veiculada uma concepção sobre o que é solidariedade, mas também os meios para reafirmá-la e fixá-la como um valor. Essa idéia-valor se articula a outros princípios morais exercidos pela prática da caridade, da generosidade, do amor ao próximo e da cidadania.

Os editores têm por intenção construir “o olhar” dos mais favorecidos frente ao reconhecimento das desigualdades e dos problemas sociais que atingem a população identificada como *carente*. A um só tempo formula um discurso sobre a prática solidária, concebida não apenas pelas ações de transferência de recursos materiais, mas fundamentalmente pelo exercício do trabalho voluntário, como suscita o engajamento em ações militantes e voluntárias, que visam o enfrentamento desses problemas.

As reportagens seguintes demonstram a intenção deliberada de incutir nos indivíduos afiliados ao colégio, uma noção de solidariedade. Dessa maneira, essa inculcação pode transformar a ação solidária em prática social. Para que haja, reprodução física e social das obras sociais salesianas direcionadas para os pobres, torna-se importante ter indivíduos prontos para se dedicarem ao outro, visto como dependente dessas ações.

Quando a temática da solidariedade vem à tona, o CEJOMM é posto em evidência. As reportagens sobre ela reafirmam a importância das práticas de doações e de trabalho voluntário para reverter a suposta situação de risco atribuída a juventude pobre. Essas considerações podem ser observadas nestas reportagens transcritas:

Solidariedade, vivência e praxi.

Ao falar de solidariedade em nosso espaço, não queríamos mostrá-la como um conceito, uma idéia, ou como um discurso, que limitam, mas a solidariedade como vivência, presente na vida das pessoas (grifos meus).

O Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida é uma obra social que pertence à Inspeção São João Bosco e a reflexão sobre questões relaciona-

das à atuação solidária é algo pertinente à nossa prática diária (grifos meus).

Nosso público-alvo são crianças e adolescentes em situação de risco, que passam por experiências como: violência, preconceito e exclusão social, falta de crédito em suas capacidades pessoais... essa é a realidade (grifos meus).

Etmologicamente falando, solidariedade significa ser uma coisa só. Aqui no CEJOMM, procuramos ser um só com essas crianças e adolescentes quando paramos para escuta-los algo um pouco raro no mundo de hoje - quando acompanhados o seu desenvolvimento como ser humano, quando visitamos os seus lares e conhecemos a sua vida.

O CEJOMM- solidariedade, se manifesta por meio de seus projetos: da informática, da dança, da comunicação, do desenho, da consciência negra, da bijuteria, entre outros, e desse modo, nossos educadores vêm obtendo excelentes resultados na recuperação da auto-estima dessas populações carentes com elementos culturais que estão enraizados na formação do povo brasileiro (grifos meus).

O nosso trabalho solidariedade, não é somente fazer uma doação, sem que ao menos conheçamos o beneficiado, mas, participar da vida do outro. Assim, podemos oferecer o que consideramos que seja bom, útil ou verdadeiro (grifos meus).

São considerações comuns em nosso serviço-solidário:

acreditar que cada pessoa é agente de transformação da própria vida e do mundo em que vive;

acreditar que todas as pessoas são iguais, independente de raça, credo, nacionalidade ou status social, em relação aos direitos da existência -sobrevivência, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, trabalho, convivência familiar e comunitária, respeito, dignidade e liberdade;

acreditar que cidadania é conquistada através da participação coletiva e solidária no processo social, político e econômico, não sendo fruto de uma concessão ou de uma dádiva;

acreditar que cada adolescente é fonte de iniciativa (ações), liberdade (opções) e compromisso (responsabilidade), ativo construtor de um destino coletivo;

acreditar na importância do envolvimento dos adolescentes nas decisões que tenham impacto sobre suas vidas.

Aqui, no CEJOMM, solidariedade é muito mais do que um discurso, um conceito, uma idéia, mas, é uma vivência, uma praxi diária. (Equipe de Comunicação do CEJOMM. Ponto de Vista, Imprensalê, ano II, julho 2001, 2)

“Tecendo sonhos, transformando-os em realidade” (Matéria Especial)

Ainda bem que não é somente a loura da Globo que está preocupada em ajudar aos brasileiros a ganhar uma grana extra ou apresentar uma alternativa para o problema do desemprego (grifos meus). "Acorda menina, acorda menino", bordão criado por Ana Maria Braga, se enquadra perfeitamente à educadora Denise Taraciuk, que, junto com padre Joso, cuida do memorial histórico do nosso colégio. Desde o mês de maio, ela e mais cinco voluntários, cada um ensinando o que sabe, dentro do tempo que dispõem, vêm atuando junto aos meninos e meninas que freqüentam, diariamente, o Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida (CEJOMM) (grifos meus). "Eu já faço trabalho voluntário há algum tempo. Com o aumento da violência nas áreas mais carentes, ficou difícil e perigoso

trabalhar em alguns locais, por isso de uns anos pra cá me dediquei apenas a campanhas do quilo, do cobertor etc. Mas, só isso não me satisfaz, então resolvi voltar a ensinar e, como acredito no trabalho desenvolvido no Oratório, comecei por aqui” (grifos meus) - nos conta, bastante entusiasmada. O objetivo do curso de tecelagem realizado por Denise é fazer com que, em pouco tempo, os alunos já possam ter uma opção para ganhar dinheiro. Está nos planos da educadora ensinar pintura em tecido e cartonagem entre outras técnicas que ela mesma usa como uma fonte de renda a mais. “Eu não quero apenas ensinar-lhes uma técnica, eu quero que eles possam ter um ofício. Ofício que, muitas vezes, ajudou a compor a minha renda” confidencia. Mas, os planos de Denise, que é formada em publicidade, não param por aí. Ela quer, também, formar mini-guias para conduzir as visitas ao Monumento a Nossa Senhora Auxiliadora e ao Museu. Na opinião da coordenadora do CEJOMM, Claudia Simone de Oliveira, toda a ajuda sempre é bem vinda: “O trabalho voluntário é um ato de cidadania, todos deveriam exercitar”.

Escolhido como o Ano Internacional do Voluntariado, 2001 traz a proposta de que cada cidadão se doe a alguém ou a alguma causa. Nos Estados Unidos, cerca de 25 milhões de americanos dedicam pelo menos, cinco horas do seu tempo, por semana, ao próximo. No Brasil, ainda estamos engatinhando, porém sempre é hora para começar. Além de Denise, também são voluntários, no Oratório diário: a artista plástica Idalina Mercante (desenho), Maria Pérola (matemática), Ricardo (silk screen), Solange (oficina de leituras), Ana Paula (educadora), Valena (pesquisadora da UFF), além de tantos outros profissionais que trabalha, voluntariamente, no Oratório Festivo que acontece todos os domingos. Eles são “gente” que faz e bons exemplos a serem seguidos. Estamos de olho em vocês!!(grifos meus) ...”.(Imprensalê, Editorial, Ano II, junho de 2001:7)

A construção de pontos de vista e de tomadas de posição orientadas pela solidariedade e pela generosidade é também colocada em prática por visitas de alunos ou contatos imediatos com aqueles que sofrem as conseqüências das desigualdades sociais. É o caso da visita e da recepção aos assentados de Capelinha:

O Programa “Cuidar” traz assentados de Capelinha ao Colégio

Para dar continuidade às ações do Programa Cuidar,(...), os moradores do assentamento de Capelinha, em Conceição de Macabu, nos retribuíram a visita que lhes fizemos, no mês de maio, visitando o nosso Colégio, no sábado, dia 1 de agosto.

Na chegada os visitantes foram recepcionados por um grupo de jovens que, com a alegria típica dos alunos de Dom Bosco, cantaram e dançaram.(...)

Em missa realizada na capela, ... “A temática foi a importância da vida e dos elementos que nos fazem viver: a terra e a semente, que foram os símbolos utilizados(....)Integrados, alunos, professores e visitantes jogaram basquete, futebol, vôlei, entre outras brincadeiras(....)a prática de ginástica preventiva (...) Após a sessão de fotos, feita no monumento, os professores(...)falaram sobre os tipos de solos encontrados nas terras de Capelinha. A partir do estudo destas amostras, foram dadas dicas do que

pode ser cultivado na área e mudas de banana, jameiro, caju e abacaxi lhes foram entregues para que pudessem iniciar uma pequena plantação. Os alunos também ofereceram um kit para que fosse possível fazer a análise lá mesmo no assentamento.

Na parte da tarde, (...) o ponto forte foi discutir os diversos Brasis dentro do nosso país. Foram quase duas horas de espetáculo, misturando dança, música e textos dos alunos, (...) "Queríamos que eles soubessem que entendemos a luta do MST e, de alguma forma, queremos ajuda" (grifos meus) - confidenciou, emocionada, a aluna Eurídes de Oliveira (2ª A). (...) Os visitantes se prepararam para a volta e foram "escoltados" por parte da Comunidade Educativa até o ônibus. (...)

Com a missão cumprida, os alunos testemunharam a volta dos assentados às suas terras, conquistadas com suor e trabalho, em comum. Todos tinham, no semblante, um ar de renovação e de esperança na conquista de um Brasil com mais igualdade e justiça social (grifos meus). Antes do retorno, o Secretário da Associação de Moradores de Capelinha, José Carlos, deixou seu recado, emocionado: "Tudo foi o máximo: a recepção, o café da manhã, o momento de esportes, a peça. Foi um momento mágico, uma integração total, não houve distanciamento ou discriminação de nenhuma parte. Nós precisamos que as pessoas façam como vocês, conheçam a nossa realidade e ajudem, como foi o caso do KIT das mudas. A sociedade precisa entender que o MTS existe para manter os moradores rurais no lugar deles, na roça, evitando que venham para as cidades e vivam como mendigos ou tornem-se ladrões" (grifos meus). (Imprensalê, Editorial, Ano II, agosto de 2001:5)

Na reportagem imediata, o relato sobre a solidariedade é expresso pela organização de festas, encontros e eventos que promovem a sociabilidade entre os desiguais, mas que também prevêm formas de doações ou transferências de bens.

"Comunidade se reúne no arraial da integração"

A festa da solidariedade é marcada pela alegria das quadrilhas

O Colégio Salesiano Santa Rosa e as quatorze Escolas integradas promoveram, no sábado, dia 30, mais um Arraial da Integração. Como em todos os anos, a festa junina terá sua renda doada para a Campanha da Solidariedade que, este ano, tem como tema: "JUNTOS NA SOLIDARIEDADE" e sua abertura acontecerá no primeiro dia letivo do segundo semestre. As entidades a serem ajudadas este ano serão o Centro juvenil Oratório Mamãe Margarida (grifos meus), que recebe metade da renda total, e a outra metade será dividida entre o projeto inspetorial de solidariedade: o **Oratório Festivo de Rocha Miranda e o projeto missionário salesiano **Caminhando com os jovens em Papua, Nova Guiné**. Localizada na Oceania, lá, o povo vive em palafitas e a pobreza é grande nas mais de mil tribos diferentes.**

A festança, que começou às 9 horas da manhã, contou com a presença maciça da Comunidade Educativa. Além das barraquinhas de brincadeiras e a de comidas típicas, que por sinal estavam saborosíssimas, a diversão ficou por conta da apresentação das quadrilhas, da Banda Musical e do show do Trio Estrela do Nordeste.

A primeira quadrilha: a das Escolas Integradas, que teve a professora Monique Pimentel como animadora, se apresentou no Ginásio Dom Bosco. Com um número grande de integrantes, cerca de 500, foi difícil segurar a animação. Os pais, nas arquibancadas, eram um show à parte. Logo, a seguir, em uma das quadras internas, o professor Fábio animou a quadrilha dos alunos do turno da tarde. Irmão Pereira, caracterizado de vigário, e benzendo os participantes com sua especial água benta, a "agüenta", animou as quadrilhas que vieram a seguir. O Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida (grifos meus) e o Pré-Vestibular Santa Rosa, também se apresentaram num show bem animado. A turma do GESAN e da PJE fizeram uma bonita e alegre participação, misturando a dança típica com samba e capoeira. Uma grande expectativa foi criada em torno da apresentação dos alunos do 3º ano. Com os meninos, vestidos de meninas, e meninas, vestidas de meninos, a galera que dançou a sua última quadrilha como aluno, misturava alegria e saudade. "Este é meu último ano aqui e isto faz com que eu reflita sobre a importância da festa junina e o ato de solidariedade que ela representa". (grifos meus) - desabafa Melissa Ferreira, do 3º-E . Alguns deles até exageraram um pouquinho, mas, no final, a integração, a solidariedade e a brincadeira venceram. Emocionados, os alunos saudaram Mestre Afonso que comandava a Banda, especialmente para a apresentação dos quase 300 alunos.

*Dos prêmios sorteados (TV 29' polegadas, bicicleta, relógios etc) (...)
(Imprensalê, ano II, julho 2001, 4/5)*

Por conseguinte, O CEJOMM se reproduz pelas transferências de recursos daqueles que usufruem a posição de alunos ou de ex-alunos do Sistema Salesiano. Em contraposição, esse sistema é cotidianamente reafirmado pela manutenção do CEJOMM. Este se torna um espaço de intervenção social permeado pela solidariedade e pela generosidade, mas ainda pela reafirmação do valor trabalho, mesmo que, na prática, a referência ao desemprego seja a tônica.

3 PEDAGOGIAS E EDUCADORES PARA OS POBRES

O Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida – CEJOMM, como visto, é uma instituição vinculada ao campo das organizações filantrópicas, voltadas para o atendimento aos jovens identificados como *carentes* e, por isso, qualificados em *situação de risco social e pessoal*. Dada a afiliação desta instituição a este campo social, investirei na compreensão acerca de uma de suas referências estruturantes – *o termo jovem em situação de risco social*, a fim de compreender de que maneira os significados a ela atribuídos orientam as práticas e as ações dos agentes sociais que em diferentes posições hierárquicas, se reconhecem e se identificam como a ele afiliados.

Enquanto recurso de classificação social, o termo *jovem em situação de risco social e pessoal* agrega um conjunto de significados estruturantes do sistema de pensamento elaborado por diversos agentes sociais vinculados a instituições filantrópicas, assistencialistas, governamentais e privadas, que se advogam a gestão do processo de inserção social das novas gerações pertencentes ao segmento social por eles reconhecido como *carente*.

Ele abarca um campo bastante heterogêneo de significados que produzem estímulos às ações sociais desses representantes institucionais, mas, ao mesmo tempo, pode ser utilizado como um dado substantivado, ou seja, naturalizado. Desta forma, ele serve para nomear muitas situações sob o mesmo rótulo simplificador, tornando-se vazio de conteúdo. Homogeneíza a especificidade de cada situação e contexto social e, assim, permite o deslocamento do problema para se tornar inscrito num segmento social.

Ao analisar o uso desse termo, Reis (2000) observa que ele se refere a diferentes situações de riscos de exclusão social, tanto na esfera pública quanto privada da vida das crianças e dos jovens das camadas populares. Ele engloba diversas dificuldades identificadas pelos efeitos deletérios da situação de pobreza. Na esfera pública, destacam-se as referências às situações de marginalidade social, de conflitos entre organizações do crime organizado e a polícia, de péssimas condições de moradia sediada em favelas ou áreas periféricas; e de ausência ao acesso à saúde, educação, lazer, ou condições razoáveis de vida. Na esfera privada, o problema está focalizado na desestruturação familiar.

Esse termo não se refere apenas a um segmento social genericamente enquadrado numa classe de idade e, por isso, denominado juventude. Compreende os significados que, por ventura, são construídos coletivamente para integrar de forma arbitrária, em um mesmo grupo, um conjunto de indivíduos identificados pela concomitante travessia de um semelhante desenvolvimento pessoal e biológico e de ciclo de vida social. Ele também abrange outros recortes sociais, como, por exemplo, as situações de classe social, os universos culturais e sociais e os aspectos étnicos e de gênero. (cf REIS, 2000: 86-90).

De acordo com Novaes (1998), as representações sociais acerca do que é ser jovem incorporam várias imagens. Positivamente, o jovem tem, nas qualidades da beleza, da saúde, da coragem e da capacidade de indignação, o seu valor simbólico. Ao mesmo tempo, a juventude também é considerada como *locus* privilegiado de acúmulos dos aspectos sociais negativos, justamente porque promove inquietações e traz à tona os riscos deletérios de problemas sociais, como a violência, o ócio, o vício, e a adesão à irresponsabilidade e ao desperdício.

A partir do enquadramento em uma faixa de idade, os jovens são compreendidos como se constituíssem uma unidade social, atribuído-lhes certos valores e comportamentos tidos como inatos. A vocação deles para encabeçar processo de mudanças sociais e atitudes de contravenção social é uma referência amplamente veiculada sobre o seu “estado de ser”.

O jovem em situação de risco social é definido a partir do referencial da desordem, cuja causa está na sua predisposição ao questionamento, ampliado pela imersão em condições de extrema pobreza e precarização social. Assim este segmento social é controlado para não assumir comportamentos desviantes, pondo em risco a reprodução dos valores e das atitudes consagradas para manutenção da ordem social.

Segundo Bourdieu (1983), a juventude não deve ser constituída como uma unidade social, sob pena de englobar universos sociais diferentes em um mesmo conceito. As correlações estabelecidas entre idade biológica e social são bastante complexas, uma vez que se tornam classificações sociais que impõem limites e que estabelecem o lugar dos indivíduos na sociedade. Essas definições de idade e geração são nada mais que objetos de manipulação dos diversos grupos sociais, variando inteiramente de um universo social a outro. Elas são construídas coletivamente, num contexto de disputa e luta entre jovens e velhos pela definição dos termos em que ocorre à transmissão de poder e de privilégios de uma geração a outra.

Definida como categoria social e de idade, a *juventude em situação de risco social* expressa a representação sócio-cultural e a situação social reconhecidas como referência de atuação dos representantes das instituições públicas e privadas que integram o campo de assistência aos jovens. Estes agentes têm um papel primordial na elaboração das referências significativas sobre a juventude pobre, uma vez que se mobilizam para o reconhecimento da hegemonia no processo de categorização e classificação desse grupo populacional como um problema social.

Neste sentido, Neves (2004) considera fundamental entender alguns aspectos que envolvem a luta e a disputa pelo monopólio do discurso sobre a juventude, considerando os interesses que estão incorporados ao ato de criar delimitações e diferenciações, e as situações e contextos em que emerge a construção de atributos e significados sobre ela. Esse tipo de compreensão é tão importante quanto perceber as ambigüidades, a historicidade e a diversidade dos critérios que definem as fronteiras entre o que é ser criança, jovem, adulto ou velho.

Como meio de alcançar esse tipo de análise sociológica, é preciso focalizar o processo de construção e institucionalização que sustenta, em determinado contexto histórico, a atribuição de um *status* de problema social a esse segmento populacional. Essa qualificação nada tem a ver, como se deseja fazer crer, com as características naturais do grupo, posto que nada mais é que produto de um trabalho social praticado por agentes institucionais, que se auto intitulam gestores de problemas sociais. Essa forma de construção coletiva revela que existe uma disputa pela consolidação e pela manutenção do estado de força, poder e prestígio, presente nas relações de classe e de geração, isto é, entre classes sociais e gerações.⁶

Os agentes sociais portadores de missão salvacionista, alcançam a legitimidade de sua prática quando os sistemas de classificação e representação social por eles coletivamente elaborados são naturalizados pelos beneficiários ou usuários, objetos de sua atenção. Este investimento ocorre porque eles não têm consciência que o mundo social, tal como se lhes apresenta, é resultado da construção de um arranjo prático e instrumental, elaborado por eles mesmos, a fim de que as experiências deles possam ser reconhecidas pelos significados que valorizam. Sob a internalização de tais valores, a sociedade se apresenta aos homens como um conjunto de relações sociais associadas ao

⁶ A discussão acerca do processo de construção de um fenômeno ou grupo social identificados por um problema social está baseada nas considerações teóricas elaboradas por Lenoir (1998:59-106).

mundo físico, sobrenatural ou qualquer outra coisa que lhes faça parecer como algo que não pode ser diferente do que é, ou seja, naturalizado. A legitimidade das instituições que tais agentes encarnam é alcançada quando algo mais que convenções lhes serve de apoio, constituindo mesmo a base cognitiva, posto que elas sistematizam os significados atribuídos às categorias classificatórias ⁷.

Portanto, o estudo das formas de classificação, definidoras de um determinado segmento populacional enquanto um problema social, revela que esse processo está associado ao aparecimento de especialistas e instituições que encontram, nessas definições, o fundamento para a realização de suas atividades. E, desta maneira, os agentes sociais constroem o problema e a legitimidade de suas ações preventivas sobre *os jovens em situação de risco*, porque mobilizam a construção de uma opinião pública sob acordo quanto à potencialidade do mal desse segmento social, por mais que, na realidade, essa predisposição não se concretize como genérica. Todavia, motivados por essa crença, agentes sociais vêm construindo aparatos institucionais, dotados de especialistas e recursos financeiros cujos objetivos se dirigem a aplacar o risco que supostamente representam esses jovens.

A fim de entender o atual contexto sócio cultural que permitiu o surgimento do termo *jovem em situação de risco social*, considerarei as representações e os significados acerca da infância e da juventude pobre que foram coletivamente construídos por esses especialistas e por essas instituições, desde a eclosão do problema social dos *meninos e meninas de rua*. Elas são fundamentais para entender os princípios e as referências significativas que operam como orientadores das práticas dos agentes sociais formuladores de políticas públicas neste campo. Além disso, contribuem ainda para a formação de uma opinião pública consolidada em uma crença na associação reducionista entre juventude pobre e criminalidade.

A preocupação com a inserção da juventude pobre se exacerba quando ela começa a conquistar maior autonomia em relação aos pais, e avança sobre os limites da casa em direção aos seus entornos. Esse momento é caracterizado pela transitoriedade que marca a passagem da infância para a vida adulta, por vezes antecipada pelas dificuldades materiais atravessadas pelas famílias pauperizadas. Elas podem vir a motivar os jovens a requerer autonomia financeira e a transpor a condição restrita de consumidor, incentivando o trabalho precoce.

⁷ As considerações acerca da construção de legitimidade estão ancoradas nas proposições teóricas assinaladas por Berger (1985) e Douglas (1998:55-62)

Os pais são considerados, e assim, em muitos casos, também se julgam, incapazes de gerir novas formas de inserção laboral para os seus filhos, através de uma mediação baseada na transmissão, de geração a geração, dos saberes e conhecimentos profissionais em que foram socializados.

Alguns fatores têm sido fundamentais para que os pais não possam orientar a transformação dos seus filhos em trabalhadores. Primeiramente, eles sofreram e ainda estão submetidos às conseqüências dos atuais processos de retração dos postos e das alternativas de trabalho e de terceirização e flexibilidade dos vínculos de trabalho. Esses fatores, associados aos limites que o valor do salário impõe às condições sobrevivência física e social dessas famílias, acentuam os efeitos da correspondente desqualificação social, e, portanto, do isolamento social. É fato que vêm ocorrendo diversas formas de mobilização social em torno da condenação de alguns dos recursos usuais de antecipação das habilidades e responsabilidades dos filhos dessas famílias, principalmente no que se refere à socialização das novas gerações no universo do trabalho. Contudo, os pais não dispõem dos meios capazes de exercer o controle do tempo livre dos filhos que, diante da negação de uma inserção ocupacional, alargam, exatamente no momento da passagem do mundo da escola para o trabalho⁸, o tempo de transição entre a vida infantil e a adulta. (cf NEVES: 2002b)

Diante do quadro de fechamento das alternativas dos pais de famílias de segmentos populares para conduzir a socialização dos seus filhos pela afiliação no universo do trabalho, a inserção ocupacional deles acontece, em geral, em atividades remunerativas ligadas ao mercado informal. Por isso, a rua se transformou em um espaço passível de apropriação, devido ao fato de ela garantir meios e instrumentos capazes de proporcionar a reprodução física e social desse segmento populacional. Enfim, ela se tornou um recurso de enfrentamento das dificuldades materiais.

⁸ Aquelas instituições que foram objeto de análise do projeto de pesquisa “O campo institucional da caridade: “transmissão de patrimônio cultural sob exclusão”, são lançadas à reversão do hiato existente no campo das políticas públicas, durante o período da vida escolar e no limiar do término do processo de escolarização, em tese marcado pela entrada do jovem no mercado de trabalho. Os seus dirigentes se preocupam em gerir a inserção social dessas crianças e desses adolescentes, pois não acreditam na possibilidade de as famílias garantirem a reprodução moral e material dos seus filhos. Tal atitude está marcada pela iniciativa de reverter as carências que a condição de pobreza e de exclusão social lhes impõem, mas principalmente pautada na suposição e na suspeição que recaem sobre os jovens de seguirem trajetórias sociais marcadas pela entrada no crime organizado, pelo envolvimento em atividades ilícitas ou pela ida para a rua. Para essa Discussão: Ver Neves (2001 a ;2002 a; 2002 b;2002c)

O trabalho infanto-juvenil não se constituiu num aspecto importante para as famílias pobres, apenas em função da necessidade de ajuda e contribuição para aumentar os seus escassos recursos materiais. Para além dessa pressuposta lógica de sobrevivência, a adesão de pais e filhos a essa forma de trabalho está ancorada em um conjunto de valores e de significados sociais. Pais e filhos são incentivados, orientados, ou mesmo condicionados a aceitá-las, uma vez que o trabalho representa uma virtude moral. Do ponto de vista dos pais, trata-se de uma forma de controlar o tempo livre dos filhos, através da função disciplinadora do trabalho. É o tempo disponível dos filhos que é encarado pelos pais como um risco, tendo em vista as influências negativas dos amigos, que orientam a adotar comportamentos desviantes. Além de colaborar na composição do rendimento familiar, o jovem passa a compreender o relativo valor mercantil das coisas adquiridas, e a gostar dos benefícios proporcionados pela relativa autonomia financeira frente aos pais. Estes relativizam a positividade do trabalho infantil diante da constatação do risco a que estão submetidas às crianças e os jovens, quando perambulam pelas ruas da cidade, mesmo que sob a condição de trabalhadores. Esse risco se objetiva nas possibilidades de agressões físicas que, por ventura, os filhos possam sofrer no espaço da rua, e nas influências das más companhias que, acreditam, habitam o mundo da rua e exercem efeitos maléficos sobre as inserções das crianças e dos jovens, que aderem ao mundo da marginalidade e da delinquência (cf MELLO e VOGEL, 1991:134-150).

A presença de crianças e de adolescentes pobres nas ruas das grandes cidades ganhou a repercussão de um problema social, enquanto resultado de investimento de diversos agentes sociais afiliados a instituições internacionais e nacionais, defensores do direito das crianças e dos adolescentes e, fundamentalmente, da mídia nacional e internacional, quando tratou de abordá-lo de forma espetacular, para que assim fossem reconhecidos. A concepção dessa presença como um problema não é uma novidade, já que foi alvo de atenção de vários setores sociais como médicos, políticos, policiais e religiosos, mas é nos últimos vinte anos que ela ganha uma dimensão alarmante.

Destaca-se a atuação desses agentes sociais afiliados a organizações não governamentais, ressurgidas no atual contexto pela emergência de novos atores, e por serem condutoras das políticas públicas, que nos anos oitenta tiveram um papel essencial na construção de um discurso sobre a qualificada *criança de rua*.

Com essa retórica acerca do *menino de rua*, os agentes institucionais visavam mobilizar a opinião pública acerca dos processos de violência direcionada à *criança de*

rua. Ela sistematizou diagnósticos e estimativas catastróficas sobre o número de crianças e adolescentes na rua, e fundamentou análises distantes da realidade sócio-cultural dessas crianças e suas famílias. Por fim, proporcionou a elaboração de conceitos teóricos imprecisos⁹.

Os incipientes estudos nas áreas das ciências sociais operavam com as categorias *criança de rua*, *criança carente* e *trabalhador infantil* como se tivessem significados permutáveis. E, por isso, serviam para expressá-las sob um mesmo rótulo simplificador, deixando assim de lado os aspectos da diversidade de condições e de situação de vida da criança e do adolescente pobre. A imagem dos *meninos e meninas de rua* estava sistematicamente associada a situações de violência e à criminalidade, enquanto partes do universo da rua, assim, induzia à atribuição de que todos aqueles que se apropriavam deste espaço como instrumento de sobrevivência, apresentavam uma qualidade ou potencialidade ao crime. O ato de estar na rua era visto como consequência de uma origem familiar desestruturada, cujas práticas eram marcadas por situações de abuso sexual, promiscuidade, prostituição e abandono dos filhos. Esse segmento social esteve submetido a um processo de estigmatização, na medida em que foi, então, associado, indiscriminadamente, à violência, à criminalidade, à promiscuidade e à desorganização familiar.

Esse discurso sobre a *criança de rua* foi alvo de crítica de muitos estudiosos, que também questionavam as estatísticas superestimadas sobre o número de crianças na rua. Eles procuraram enfocar, a partir de pesquisas empíricas, outros aspectos que não fosse apenas o da violência e o da marginalidade. Puseram então em destaque uma pluralidade de modos de organização e de relações familiares, parentais e de vizinhança, que funcionavam como uma proteção contra o mundo da rua e da marginalidade. A associação da família à desorganização, ao abandono dos seus filhos, à promiscuidade sexual e à rua também foi questionada por esses estudos. Abordando as diferentes trajetórias de vida dessas crianças, constataram a complexidade das relações sociais estabelecidas no espaço da rua¹⁰. Por essas análises, a apropriação da rua por jovens e crianças não se vinculava apenas à prática de atos ilícitos, mas se configurava como um espaço possível de reprodução física e moral das famílias pobres através do trabalho.

⁹ Minhas considerações acerca do discurso sobre a *criança de rua*, produzido nas instituições internacionais e nacionais, estão baseadas no estudo de Rosemberg (1993).

¹⁰ Os estudos de Rosa (1979) e de Silva e Milito (1995) abordam as complexidades que subjazem às relações sociais estabelecidas pelos *meninos de rua*.

Além disso, muitos dos denominados *meninos e meninas de rua*, como forma de assegurar a sobrevivência, de fato praticavam roubos associadamente, atividades remuneradas ou mendicância. E, ao contrário daquilo que se pensava, eles não eram *abandonados*, pois que mantinham sistemática ou eventualmente contatos com os seus familiares. O reconhecimento da diversidade de situações sociais estimulou a criação de outros termos de distinção, como, por exemplo, a diferenciação entre *meninos e meninas de rua* e *meninos e meninas nas ruas*.

Não se pode também renegar a importância que os inúmeros estudos elaborados por profissionais das ciências sociais¹¹ tiveram para lhe dar maior visibilidade, principalmente quando traziam à tona as péssimas condições sócio-econômicas de vidas dessas crianças, e os efeitos perversos da política estatal de atendimento a essa infância e juventude.

No contexto do reconhecimento das crianças e dos jovens instalados nas ruas como problema social, eram poucas as referências que associavam a noção de um estado de risco à juventude pobre. O “olhar” estava direcionado para as crianças e adolescentes pobres que assumiam uma trajetória de vida marcada pela ida para rua, em busca de meios de sobrevivência.

Segundo Neves (1999), neste contexto, ocorreu o acirramento dos conflitos oriundos da ocupação da rua pelos pobres e miseráveis, que passaram, cada uma vez mais, a impor a sua presença nos espaços públicos. Com intuito de romper com o isolamento e amenizar as privações causadas pela situação de pobreza e miséria, esses indivíduos investem na criação de atividades passíveis de gerar renda, como as esmolas, os roubos, a prestação de serviços ou a venda de produtos. Mas também diante das dificuldades de estabelecer locais de habitação, eles se apropriam de parques, viadutos, calçadas e casas abandonadas para neles construir formas de moradias. Contudo, foram amplamente condenados pelos setores mais conservadores da sociedade, que acreditavam se tratar de indivíduos indesejáveis, perigosos e impuros. Mas, ao mesmo tempo, surgiam diferentes formas de condescendência por parte de outros segmentos, que entendiam tal fenômeno como resultante do modelo econômico de concentração de

¹¹ Neste período, outras temáticas foram amplamente abordadas pelas ciências sociais, como, por exemplo: prostituição infantil; criminalidade infanto-juvenil; relação entre a criança pobre e a família; a história da infância pobre; a história da legislação voltada para infância e a relação da criança pobre com a escola pública. Para uma discussão mais detalhada acerca da produção literária das ciências sociais sobre infância e juventude pobre nos anos setenta e oitenta. Essas afirmações podem ser verificadas em Alvim e Valadares, (1988) e Rizinni (1991).

renda, das extremas desigualdades sociais e da restrição dos postos de emprego gerado pela globalização.

Ainda como analisa Neves (1999), a presença de pobres e miseráveis¹² nas ruas não é um fenômeno específico de uma classe de idade. Mas quando se tratam de crianças, existem formas peculiares de socialização que envolvem a conquista do espaço da rua. No que tange às formas de tolerância e intolerâncias frente a essas crianças, elas estão relacionadas aos parâmetros ambíguos e contraditórios que constroem a representação da infância. Ao estar numa condição distanciada do modelo paradigmático de infância e dos padrões sociais de civilidade, essas crianças são mais passíveis de compaixão, mas, ao mesmo tempo, também estão mais sujeitas às indignações. São vistas como seres indesejáveis e impuros, quando, por falta de maturidade emocional e ausência da mesma força física dos adultos, utilizam os estigmas imputados de modo a dramatizar o risco que representam aos transeuntes.

A intolerância à *criança* e ao *adolescente de rua*, principalmente daqueles que praticam atos ilícitos e criminosos, expressou-se nos freqüentes episódios de extermínio sumário e seletivo, que se realizaram por iniciativa de alguns empresários, policiais ou traficantes. Embora seja uma forma brutal de solucionar o problema da criminalidade infanto-juvenil, ela encontra respaldo em setores mais conservadores da sociedade brasileira, mas também causa repulsa e indignação a outros¹³.

As ameaças de violência e de morte não intimidaram essas crianças e esses jovens de ir para as ruas das cidades em busca de meios de sobrevivência material e social. Já que “falava mais alta” a necessidade de criar recursos para amenizar a situação de pobreza em que viviam com as suas famílias. Eles antecipavam o processo de autonomia financeira frente aos seus pais, rompendo com a condição restrita de consumidores para se tornarem precocemente trabalhadores.

A escola e o trabalho são eleitos como instituições aliadas ao controle social das crianças e dos jovens das famílias pobres, delimitando assim as fronteiras onde se deve ocorrer o processo de educação e formação das novas gerações. Mas as famílias pobres

¹² Os estudos de Neves, (1999) e de Scorel, (1999) mostram que a apropriação da rua pelos pobres e miseráveis antecede a um processo de mediação e pressupõe uma forma de inserção social precária. Esses usuários devem ser socializados dentro das regras sociais de apropriação e de disputa de territorialidade do espaço da rua, e, além disso, aprender a lidar com os estigmas e preconceitos de modo a tirar proveito deles para lhes garantir a sua reprodução material e social e administrar os riscos e a violência física.

¹³ A questão dos extermínios de *crianças e adolescentes de rua* foi abordada por jornalistas e cientistas sociais como Dimenstein (1990) e Luppi (1981).

enfrentam inúmeras dificuldades em exercer a função de gerir a inserção profissional e a continuidade da formação escolar dos seus filhos.

Por ser o reconhecimento de um problema social parte de um processo dinâmico de luta e concorrência entre diferentes agentes sociais e institucionais, o fenômeno dos *meninos e meninas de rua* revela embates entre novas e antigas formas de intervenção, que se constituem neste contexto sócio-cultural e histórico específico.

Em consonância com a dimensão que ganha o episódio *dos meninos e meninas de rua*, o modelo de internato foi amplamente questionado pelos seus instrumentos antipedagógicos e os nefastos resultados¹⁴. Através de inúmeros trabalhos acadêmicos, ficou evidenciado que produzia efeitos contrários ao esperado, na medida em que aproximava ainda mais esses meninos do mundo do crime, ao invés de afastá-los.

O desmonte do modelo do internato teve a participação fundamental dos incipientes militantes e voluntários do movimento em defesa dos direitos civis e humanos dos *meninos e meninas de rua*, uma vez que denunciavam as constantes práticas de violência e de maus tratos cometidos contra estes pela polícia, grupos de extermínios e agentes institucionais. Tal movimento ganhou a adesão de antigos especialistas nesse problema, como alguns juristas, jornalistas, religiosos e ex-funcionários das instituições estatais. Concomitantemente, esses novos atores implantaram novas propostas de atendimento, cuja pedagogia se constituía basicamente na abordagem direta dessas crianças nas ruas.

A maior parte desses projetos alternativos, constituídos pela concepção da *pedagogia de rua*, foi posto em prática por esses militantes e voluntários, vinculados às organizações não-governamentais e ao aparato institucional da Igreja Católica. Muitos deles se profissionalizaram e se transformaram em um novo profissional gabaritado e requisitado para atuar neste universo - *os educadores sociais ou de rua*. Contudo, a aventura pioneira de contato e de convívio com essas crianças e esses jovens foi o que se tornou um atributo valorativo desse novo profissional. Além disso, novas formas de enquadramento e pertencimento institucional foram por eles construídas.

Essa luta em defesa dessas crianças culminou com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe novas configurações para a política de atendimento e assistência à infância e à adolescência pobre. Ocorreu a diversificação das formas de atendimento e do modo de inserção desse segmento social.

¹⁴ Com relação à produção acadêmica que criticava o modelo pedagógico da FEBEM: Ver Bierrenbach, Figueiredo e Sader (1987) e Altoé (1990)

A constituição desses novos atores enquanto categoria sócio-profissional refere-se também ao processo de reestruturação legal e moral das condições de atendimento à infância e juventude prevista no ECA. Trata-se de uma profissão recentemente institucionalizada¹⁵, mas que ainda alterna entre o voluntariado e o profissionalismo, ressaltando a dimensão militante que orienta a sua prática.

Neste contexto, os investimentos de produção acadêmica sobre a realidade da infância e juventude pobre avançaram, deixando de ficar restringidos apenas às formulações acerca dos *meninos e meninas de rua* e dos *meninos e meninas nas ruas*. Os pesquisadores abordaram as relações sociais estabelecidas por essas crianças e esses adolescentes em outros universos sociais, como, por exemplo, a escola, a família e o local de moradia. Em conseqüência, um terceiro termo de distinção foi criado: *meninos de comunidade*, em oposição aos *meninos de rua* (aqueles que faziam da rua um espaço de moradia) e *os meninos na rua* (aqueles que nela se encontravam para trabalhar). A pretensão classificatória era assim abarcar aqueles meninos que não estão nas ruas sob moradia ou sob trabalho, mas que estavam no espaço da família e da comunidade, lugar de onde haviam saído os outros meninos (os *meninos de rua* e os *meninos na rua*).

De acordo com Alvim (2001), os termos *meninos de rua*, *na rua* e *de comunidade* foram usados de forma estanque e separada, tanto pelos pesquisadores como pelos agentes sociais que intervêm diretamente visando reclassificar diferentes personagens e deslocá-los para espaços sociais diferentes. Esse uso não permitia que esses agentes percebessem que eles estavam qualificando crianças e jovens (com identificação residencial e sob tutela de familiares) de camadas populares que assumiam diferentes trajetórias sociais. Embora a formulação do termo *criança e adolescente de comunidade* tenha sido fruto de um investimento teórico para distinguir as formas de inserções sociais das crianças e dos jovens em outros espaços sociais, eles não deixaram de ser vistos como imersos em uma *situação de risco*.

Por fim, a valorização da alegada *situação de risco* foi consagrada diante do reconhecimento da proximidade física e social das crianças e dos jovens de camadas populares diante de traficantes de drogas, também objeto de prática condenatória que incide sob aqueles que emergem das mesmas condições sociais. A valorização positiva das crianças de comunidade frente às demais que se encontravam na rua foi revertida por essa proximidade, até certo ponto invisível ou encoberta pela estrutura de poder que

¹⁵ Essa discussão sobre a institucionalização do educador de rua ou social está baseada em Alvim (1995).

os traficantes¹⁶ impõem aos moradores em termos populares e de cujo abandono também aproveitam para acobertar suas ações ilícitas.

Ainda que estejam com as suas famílias e freqüentem a escola, não estão livres das ações mobilizadoras dos traficantes de drogas. Em conseqüência, essa juventude se tornou objeto de atenção institucional, por pertencer a um segmento social reconhecido como *carente* em termos materiais e morais, como portadora de uma predisposição peculiar, a adotar valores e práticas classificadas como degradantes.

Alguns agentes institucionais discordavam sobre propostas pedagógicas que deveriam incidir sobre essas crianças, polarizando em torno de uma política preventiva ou emergencial. Mesmo entre aqueles que aderiam à política emergencial, não havia consenso sobre os princípios pedagógicos que deveriam orientar a prática educativa com essas crianças. Alguns grupos concebiam a abordagem mobilizadora a partir do desenvolvimento de atividades nos espaços públicos de rua, onde se encontravam as crianças e os jovens. Outros conciliavam as atividades realizadas no espaço da rua com aquelas que eram desenvolvidas no espaço institucional. Outros, para além desses recursos, acreditavam ser necessários a implantação de abrigos. Os partidários da política preventiva, considerando essa pedagógica de rua como forma de intervenção pouco eficiente, focalizam os seus interesses sobre aqueles *moradores de comunidades* e áreas periféricas, ou seja, que se encontram vivendo em áreas identificadas como *de risco*.

As propostas de intervenção social baseadas em uma perspectiva preventiva se consolidam como prerrogativas mais eficientes. Então, com intuito de evitar uma inserção social degradante e desmoralizante que, por ventura, pudesse ocorrer através da *entrada no trafico de drogas* ou da *ida para a rua*, os recorrentes investimentos dos adeptos desse modelo se concretizam e se consagram na oferta de reforço escolar, na doação de gêneros alimentícios e na formação moral dos seus assistidos.

A possibilidade de emergência do termo distintivo *jovem em situação de risco* não está apenas relacionada aos aspectos das estruturas e relações sociais que dinamizam o campo de atuação voltado para o atendimento da infância e juventude

¹⁶ Os estudos de Neto (1995) e de Zaluar (1995;2000) contribuem para discussão acerca das imagens e das representações atuais sobre a favela que, impregnadas no imaginário social e nas práticas sociais, submetem os seus moradores às relações sociais estigmatizantes, por parte daqueles que não possuem esta marca distintiva, e as formas de poder e dominação impostas pelos traficantes de drogas presentes no interior destas áreas de moradia.

pobre. Ela é caudatária da influência de outros fatores provenientes do atual contexto sócio-cultural, que lhe confere valor.

Diante da constatação da incapacidade da família e da escola pública em arcar sozinhas com o processo de socialização das novas gerações das camadas populares, como já foi analisado, surge um conjunto de instituições que se lançam para reverter o hiato existente no campo das políticas públicas, especialmente durante o período da vida escolar e o limiar do término do processo de escolarização. Esses esforços institucionais se lançam, principalmente, quando a criança atinge a idade legalmente estabelecida para assumir a posição de escolar na rede de ensino formal, a fim de evitar as possibilidades de abandono e insucesso escolar. Mas ao mesmo tempo, ocorre a valorização de atuação que visa ao controle do tempo livre do jovem, durante o período do ciclo de vida em que ele busca maior autonomia frente aos pais, ou seja, momento de liminaridade entre a infância e a vida adulta. Enfim, os dirigentes dessas instituições, desacreditados da possibilidade da família e da escola assumirem sozinhas o processo de socialização e de formação moral dessas crianças e desses adolescentes, assumem a responsabilidade de gerir a inserção social.

Esses agentes institucionais investem em uma pedagogia em disciplinas de formação para o trabalho. Ainda que possa parecer o trabalho como uma alternativa aparentemente encoberta diante da questão da violência e da educação, a profissionalização é vislumbrada como uma solução para *afastar* ou *recuperar* os adolescentes da marginalidade e da criminalidade (cf ALVIM, 1995;168-169) Porém, os representantes das instituições estatais e das associações profissionais financiadoras abandonaram os projetos de inserção social profissional direcionados para o segmento populacional reconhecido como pertencente às camadas pobres. Os seus titulares se sentem desencorajados, por não disporem de somas consideráveis, que são, para isso, exigidas, mas passíveis de ineficácia diante de um quadro de desemprego estrutural e de precarização das condições de trabalho.

Esse contexto sócio econômico e histórico que é marcado pelos processos de flexibilização e de terceirização das relações de trabalho e pelas consolidações das prerrogativas neoliberais, que foi também condicionado pela adesão de governantes, tanto de direita quanto de esquerda, pertencentes a vários países do mundo, não é algo específico à sociedade brasileira. Conseqüentemente, o Estado se demitiu da promoção de políticas públicas nas áreas sociais, como a saúde, a educação e a habitação. E houve a degradação das antigas proteções sociais promovidas pelo Estado intervencionista,

que antes visava atuar sobre as próprias estruturas da distribuição. Com essas transformações, o Estado atualmente se limita a realizar uma política de simples correção de efeitos da distribuição desigual dos recursos econômicos e culturais. Instaura-se então uma política assistencialista, voltada para atender àqueles que são eleitos como pobres merecedores de ajuda¹⁷. Esta situação é ainda agravada pelo desengajamento das organizações mobilizadoras dos trabalhadores, cujos dirigentes se vêem intimidados ao exercício de ações coletivas, diante do medo de perder os benefícios que são assegurados por conta do status de trabalhador fixo, num contexto mundial de desemprego estrutural.

Mediante tal quadro, os agentes institucionais do campo de assistência à juventude pobre, assim como as famílias e a escola, vêm-se impossibilitados de mediar a inserção dos jovens em função do fechamento das alternativas antigas de inserção social, através do trabalho ou da profissionalização. A potencialidade para a criminalidade e a marginalidade atribuída à infância e à juventude pobre, por conta do processo de exclusão em que vivem, revela a constatação do risco que a sociedade atravessa diante de tal fechamento.

Paralelamente, houve um crescimento de programas sociais que priorizam as linguagens artísticas e esportivas como instrumento pedagógico no atendimento desse segmento populacional. Essa nova forma de intervenção é vista como um canal potencializador da integração e sociabilidade desses jovens. Segundo seus defensores, ela é capaz de atraí-los para outras referências morais e comportamentais, já que estimula a tolerância ao convívio com a diversidade, a formação de uma autoestima, a reflexão crítica e transformadora de práticas naturalizadas e a construção de uma identidade positiva¹⁸. Não objetivando uma inserção pelo trabalho, a transmissão do saber técnico e profissional é posto em segundo plano, ou mesmo considerado inviável, porque imprevisível no movimento do mercado de trabalho.

Essas reflexões por mim sistematizadas, embora ainda não dêem conta dos múltiplos aspectos que os termos distintórios e, assim, desclassificatórios, alcançam, destacam os efeitos práticos das ações dos agentes integrados ao campo da filantropia e do voluntariado, inclusive o CEJOMM. Como esclarece Geertz (2003), os homens são,

¹⁷ Os efeitos da consolidação das políticas neoliberais foram amplamente discutidos por Bourdieu (2003: 215-223) e inspiraram as minhas considerações em foco.

¹⁸ Apóio-me, para as considerações em pauta, em análises elaboradas por Reis (2000) e Zaluar (1994).

em grande parte, efeitos da tomada de consciência de como são por outros vistos. Integrados sob suspeita, esses jovens estão submetidos a processos pedagógicos que acenam com recursos para combater um mal a eles inerentes. As ações desses mesmos jovens permitem então compreender os efeitos dessas políticas de inserção geracional. Esta será a minha intenção ao prosseguir com a análise, agora considerando as características e práticas institucionais do CEJOMM.

4 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CEJOMM E O DE D. BOSCO.

Conforme analisado no capítulo anterior, o projeto pedagógico posto em prática no CEJOMM está baseado nos princípios morais elaborados por D. Bosco, diante da criação do primeiro Oratório Festivo, ocorrido em Turim, na Itália, em 1841. Através dele, D. Bosco agregava crianças e jovens para o exercício de atividades lúdicas aos domingos. Os valores, as idéias e as crenças que orientaram D. Bosco para a construção desse Oratório Festivo ainda se constituem referências, tanto para os outros Oratórios Festivos, como para os que deles se desdobraram, os Oratórios Diários, assim como para as demais obras sociais.

Os representantes das Obras Salesianas investem para que os Oratórios Festivos e Diários sejam reconhecidos como um espaço de evangelização, recreação e formação moral voltada para juventude pobre, sobretudo aquela que não é *carente* apenas em termos materiais, mas também morais.

“... Oratório Festivo surgiu, como afirma Dom Bosco, como forma de reeducação, preservação e salvação humana e cristã dos meninos abandonados. Não se trata de um simples lugar de instrução, mas de um ambiente educativo integral. Um ambiente onde tudo é educativo. Um ambiente que ofereça ao jovem a possibilidade de um desenvolvimento integral, completo e harmônico de suas qualidades e de seus interesses juvenis... (pág. 7)” (Fonseca, Padre Jairo de Matos – Livro Oratório Salesiano – ISJB - 1996).

A diferença na forma de evangelizar e de educar dos Salesianos está ancorada em alguns princípios comuns. Em primeiro lugar, destaca-se o investimento, que eles acreditam realizar, na recreação, no lúdico e no esporte como instrumentos pedagógicos de aprendizagem religiosa, moral e educativa. Eles partilham da crença de que esses recursos pedagógicos são importantes para disciplinar e formar moralmente os indivíduos. Os trechos seguintes expressam o valor desse preceito no elaborado método:

“...Para Dom Bosco (o Oratório) é um lugar onde a oração e os valores espirituais merecem lugar de destaque. Isto não de uma forma pesada e antipática, mas de uma forma leve e agradável. O oratório é, sobretudo um lugar alegre e descontraído onde crianças, adolescentes e jovens se reúnem para o catolicismo e mais ainda para uma recreação sadia, onde os climas de amizade e de respeito falam muito alto. O Oratório Salesiano tem muito mais pátio que igreja, muito mais recreação que oração, muito mais alegria e descontração que momentos de se estar

sentado numa caldeira para receber a formação religiosa. Porém, no pátio se aprendem pouco a pouco e se vivem os valores da fé e da religião. Não existe uma separação nítida entre fé e vida; entre religião e diversão; entre momentos de oração e momento de recreação. Tudo é feito com amor e com o coração agradecido a Deus.(pág. 1).” (Fonseca, Padre Jairo de Matos – Livro Oratório Salesiano – ISJB - 1996).

“...Os exercícios ginásticos e esportivos, a música, a declamação, o teatro, os passeios, são meios eficacíssimos para se alcançar a disciplina, favorecer a moralidade e conservar a saúde..(pág. 3)” (Pe. Gogo, Jacy– O jeito Salesiano de Educa – ISJB – s/data)

Os atributos e as qualidades que definem quem são os educadores Salesianos é um outro aspecto fundamental para entender os valores que orientam a concepção deles acerca do que os fazem diferentes. O educador é aquele que se dedica e ama o trabalho com os adolescentes, porque está motivado pelo sentimento cristão de solidariedade, de amor ao próximo e de fé em Deus. O trabalho do educador é entendido como uma vocação ou uma missão:

“...O Pe. Braido afirma que não existe nenhuma instituição de Dom Bosco onde o fazer-se amar seja para o educador um dever tão rigoroso. O bom andamento do Oratório depende sobretudo de um verdadeiro espírito de sacrifício, caridade, paciência, bondade para com todos...(pág. 8)”

“...Oratório é uma palavra que deve estar sempre nos convidando a trabalhar pelos jovens em nome da fé e em nome da solidariedade humana...” (pág. 2)

“... É preciso ao menos de algumas pessoas com um grande amor no coração. Pessoas persistentes e decididas, que não ficam desanimadas nem diante das dificuldades, nem diante dos fracassos aparentes e reais. O oratório é uma instituição eficaz na educação dos meninos e dos jovens na medida em que o educador estiver no meio dos educandos com um coração palpitando de amor por eles...(pág. 10)”.(Fonseca, Padre Jairo de Matos – Livro Oratório Salesiano, ISJB, 1996).

Neste sistema pedagógico, os seus representantes valorizam a formação educativa que oriunda de um saber-lidar com a juventude, que é obtido através da experiência, vivência e prática com os próprios adolescentes. Essa forma de conhecimento se contrapõe à idéia de um método de educação, que esteja ancorado apenas em formulações teóricas, elaborado de forma distanciada da prática, o que revela a construção de uma imagem da educação salesiana como algo informal, em oposição às instituições formais de ensino, como as escolas, os internatos e os seminários. Além disso, esse aspecto põe em revelo os valores e significados que orientam a preferência por educadores, cuja trajetória esteja marcada por envolvimento em trabalho voluntário

nas obras salesianas. No texto seguinte, observa-se a importância atribuída a esse determinado saber-lidar:

“O sistema preventivo é uma experiência de vida”.

Não adianta querer aprender-lo só com a cabeça. É que nem aprender natação: a gente só aprende se pular na água. Não adianta só ler um livro sobre natação.

O motivo é simples é preciso eu viver com o jovem, brincar com ele, conversar com ele, me comunicar com ele para poder compreendê-lo, ajudá-lo, aprender com ele, fazer a comunhão com ele. Dom Bosco viveu a vida toda com os jovens e desta vida ele tirou as regras do seu sistema. Não foi preciso ler muitos livros de pedagogia. A vida foi o seu grande livro”.
(Pe. Gogo, Jacy – O jeito Salesiano de Educa – ISJB – s/data, pág.2)

Os agentes institucionais do CEJOMM se mobilizam para realizar tanto a redistribuição de bens materiais, sociais e culturais, quanto à oferta de serviços especializados, que são considerados como capazes de suprimir ou amenizar alguns efeitos negativos proporcionados pelo estado de carência material e moral dos seus assistidos.

A educação e a nutrição são identificadas como carências que produzem efeitos acumulativos na vida dos pobres, tornando-se ambos alguns dos pressupostos básicos que orientam a luta pela minimização da situação de pobreza. Essa expectativa de erradicar tais conseqüências é deslocada para o futuro, de modo que se materialize na criação de ações que visem à complementaridade ao sistema de ensino formal e à alimentação, embora esse último aspecto não se constitua no enfoque principal da instituição.

O CEJOMM atende a cerca de 250 crianças e jovens, entre as idades de 8 a 15 anos, oriundas das camadas populares. Os seus assistidos moram nas comunidades de favelas situadas nas proximidades dessa Instituição, sendo elas: Ititioca, Viradouro, Atalaia, Cavalão, União, Cubango e Estado.

A condição de moradores de favela dos usuários (*jovens de comunidade*) do CEJOMM é um fator importante para compreender os significados que o termo *jovem em situação de risco* assume neste contexto institucional, isto é, quais são os usos feitos desse termo classificatório.

Essas *crianças e esses jovens carentes* são vistos como “presa fácil” dos bandidos, ou seja, eles estão mais passíveis de ceder ao assédio dos traficantes, que os seduzem demonstrando que possuem acesso ao consumo, às mulheres e ao poder na comunidade. A construção de uma retórica sobre as causas que conduzem esses

meninos ao mundo do crime organizado está associada à noção de que a carência material reporta também à carência em termos morais. O trecho a seguir reproduzido demonstra que a crença em um estado de risco associada à juventude pobre antecede à qualificação da atual condição social.

“...Ter o próprio dinheiro obtido pelo trabalho. A sociedade hoje está marcada por uma grande desonestidade. Existe até propaganda da desonestidade. E os marginais muitas vezes aparecem nos meios de comunicação como heróis. Isto chegou a tal ponto que o sonho de grande parte dos adolescentes empobrecidos é pertencer a uma quadrilha. E é comum encontrar meninas que sonham ser esposa de um marginal. Neste contexto o Oratório tem a difícil tarefa de levar o menino a querer ter seu próprio dinheiro de forma honesta e justa. E o caminho honesto e justo para obter dinheiro e outros recursos chama-se trabalho.”(Fonseca, Padre Jairo de Matos – Livro Oratório Salesiano – ISJB – 1996, pág 18).

Não é só a noção de situação de risco que expressa a essencialização do mal entre os pobres. Outra categoria que exprime a riqueza do significado dessa divisão social do mundo é a *favela*.

Segundo Valladares, no imaginário social, pensar a favela é pensar a pobreza e a precariedade. Ela não só simboliza o *locus* da pobreza, mas também o dos problemas sociais, numa associação entre espaço físico e tecido social, que “dá um tom” de precariedade. Ela é entendida como um território, por excelência, da pobreza e da cultura popular, que se expressa no samba, no rap e no funk, e propício ao aparecimento de cultos religiosos diferenciados. Atualmente, é identificada como um território central do tráfico de drogas; enquanto, no passado, era o do jogo do bicho. Sobre ela, ainda prevalece a imagem de um local onde a política adota configurações diferenciadas. Por fim, ela representa um local que apresenta um *modus vivendi* cotidiano diferenciado e peculiar aos de outras áreas da cidade, e, por isso, os seus moradores são condicionados a expressar comportamentos diferenciados. Trata-se de uma visão que é uma nova versão do meio condicionando o homem.

À favela são imputados atributos desabonadores como a precariedade, a criminalidade e a anormalidade. Por ela simbolizar um local onde o modo de viver adota configurações peculiares aos demais espaços, a ponto de influenciar o comportamento dos indivíduos que vivem nela, recaem sobre os mesmos uma identidade negativa e desqualificada, formada a partir dos valores negativos imputados ao local de moradia.

Os agentes institucionais do CEJOMM consideram uma batalha árdua lutar contra as influências que o local de moradia exerce sobre os assistidos. Eles compartilham da crença de que essas crianças e esses adolescentes possuem um comportamento mal educado, agressivo e indisciplinado, por conta da convivência com a violência e a criminalidade própria ao local de moradia. O comportamento inadequado às regras institucionais, as dificuldades para assimilar o exercício de atividades, a indisciplina, a falta de concentração, a verbalização de palavrões, as brincadeiras de tapas entre eles, tão comuns aos meninos, e as trajetórias de fracasso dentro da instituição, todos são vistos como reflexo de uma vivência marcada pela presença de constantes cenas envolvendo: assassinatos brutais e tiroteios travados entre bandidos e policiais ou entre os próprios bandidos. Os casos de sucesso entre os jovens são referidos a uma excepcionalidade, proveniente da personalidade do indivíduo.

Por serem considerados por uma grande potencialidade para criminalidade, recaí sobre essas crianças e esses adolescentes a constante desconfiança quanto à idoneidade de seus atos. Esta desqualificação social também é imputada, sobretudo, aos familiares deles. Embora os educadores admitam, quando são indagados sobre a realidade desses indivíduos, que não possuem um contato intenso com os pais, e muito menos conhecem o ambiente onde eles vivem, as referências elaboradas pelos agentes institucionais sobre os pais dos usuários são sempre relacionadas à noção de uma desestruturação familiar e de uma preponderância de atos desviantes.

A situação vivida durante o trabalho de campo pode exemplificar essa configuração assumida nas relações entre agentes institucionais, usuários e familiares:

Neste dia, acompanhei duas funcionárias da instituição em uma visita à casa de uma oratoriana. A razão dessa incursão era a falta de assiduidade da menina, que havia anteriormente comunicado o seu afastamento por conta do sumiço do irmão mais velho, mas o comentário, entre os funcionários e colegas da instituição, era que ela não estava frequentando o Oratório porque estava grávida. Essa versão dos fatos foi obtida através de alguns colegas da escola dela que também participavam das atividades na instituição. Procurei me interar sobre as causas que motivavam a visita. As funcionárias acreditavam que ela não estava comparecendo por causa do sumiço do irmão traficante de drogas. Durante a conversa com a menina, soubemos que ela, a mãe e outros irmãos não moravam mais no morro, por medo de possíveis represálias do assassino do irmão dela, mas continuavam lá a avó, os tios e os primos. A gravidez da garota foi constada logo no primeiro contato, mas conforme o seu relato, ela tinha sido violentada por um vizinho da família, e acabou engravidando. Mediante as ameaças dele, ela escondeu o fato da família, até não pode mais fazê-lo com o crescimento da barriga. O irmão revoltado com a situação resolveu tirar satisfação com

o vizinho, após o ocorrido o rapaz sumiu e foi encontrado assassinado em um matagal. A família desconfia que o crime foi encomendado pelo agressor, mas não têm como provar, o que levou a processá-lo apenas por violência sexual. (Diário de Campo, 08/06/2001)

O consumo de álcool e drogas ilícitas, a promiscuidade, o abuso sexual, a violência doméstica, os descuidos com as obrigações familiares e o envolvimento com atos ilegais são identificados como elementos inerentes às condições de vida desses segmentos sociais.

Os agentes institucionais acreditam que a ausência de trabalho educativo a ser realizado com os pais dificulta o alcance dos seus objetivos pedagógicos com as crianças e os jovens. A expressão “a gente educa aqui, eles deseducam em casa”¹⁹ revela o motivo que os mobilizam a desenvolver algumas atividades educativas com as famílias dos usuários, como, por exemplo, a oferta de atendimento psicológico ou orientações repassadas durante o curso de cabeleireiro. Ao mesmo tempo, eles relativizam tal opinião, afirmando que as crianças transmitem aos pais os conhecimentos, os valores e as práticas que assimilaram durante a socialização no espaço da instituição. Ao mesmo tempo, acreditam que a família é um espaço que pode ser convertido aos valores institucionais através da mediação do aluno.

As relações sociais estabelecidas entre oratorianos e agentes institucionais estão pautadas num processo de categorização estigmatizante²⁰. A partir de uma perspectiva interacionista, entende-se por estigmatização, o processo de classificação social pelo qual um grupo social ou indivíduo identifica um outro grupo social ou indivíduo como portadores de certos atributos reconhecidos seletivamente pelo classificante como negativos ou desabonadores. A ação social estigmatizante nada tem a ver com uma forma de relação social baseada nos fatos empíricos referentes ao modo de vida ou à personalidade do classificado, mas está baseada em representações de certas características associadas ao tipo de estigma.

Mesmo diante da crença de que as crianças e os jovens possuem uma potencialidade para o mal, quando os educadores eram solicitados a contar casos de envolvimento de usuários com atividades ligadas ao crime organizado, admitiam não ter conhecimento de muitos casos, ou alegam não lembrar. Os poucos casos de

¹⁹ Essa frase foi retirada de uma entrevista realizada com o educador Leandro – 35 anos - em 20/08/2003

²⁰ A discussão sobre estigma está baseada nos trabalhos realizados por Goldwasser (1985) e Schneider (1985).

envolvimento em atos ilícitos não estavam sempre relacionadas à tão comum retórica da ausência de estrutura familiar e/ou das dificuldades econômicas, como exemplificado no trecho abaixo:

Você se lembra de algum caso de envolvimento de jovens daqui com o tráfico?

“Tem o caso do Paulão que morreu com um monte de tiros. Eu gostava dele. Ele fazia capoeira....Ele era gente boa, e de repente passou a usar drogas. O Oratório entrou de férias, logo depois, na volta as atividades, ele já veio diferente... Nós conversamos muito com ele. ...O Paulão começou a vender cocaína em beira de bar. Eu fui, por coincidência, tomar cerveja com uns amigos meus, e eu o vi traficando. Eu falei com ele: “Meu irmão! Você está vendendo drogas”. E ele diz: “É”. Então, eu falei: “Você vai morrer! Se os traficantes do morro souberem, eles virão aqui para te pegar. Se a polícia souber, eles também vão te cassar”....Ele era filho adotivo, não tinha problema nenhum. Ele tinha até uma casa muito boa. A mãe adotiva dele lhe dava dinheiro. Ele tinha até muito mole. Ele entrou para o tráfico de safadeza, de malandragem, mas, por ele, pegava o dinheiro, ficava vendendo cocaína e fumando um cigarrinho. Nós voltamos a conversar, e eu diz: Puxa, Paulão! Para com isso, ainda é tempo. Você é filho adotivo; a sua mãe gosta de você; você tem casa, computador, televisão, um quarto com tudo”. Ele tinha tudo, mas não queria estudar. Não queria nada, queria é ficar fumando maconha. Não deu outra coisa, passou um mês depois à polícia pegou arrastou, lhe deu uma coça e encheu de tiro. Não foi por falta de aviso.”(Entrevista realizado em Julho de 2003 com o educador Marcos do CEJOMM, 38 anos)”.

A ação estigmatizante não está dissociada do enfrentamento pela delimitação das diferenças entre os grupos sociais e da demarcação de suas respectivas posições estruturais, isto é, dos mecanismos de afirmação da diferenciação e das condições sociais de elaboração e imposição de um conjunto de representações sociais de um grupo em relação ao outro.

Os agentes institucionais se atribuem a missão salvadora que se constitui em uma cruzada moral contra os traficantes, uma vez que crêem que os princípios morais transmitidos por eles são fundamentais para formar indivíduos forte emocionalmente e socialmente, a ponto de negar essa forma de trajetória desviante. Portanto, eles se arrogam o dever de orientar o jovem na reflexão sobre os seus valores, seus comportamentos e suas práticas sociais.

“Na parte do “Regulamento do Oratório” que fala das condições de aceitação, podemos ler:

1. Sendo a finalidade deste Oratório manter a juventude longe do ócio e das más companhias, sobretudo em dias festivos, todos podem ser acolhidos ai, sem exceção de grau ou condição.

2. Porém, aqueles que são pobres, mais abandonados e ignorantes, são acolhidos de preferência, pois tem maior necessidade de assistência para se manterem no caminho da salvação eterna”. (Fonseca, Padre Jairo de Matos – Livro Oratório Salesiano – ISJB – 1996, pág. 8).

Os pais e educadores se aliam no controle do tempo livre das crianças e dos adolescentes a partir do afastamento físico do espaço vicinal da favela, que é substituído pelas atividades recreativas dentro da instituição. Esta atitude é amplamente valorizada em razão da crença compartilhada por eles sobre os perigos da favela. Os espaços de entorno das favelas são considerados perigosos por conta da ação mobilizadora de traficantes e dos grupos de amigos, onde pode estar presente o ritual de iniciação ao consumo de drogas. Além disso, o medo de deixar a criança “solta na favela” está na chance dela presenciar situações perigosas, como, por exemplo, os tiroteios, as batidas policiais e os assassinatos.

Em sua análise sobre a importância de projetos sociais de cunho recreativo para os jovens da comunidade do Borel, Maia (1999) afirma que um dos efeitos provocados pelo cenário de violência e constantes conflitos entre policiais e traficantes foi a perda do espaço público, porque esse passou a ser identificado como um local perigoso e, portanto, a ser evitado. A rua é o espaço onde habitualmente ocorre a convivência e a socialização entre os moradores e vizinhos, muitas vezes através de jogos e brincadeiras. Neste contexto de perda do espaço vicinal, é que programas sociais de cunho recreativo representam uma alternativa, ou melhor, a conquista de um novo espaço seguro de socialização entre os seus pares.

Na opinião de Zaluar (1994), embora esses programas se preocupem em promover atividades pedagógicas como meio de afastar o menor, considerado *abandonado e carente*, das ruas, não existe um enfoque na disciplina ou na submissão como meio de atingir uma identidade globalizadora. Embora essa nova filosofia esteja centrada no corpo, ela está associada ao hedonismo e às políticas alternativas de racionalidade moderna, que enfatizam a recreação, o prazer corporal e a ausência de disciplina.

Essa “pedagogia da recreação” não prioriza um projeto disciplinador dos corpos. Ela se constitui em um instrumento de controle e regulação de práticas, ações e comportamentos dos grupos menos favorecidos da sociedade, reconhecidos pela sua propensão à criminalidade e à marginalidade, através do controle do seu tempo livre. As atividades desses projetos estimulam os indivíduos a desenvolver mecanismos de

autocontrole dos seus impulsos, porque enquanto portadores de caráter mimético, funcionam como um espaço regulado de extravasamento das emoções descontroladas dos homens. Tais projetos assumem um papel de “válvula de escape” para conter as tensões sociais, oriundas da indignação e da revolta daqueles indivíduos que estão sujeitos à condição de exclusão social e miséria. Ao mesmo tempo, eles se constituem num mecanismo eficaz de barganha e negociação individual, que proporciona aos indivíduos meios de alcançar novas posições sociais.

Os agentes institucionais do CEJOMM investem para que a instituição não seja identificada como um local que atende aos pobres, ou que ocupa o tempo livre das crianças, mas, ao contrário, associada ao trabalho de desenvolvimento de uma educação voltada para a construção de uma cidadania e a recuperação da auto estima. No trecho a seguir, fica evidenciada a elaboração de construção dessa imagem pública:

Questão de ponto de vida

Em nossa experiência diária no CEJOMM, é interessante notar a colocação de algumas pessoas com relação do papel do Cento Juvenil.

Alguns dizem que é um lugar para atender “pobre”, simplesmente. Outros ainda que as crianças e os adolescentes da comunidade devem ocupar-se para que não façam “besteira” na rua. São colocações simplistas que não alcançam o significado da obra.

Mas é interessante notar o amadurecimento da percepção de muitas outras pessoas quanto ao papel do Centro Juvenil Oratório Mamã Margarida, como obra salesiana: 1 O CEJOMM trabalha com um projeto educativo capaz de atingir ao público atendido, 2. propicia a ampliação do desenvolvimento intelectual das crianças e dos adolescentes, 3 estimula os mesmos a exercer a cidadania. Além de muitas outras questões que perpassam o contexto da obra. (Momentos CEJOMM, Ano I, Dezembro de 2000, pág.1)

Os agentes institucionais acreditam que os oratorianos ampliam os seus horizontes culturais, passando a vislumbrar a construção de um projeto de vida, na medida em que a convivência neste espaço institucional, que é “uma comunidade religiosa” e “de fé em Deus” (Fonseca, Padre Jairo de Matos – Livro Oratório Salesiano, ISJB, 1996) oferece uma referência moral e cristã para o comportamento humano.

A possibilidade de oferecer alternativas diferenciadas para construção de um futuro melhor e de enfrentar o risco e a exclusão social aos assistidos está relacionada às ações educativas da instituição. Essas atividades educativas visam à construção de uma identidade positiva, o desenvolvimento de uma autoestima, a conscientização dos direitos de cidadania e a integração produtiva na sociedade.

A construção de uma identidade positiva está voltada para formação de uma identidade étnico-racial, que trará questionamentos sobre os aspectos sociais, culturais e históricos em que fundamentam o preconceito racial e o processo de exclusão imposto à população negra. Os educadores imaginam que, desta maneira, contribuem para que os jovens criem uma referência positiva de si mesmos, amenizando os efeitos psicológicos provocados pela internalização dessa desvalorização. Em geral, esse assunto está relacionado à beleza e à saúde, enfocando principalmente a questão da beleza física e da capacidade intelectual dos negros. Enquanto isso, o desenvolvimento da autoestima se refere ao investimento dos educadores na constituição de indivíduos portadores da capacidade de suportar o desprestígio e a desqualificação social.

O projeto de integração produtiva dos oratorianos na sociedade se formaliza, especialmente, através da inculcação do valor abstrato do trabalho, entendido como um meio de reverter potencialmente os efeitos nefastos da desorientação; ou que esses jovens possam desviar pela inserção social degradante e desmoralizante, através da entrada para o tráfico de drogas. Esse valor moral é visto como um meio de salvação, capaz de inibir a ação mobilizadora dos traficantes.

Os agentes institucionais investem em uma política de inserção profissional que enfatiza a formação pessoal dos seus assistidos, através da formação de um ethos do trabalhador autônomo ou informal. As atividades formativas que são identificadas por seu caráter semiprofissionalizante ou de geração de renda caracterizam-se por uma proposta de qualificação profissional. Ocorrem com a oferta de cursos que visam o aprendizado de um determinado ofício, ou de transmissão de conhecimentos e habilidades gerais. A estas ações limitam-se às atividades de formação cultural. O objetivo institucional é garantir aos jovens meios para prestar serviços remunerados fora do mercado formal. Valoriza-se principalmente a capacidade de criar condições de se inserir numa atividade ocupacional, longe do mundo do crime e fora do mercado formal de trabalho.

As atividades institucionais acontecem em dois turnos, de modo a complementar o sistema de educação formal, limitado à duração de 4 horas diárias. O primeiro turno funciona de 7:30 às 10:30 e o segundo de 13:30 às 16:30. Essas atividades se constituem em quatro modalidades: as oficinas denominadas como esportivas, artísticas, sócio-culturais e semiprofissionalizantes, o lanche, a recreação e o encaminhamento para o mercado de trabalho.

4.1 As Atividades Institucionais

4.1.1 As Oficinas

As oficinas são definidas como atividades educativas desenvolvidas e orientadas para questões artísticas, esportivas, sócio-culturais e de inserção ao mercado de trabalho, com cursos considerados semiprofissionalizante e/ou geração de renda. Elas acontecem sob a orientação dos educadores sociais, que desenvolvem atividades previamente planejadas e orientadas sobre temáticas definidas nas reuniões de planejamento da instituição. Os educadores são responsáveis pela implementação de duas oficinas diferentes, cujos conhecimentos transmitidos em cada uma delas são resultados da formação e de habilidades gerais por eles adquiridos, em alguns casos, em instituições formais de ensino, como por exemplo, a formação em escola de magistério. No que tange as habilidades, elas são obtidas pelos processos de socialização em saberes e conhecimentos em outros espaços sociais, como, por exemplo, a capoeira, a dança, o artesanato, a culinária e o maculelê.

O projeto pedagógico é desenvolvido através de 16 oficinas que acontecem todos os dias, com duração de 1:15 h. O programa de atividades assume a mesma configuração nos dois turnos. A instituição desenvolve as seguintes oficinas: capoeira, maculelê, ginástica geral, ginástica olímpica, culinária, artesanato (contas e continhas), consciência negra, manicure, cabeleireiro, comunicação, dança, leitura e gostosuras, informática para crianças e informática para adolescentes, Mãos Mágicas e Jovem Mania. Elas estão distribuídas da seguinte forma:

Oficinas/Dias	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
Educador A	Consciência Negra	Manicure	Consciência Negra	Manicure	Consciência Negra
Educador B	Cabeleireiro	Comunicação	Cabeleireiro	Comunicação	Cabeleireiro
Educador C	Jovem Mania	Mãos Mágicas	Jovem Mania	Mãos Mágicas	Jovem Mania
Educador D	Dança	Leitura e Gostosuras	Dança	Leitura e Gostosuras	Dança
Educador E	Culinária	Contas e Continhas	Culinária	Contas e Continhas	Culinária
Educador F	Capoeira	Maculelê	Capoeira	Maculelê	Capoeira
Educador G	Ginástica Olímpica	Ginástica Geral	Ginástica Olímpica	Ginástica Geral	Ginástica Olímpica
Educador H	Informática para jovens	Informática para crianças	Informática para jovens	Informática para crianças	Informática para jovens

Os usuários são matriculados em duas oficinas, de modo a se ocuparem com atividades todos os dias da semana. Eles são distribuídos de acordo com as faixas etárias de oito aos onze anos e dos doze aos quinze anos. Em geral, as oficinas apresentam números equilibrados de assistidos dos dois sexos, com exceção das oficinas de capoeira, dança e cabeleireiro. A oficina de capoeira é marcada predominantemente pela presença de indivíduos do sexo masculino, enquanto a de dança e de cabeleireiro contam maciçamente com a frequência das meninas.

As atividades pedagógicas implementadas em cada oficina se referem a questões relacionadas às temáticas eleitas como referentes a cada mês do ano letivo, como, por exemplo, dia do meio ambiente, campanha de combate às drogas, dia da consciência negra, dia dos pais, dia da independência do Brasil, festa junina, natal e outros. Esses temas são definidos nas reuniões de planejamento anual da instituição. A orientação educacional para a realização dessas atividades temáticas acontece nas reuniões de apoio pedagógico sob a responsabilidade da coordenação. Como parte desse conteúdo programático estão incluídos os dias de festividades, os passeios, os campeonatos de dança e de esportes ou as atividades extra-curriculares. Quando acontecem as festas, em geral, elas estão vinculadas a datas comemorativas presentes no calendário anual e nos feriados santos, destacando-se as comemorações de aniversário de morte ou nascimento dos patronos religiosos da congregação Salesiana.

4.1.2 Lanche

O lanche é entendido como uma forma de complementação alimentar, cujo objetivo é oferecer algum tipo de contribuição para amenizar a carência nutritiva dos assistidos do CEJOMM. Todavia, esta modalidade de atendimento não é prioridade do projeto assistencial da instituição.

Ele costuma ser composto de pão com manteiga e suco de frutas artificiais. Raramente se apresenta sob outra composição. Quando muito, no lugar do pão, são oferecidos pacotes pequenos de biscoitos.

A ausência de qualidades nutritivas do lanche é alvo de muitas críticas por parte da coordenação e dos educadores da instituição, que reconhecem a necessidade de melhoria dessa modalidade de assistência. Eles costumam enfatizar a necessidade de incorporação desse projeto pela instituição, uma vez que a carência alimentar proporciona conseqüências futuras no desempenho intelectual das crianças e dos

adolescentes. Mas, em geral, a melhoria dessa forma de atendimento é negada pela direção, sob a justificativa de falta de verbas financeiras, já que a oferta do lanche depende das doações realizadas por supermercados e padarias da região. Com exceção dos dias de festividades, a equipe da instituição investe na oferta de outros alimentos, como bolos, suco, canjica, chá, chocolate quente, cachorro quente, pipoca e almoços feitos pelos educandos da oficina de culinária.

Em função das pressões realizadas pelos educadores quanto à melhoria da assistência nutricional dos usuários, a instituição estabeleceu parcerias com supermercados da região, cujos gerentes doam alguns gêneros alimentícios. Em geral, são doados pães e verduras, que são distribuídas para todos os usuários, após as atividades institucionais. Além disso, houve a inclusão de alguns usuários, que são reconhecidos pelos agentes institucionais como os mais carentes em termos materiais, para integrar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, promovido pelo Governo Federal.

4.1.3 Recreação

Após a realização das atividades das oficinas e do lanche, inicia-se a recreação que tem a duração de uma hora. Neste momento, as crianças e os adolescentes utilizam o tempo disponível para brincar entre elas, no pátio da instituição. Elas podem usar os espaços externos da instituição, onde estão localizadas a quadra de futebol coberta, o campo de futebol e alguns brinquedos disponíveis, como, por exemplo, uma mesa de sinuca, três mesas de “pim bal”. Durante a recreação, os educadores costumam observar as crianças, ou participar de suas brincadeiras.

O pátio, espaço físico para atividade de recreação e brincadeiras, é concebido como um elemento importante dentro do projeto pedagógico Salesiano. Ele reafirma o modelo pedagógico identificado por seu caráter lúdico, descontraído e informal. Uma das qualidades que faz a educação Salesiana diferente é a idéia de que todo o ato de educar é processo de conquista da confiança e da amizade do educando. A brincadeira e o esporte são eleitos instrumentos capazes de aproximar os educadores e os educandos, permitindo um processo de educação e de evangelização dos jovens. Esses princípios ficam evidenciados nesta passagem:

“Ter no pátio seu principal instrumento de educação: é no contato amigo e informal, através do esporte e das brincadeiras que se ganha o coração da criança e do adolescente com carinho característico da pedagogia de Dom Bosco.”(Documento oficial: O Oratório Salesiano – Educação, Amizade, Alegria e Vida- Pe. Jairo de Matos Fonseca – 1996, pág 6)

As relações mais descontraídas que se desenrolam no pátio propiciam o conhecimento sobre as “qualidades” e os “defeitos” dos jovens. Tornam-se estas relações recurso significativo num sistema que propõe que a melhor forma de educar os jovens é conhecer a realidade deles; e o caminho eleito para se chegar a esse objetivo é conviver com eles em todos os seus momentos de suas vidas, principalmente nos momentos de descontração. Esse contato informalizado permite a intervenção para a formação moral e evangélica dos adolescentes. Estas noções estão sempre em destaque nos manuais que sistematizam a pedagogia salesiana:

“É por que toda a casa salesiana deve ter muito espaço, pátios amplos para que o jovem possa se movimentar como ele gosta. Fechado numa sala de aula ou numa igreja, o jovem pode esconder quem ele é, mas num esporte, num pátio onde ele é livre, ele logo se manifesta. Dom Bosco fala assim: “Dê-se ampla liberdade de correr, pular e gritar à vontade. Os exercícios ginásticos e esportivos, a música, a declamação, o teatro, os passeios, são meios eficacíssimos para se alcançar à disciplina, favorecer a moralidade e conservar a saúde.” (ISJB – O jeito Salesiano de Educar, s/ano, pág 3).

4.1.4 CESAM - Centro Salesiano do Menor Trabalhador

O Centro Salesiano do Menor Trabalhador é uma instituição vinculada ao Sistema Salesiano de Educação Popular. O seu objetivo é encaminhar os jovens para o mercado de trabalho formal, através de estágios remunerados em empresas públicas ou privadas, com ele conveniadas, como, por exemplo: Sendas, Petrobrás, Xerox do Brasil, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O CESAM não tem qualquer vínculo formal com o Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida, apenas atua em parceria para promover o processo de inserção de *jovens carentes* no primeiro emprego. Ao completar a idade de 15 anos e concluir a sétima série do ensino fundamental, os futuros egressos, pois que estão prestes a romper o vínculo com o CEJOMM, dada a aproximação com o limite de idade,

são encaminhados ao CESAM, com intuito de se submeterem aos processos de qualificação e de seleção para o ingresso em estágios remunerados.

A diretoria do CESAM firma um contrato de terceirização com essas empresas públicas e privadas, recaindo sobre ele todas as obrigações e os direitos trabalhistas. Todavia, os requisitos dos futuros ingressos em estágios são definidos em conjunto com os contratantes, bem como são sujeitos às determinações da legislação acerca do trabalho infantil.

Os estagiários permanecem empregados durante dois anos, ou seja, até completar dezoito anos, quando os jovens *a priori* devem se integrar ao serviço militar. Eles recebem um salário mínimo mensal, ticket's refeição e vale transporte.

Além da qualificação exigida pelo CESAM para o ingresso em estágios remunerados, a seleção dos usuários se orienta por critérios de adequação ao conjunto de atividades e objetivos do CEJOMM. O bom comportamento do educando, calcado nas boas maneiras, na assiduidade e na adequação aos valores institucionais, é amplamente valorizado pelos agentes educacionais, e pode conduzir ao acesso privilegiado a outros benefícios, como, por exemplo: bolsas de esportes, participação em eventos, viagens e outros. Para além da exclusão daqueles que não se enquadram ao comportamento identificado como exemplar, o critério escolaridade impede a inserção profissional de grande parte desses jovens. A maior parte deles é dotada da baixa escolarização.

Em contrapartida ao insucesso nesse projeto, os educadores buscam mobilizar, muitas vezes sem sucesso, as suas redes de relações pessoais e profissionais, a fim de proporcionar alguma oportunidade de inserção laborativa para aqueles que, sem a escolarização desejada, são considerados merecedores de ajuda. Neste caso, valoriza-se também aquele educando que se dedica às atividades, e mantém um comportamento em consonância com as regras e as normas da instituição.

4.2 A Inviabilidade da Pedagogia para o Trabalho e a Redefinição do Lúdico.

As práticas esportivas e artísticas são amplamente incorporadas como instrumento pedagógico pelos atuais programas voltados para o atendimento à *infância e à adolescência em situação de risco social*. Os seus elaboradores acreditam que essas

práticas possuem um potencial integrador e de sociabilidade, capaz de estimular o desenvolvimento da auto-estima, a tolerância ao convívio com a diversidade e a reflexão crítica sobre a realidade social, mas também tem a capacidade de atrair e distrair as crianças e os jovens.

Esses projetos têm como objetivo criar novos meios de integração e de sociabilidade capazes de reverter o processo de exclusão e as *situações de risco social*. Nestes termos, o investimento dessas instituições, embora reivindicando o caráter pedagógico, não se caracteriza por uma proposta de formação técnica e profissional, através da inserção no mundo do trabalho. Ao contrário, os jovens são mobilizados para promover sua formação pessoal. Por isso, eles privilegiam idéias-valores cujos conteúdos assim se definem: noções de coletividade, formação de uma identidade positiva e sentimento de pertencimento centrado numa noção de cidadania.

Os dados obtidos pelo trabalho de campo, em períodos diferentes de tempo, se tornaram reveladores dessa mudança de perspectiva. Comparativamente, evidenciaram um processo de mudança de proposta pedagógica que revela essa tendência mais geral de adesão a práticas lúdicas, esportivas e artísticas, como instrumentos pedagógicos. Essas atividades vêm se constituindo base de políticas sociais.

Ao final da década de 90 do século findo, os agentes institucionais do CEJOMM se definiam pela objetivação de um projeto pedagógico que articulava várias formas de estímulo: associavam o aproveitamento escolar e a melhoria da formação profissional, valorizada inclusive pelo incentivo provocado pela possibilidade de inserção no mercado formal de trabalho. Ao atingirem a idade limite de permanência na instituição, os jovens eram estimulados a definir um vínculo empregatício. Eram encaminhados a estágios remunerados, em empresas privadas e públicas, realizados por intermédio do CESAM. Além disso, valorizavam a formação moral e cristã e a criação de outros espaços de socialização e integração. Dentro desse quadro, o reforço escolar, os cursos de profissionalização (datilografia e informática), a recreação e a evangelização eram as atividades institucionais mais importantes.

O acesso ao estágio se constituía em uma vitória para os usuários da instituição, haja vista que era considerado o benefício mais prestigioso a ser alcançado apenas por poucos. Ele mobilizava os jovens à construção de uma trajetória institucional exemplar, marcada pela adequação ao conjunto de regras, valores e atividades do CEJOMM. Ao alcançar a inserção profissional, os educandos eleitos vislumbravam a participação em outros espaços sociais, fato que não poderia ser proporcionado pelos pais. Ao mesmo

tempo o estágio simbolizava a mudança do destino de trabalhadores braçais, operários, informais, porque realizados em empresas de prestação de serviços.

Diante da impossibilidade de garantir a inserção profissional dos assistidos, houve mudanças no conjunto de ações pedagógicas do CEJOMM. A profissionalização e o reforço escolar perderam o lugar de carro chefe, diante da absorção de outra perspectiva pedagógica. Esta passou a se centrar num projeto de cunho recreativo, com ênfase em atividades esportivas, artísticas, lúdicas e de formação sócio-cultural.

Embora os agentes institucionais apresentem esta mudança pedagógica apenas como resultado de uma reformulação proposta exclusivamente por eles, essa adequação é também proveniente de um modelo econômico que tem desencorajado os investimentos financeiros em atividade de formação profissional das novas gerações. Sem resultados imediatos, essa forma de ação era custosa, especialmente diante da necessidade de mobilizar somas consideráveis asseguradas pela filantropia, sem subsídios de um Estado, que cada vez mais se demitia dos investimentos em políticas sociais. Num contexto de desemprego estrutural, flexibilização e precarização das condições de trabalho, o modelo de inserção laborativa dos jovens foi posto em xeque.

4.3 A Reprodução Material e Social da Instituição.

Como se apresenta e se constitui como instituição filantrópica, voltada para minimizar os efeitos perversos das desigualdades sociais, ao Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida é atribuída a redistribuição complementar de bens materiais e serviços especializados, eleitos como meios capazes de, senão solucioná-los, pelo menos apaziguá-los. Para que essas atividades aconteçam, o Centro dispõe da colaboração de diversas entidades públicas ou privadas, que nem sempre estão diretamente associadas ao campo institucional da assistência social, mas que tornam possível a execução material e financeira dessa prática.

As instituições convocadas à parceria não são mobilizadas apenas para a construção de uma rede selecionada de doadoras. Ao desempenhar um papel fundamental para a efetivação e a reprodução de inúmeras atividades de filantropia e de assistência social, os agentes que gerem essa rede investem na agregação de indivíduos desejosos de dispor do seu tempo livre para ações em benefício dos “*mais necessitados*”. O trabalho voluntário significa uma forma de realocar os recursos

financeiros para os investimentos em outros instrumentos operacionais, na medida em que garante a apropriação de trabalho gratuito numa sociedade ancorada nas relações capitalistas de trabalho.

De acordo com Neves (2002), ao estudar essas instituições, dois são os aspectos que devem ser considerados: as noções de campo e de rede social. Não se deve negligenciar que essas instituições estão situadas dentro de um campo comum de pertencimento, onde são elaborados os modos de afiliação, diferenciação, referência e concorrência, mas que é assegurado também pela formação de redes sociais de interdependência. Desse modo, algumas instituições podem ser as responsáveis pela elaboração dos modos de definição dos pobres e da pobreza, isto é, seus porta-vozes formulam as ideologias e as visões de mundo, enquanto outras sustentam as ações proselitistas, transferindo recursos materiais para as primeiras.

Essas instituições agregam um conjunto de outras entidades, que podem passar despercebidas ao olhar desatento do pesquisador, demonstrando que elas não se reproduzem sem essas relações de parceria. As ações filantrópicas se concretizam a partir da contribuição de um conjunto de proprietários de bares, padarias, supermercados e demais empresas privadas, que realizam constantemente doações. Mas também os órgãos públicos municipais, estaduais e federais contribuem para a manutenção dessas instituições, ou a ampliação dos benefícios ou serviços prestados.

Gregório (2002) mostra que, embora essas instituições produzam e reproduzem uma visão semelhante acerca dos problemas que atingem os usuários e das possíveis soluções, os dirigentes da Associação Metodista de Ação Social, a despeito do processo de construção de sua legitimidade, elaboravam um discurso para marcar a sua especificidade diante das demais. Mas também se contrapunha a outras entidades, enfatizando a ineficácia de serviços públicos, como, por exemplo, as críticas direcionadas à escola pública. Contudo, a reprodução física e social da AMAS só foi possível porque estava integrada nesta rede de instituições afins, podendo gozar do apoio de creches, de associações de moradores, da prefeitura municipal, da Fundação para Infância e Adolescência, do Conselho Tutelar da Criança e da Adolescência e de doadores que contribuíam com bens de consumo, serviços complementares e espécie.

O CEJOMM se mantém financeiramente através de verbas privadas e públicas e de doações de pessoas físicas e jurídicas. As informações sobre as verbas públicas não são declaradas abertamente pelos educadores, que dizem desconhecer os detalhes sobre as fontes financeiras do CEJOMM. O Colégio Salesiano de Santa Rosa é quem arca

com as despesas de manutenção do prédio da instituição, que fica localizada nos fundos do Colégio, e estabelece o vínculo empregatício com os funcionários, pagando salários e benefícios. Ele recebe verbas do Projeto Cidadão, do FAT – Fundo de Assistência ao Trabalho e da Prefeitura de Niterói. Atualmente, ele também media a concessão de quarenta bolsas provenientes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Supermercados, padarias e hortifruit's garantem a alimentação dos usuários, ao mesmo tempo em que transferem outros bens de consumo arrecadados por eles, como roupas, sapatos e cobertores. Além disso, ele tem suporte de outras instituições congêneres que se apóiam mutuamente, destacando a atuação do Conselho Tutelar de Niterói e da Fundação de Amparo a Infância e Adolescência (FIA).

As doações pessoais assumem um aspecto importante na estruturação das oficinas do CEJOMM. Desta forma, os educadores podem com elas suprir algumas demandas por materiais e objetos, que surgem diante da demora na reposição dos materiais, ou mesmo em razão da negação por parte da Direção de alguns materiais solicitados. Eles elaboram relatórios de custo financeiro para a manutenção das oficinas, antes da realização das compras de materiais didáticos feitas semestralmente, após a liberação da verba pela Inspeção.

4.4 A Conquista da Posição de Usuário

A conquista da posição de usuário do CEJOMM precede à concorrência com outras crianças e outros adolescentes que, junto às suas famílias, almejam participar da redistribuição de bens materiais, culturais, sociais e de serviços. Diante da demanda e da escassez de recursos a serem distribuídos, os agentes institucionais elaboram formas de distinção dentre o conjunto de candidatos, qualificando alguns e desqualificando outros.

Os critérios formais de elegibilidade dos usuários são: estar regularmente matriculado na rede de escolas públicas, se situado entre a faixa etária de 8 a 15 anos, e comprovar a carência material. Mas, na prática, outros fatores combinados operam para a escolha, dentre aqueles que desejam ser assistidos e que conseguiram, futuramente, ocupar a posição de usuários ou beneficiários.

Quando os candidatos possuem alguma indicação ou mediação de outros usuários ou educadores, aumentam as chances de se integrarem nesta rede distributiva. Neste caso, os usuários influenciam na seleção, ao decidirem aqueles que serão

convidados e incentivados dentre as relações familiares, de parentesco, de vizinhas e/ou de afinidade a conhecer o CEJOMM. As iniciativas de autocondução de pais e filhos que almejam uma vaga na instituição são, *a priori*, descartadas pelos agentes institucionais, visto que a possibilidade de se tornarem, desta maneira, um assistido é negada sob a justificativa de falta de vagas.

O acesso ao CEJOMM é marcado pela formação de uma rede de divulgação e de inserção pelos próprios oratorianos. A inclusão de crianças e adolescentes pertencentes à mesma rede de sociabilidade é valorizada pelos agentes institucionais, porque, desta maneira, eles exercem maior controle sobre o comportamento, a frequência e as formas de adequação dos oratorianos aos projetos institucionais.

A divulgação da obra social do CEJOMM realizada nas escolas da rede pública, próximas a redondeza da instituição, e no Oratório Festivo não conduz ao público desconhecido, na medida em que a maioria dos seus assistidos estuda nestas escolas. No caso do Oratório Festivo, as pessoas que frequentam já mantêm vínculos institucionais, e, portanto conhecem as formas de enquadramento social. Algumas crianças são encaminhadas pelo Conselho Tutelar de Niterói, porém a passagem por este órgão pode operar de forma negativa quanto à permanência na instituição.

À ausência de relações familiares e de apoio ou a uma história de passagem pela rua, somam-se aspectos negativos para inserção ou permanência nesta instituição. O perfil de assistido desejado é aquele considerado como passível de recuperação dos males oriundos do local de moradia e da família. A classificação de criança *carente e de comunidade* se contrapõe à de *criança de rua*, alvo de outro tipo de intervenção institucional.

De acordo com as observações de Neves (2002), as formas de elaboração de um discurso para justificar a necessidade ou a dignidade do pedido daqueles que concorrem à posição de usuário constituem-se em material etnográfico importante. Permitem compreender tanto as relações sociais que são estabelecidas entre beneficiários e benfeitores quanto os significados e as referências sobre a pobreza e os pobres. Essas justificativas operam pela construção de representações dominantes sobre o pobre moralizado e as acusações que por ventura incidem sobre os pobres. Além disso, elas revelam um aprendizado expresso na tomada de consciência do candidato sobre os paradigmas morais que elegem alguns e desqualificam outros.

Muitos oratorianos participavam simultaneamente de outras atividades sócio-educativas em instituições congêneres, demonstrando um saber adquirido sobre as

estratégias de inclusão nas redes redistributivas. Eles confessavam que as formas de negação que lhes eram impostas pelos agentes institucionais não os impediam de se integrarem aos projetos, que, sob a justificativa de participar por um dia nas atividades, voltavam recorrentemente e insistiam até que lhes concedessem uma vaga.

Uma vez que essas crianças e esses adolescentes conquistam a posição de oratorianos, elas precisam garantir a permanência na instituição. Os agentes institucionais cobram junto aos pais que os filhos invistam no cumprimento de regras, normas, objetivos, atividades e valores difundidos pelo CEJOMM, destacando a valorização atribuída à assiduidade dos educandos. Esse enquadramento dos usuários pode conduzir ao acesso privilegiado de certos benefícios hierarquicamente distribuídos, como, por exemplo, a participação em bolsas de esportes, estágios remunerados, viagens, eventos e outras atividades extras curriculares. A ausência de compromisso dos educandos pode colocar em risco a possibilidade deles virem a vislumbrar uma inserção social diferenciada. Além disso, o envolvimento com as atividades do tráfico de drogas e com ações ilícitas e a passagem pela rua são vistos com uma ultrapassagem de limites sociais intransponíveis, significando “um caminho sem volta”. O investimento institucional naqueles que ultrapassam esses limites é negado sob a justificativa de impossibilidade de recuperação.

Os oratorianos lutam contra o processo de desqualificação social a que estão sujeitos junto às suas famílias. O vínculo com o CEJOMM representa um investimento que se traduz pelo avesso da ruptura com os vínculos sociais (família, a escola e outros). Representa a possibilidade de uma forma de inserção social que pode vir a relativizar a identidade negativa que lhes é imputada por serem moradores de favela.

A trajetória social por uma instituição de reconhecimento e prestígio social como a Salesiana, inclusive pela atribuição de valor à trajetória dos filhos de classe média, pode conduzir ao processo de reconversão para uma imagem positiva. Além disso, pode possibilitar o acesso a outros universos sociais desconhecidos, dados os limites intransponíveis que a situação de pobreza se lhes impõe. E, ao mesmo tempo, a construção social de nova identidade desses sujeitos, diferenciando-os também frente aos indivíduos pertencentes ao universo social de origem deles.

Os educandos buscam o enquadramento institucional como meio de garantir os benefícios obtidos durante a estada na instituição. O acesso aos benefícios diferenciado das bolsas de esporte é desejado pela maioria, mas este é distribuído a título de prêmio para os melhores oratorianos. Assim sendo, as crianças e os jovens exercem controle e

vigilância sobre aqueles que manifestam comportamentos inadequados. Os casos de gravidez, de roubo, de falta e de brigas são relatados pelos próprios à coordenadora, podendo levar à difamação, aqueles que se mantêm à margem do projeto de futuro predito pela instituição. Em contrapartida, elas formam, entre os mais próximos, uma rede de solidariedade para enfrentar as dificuldades inerentes à situação de pobreza e para garantir a continuidade no projeto, encobrendo os comportamentos identificados como inadequados. Os dois casos abaixo, parte das observações do trabalho de campo, são bastante emblemáticos:

1º Caso

No Dia da Festa do Folclore, dois irmãos assistidos receberam da instituição sacolas com as sobras da comida oferecida na Festa. Segundo relato de uma funcionária, os vizinhos dos garotos comentaram com ela sobre as dificuldades que a família estava enfrentando, em razão do desabamento do barraco em que moravam. A instituição ofereceu ajuda à família doando roupas e alimentos.

2º Caso

Durante a minha permanência na instituição, uma das funcionárias comentou sobre os atendimentos realizados com as mães de quatro oratorianos, que estavam faltando às atividades para passear na praia, sem o consentimento dos pais. Sendo que três deles haviam roubado balas da barraca de um senhor em frente ao Colégio Salesiano. Ela comentou que teve conhecimento dos passeios na praia pela revelação dos próprios colegas.

As crianças e os adolescentes cientes dos estereótipos e estigmas a eles atribuídos costumam zombar uns dos outros, depreciando o local de moradia e a cor de pele do colega. Algumas crianças e alguns adolescentes, diante das punições a comportamentos considerados inoportunos, utilizam-se das mesmas imagens discriminatórias e negativas, as quais buscam subtrair quando se afiliam ao CEJOMM para amedrontar os educadores.

Os agentes do CEJOMM compreendem que a importância do trabalho social por eles desenvolvido está na salvação das *crianças* e dos *jovens carentes* da inserção social no tráfico de drogas, tida como uma trajetória quase inevitável deste segmento social. Essa proposta de ação preventiva conduz ao investimento em uma formação educativa,

cujos pressupostos estão ancorados em princípios morais próprios aos sistemas religiosos de envergadura cristã, porque compartilham a crença de que a pobreza material conduz à fragilidade moral e, portanto, pode levar à criminalidade. Então, acreditam poder reverter o risco dessas crianças e desses adolescentes, integrando-os à comunidade religiosa. Desta maneira, consideram ser possível a incorporação de valores e de referências como a solidariedade, o altruísmo e a esperança no futuro, todos garantidores da probidade deles.

As crianças e os adolescentes pobres são integrados à instituição sob uma imagem estigmatizante, discriminatória e preconceituosa, que faz parte de um corpo organizado e sistematizado de pensamento que sustenta o discurso do risco social. Impossibilitados de articular, porque não detêm as categorias articuladoras e organizadoras de um pensamento sistematizado sobre os agentes institucionais, eles se submetem à classificação cujos atributos lhes desqualificam, mas tudo isso vislumbrando outras formas de sociabilidade e inserção, para quais estão limitados pela condição de pobreza. Contudo, a possibilidade de vislumbrar um projeto de futuro calcado na construção de uma identidade de trabalhador, mesmo que precocemente imposta a tais segmentos, é negada diante da incapacidade desta instituição arcar com o papel a ela atribuída, de mediadora do processo de inserção geracional. A valorização de projetos de cunho profissionalizante pelos usuários ocorre porque, por esta mediação, pensam-se dotados de recursos para a construção de uma identidade de trabalhadores, que relativize a visão criminalizadora dos pobres.

5 OS EDUCADORES SOCIAIS E A REDIMENSÃO DAS SITUAÇÕES DE RISCO

O objetivo deste capítulo é construir um modelo tipológico das trajetórias sociais²¹ dos educadores vinculados à Instituição Centro Juvenil Oratório Diário Mamã Margarida - CEJOMM. Portanto, perceber quais foram os múltiplos itinerários sociais percorridos e as vinculações institucionais que lhes proporcionaram a aquisição de certos conhecimentos e atributos para ocupar a atual posição. Através da análise dessas trajetórias, outras dimensões da prática pedagógica salesiana podem ser reconhecidas.

Segundo Bourdieu (1996), bem como Dubar (1998), quando se realiza um estudo sobre trajetórias sociais, os acontecimentos biográficos devem ser encarados como os deslocamentos de posições de um sujeito, ou mesmo de um grupo, dentre um ou mais campos da prática social. Mas essa mudança de uma posição à outra só pode ser compreendida se considerar a hierarquia de papéis que os indivíduos e grupos ocupam no universo social em apreço; ao mesmo tempo em que se valoriza a apreensão das suas estruturas significativas e relações objetivadas, conforme análise apresentada no capítulo anterior, que descreve as práticas e as referências que delimitam a instituição.

O estudo se limita aos profissionais vinculados ao CEJOMM, ou seja, focaliza aqueles que estão integrados a um aparato institucional específico, e que, por isso, mantêm um conjunto de interesses e se integram a estruturas significativas comuns. Não se trata de analisar o processo histórico de formação e de consolidação dessa carreira, e, muito menos, das estruturas significativas e das relações sociais que norteiam a dinâmica do campo²² institucional da filantropia, voltado para a inserção social de crianças e adolescentes *em situação de risco social*. Mas, para atingir o objetivo aqui em questão, não se pode perder de vista esse conjunto de relações sociais objetivadas.

²¹ O conceito de trajetória social utilizado neste trabalho é aquele desenvolvido por Bourdieu (1996; 183-191). Entende-se por trajetória um conjunto de posições sucessivas que foram alcançadas por um indivíduo ou mesmo grupo num espaço institucional, cuja característica própria é o seu constante e dinâmico processo de mudanças.

²² Adota-se aqui o conceito de campo social elaborado por Bourdieu (1983; 89-173). Trata-se de um sistema de agentes sociais que se dispõem dentro de um reconhecido universo de disputas, se contrapondo, se opondo ou mesmo se articulando, em torno de representações e de valores sociais sobre as quais acordam, uma vez que são delas produtos e produtores.

A partir das trajetórias desses educadores, irei focalizar as relações de mediação capazes de permitir deslocamentos para outros universos sociais, que são encarados como uma melhoria de vida. Desta maneira, posso compreender as condições sócio-culturais que facilitam o processo seletivo de ascensão social desses indivíduos.

Entende-se por mediação o processo de construção de novas formas de agregações e de sociabilidades em outros espaços sociais, que não são aqueles construídos anteriormente pelos indivíduos. Essa transposição é orientada por agentes mediadores que, vinculados a diferentes instituições sociais, cumprem o papel de transmitir novos valores, visões de mundo e saberes àqueles que serão mediados, proporcionando-lhes a aquisição de novos conhecimentos, capazes de conduzir a desnaturalização dos esquemas simbólicos e significativos, *a priori*, adotados. O deslocamento de um universo social a outro provoca a construção de diferentes percepções, qualificações e configurações acerca do mundo social. Portanto, gera novos esquemas de classificação, de autoridade e de representações sociais, e a elaboração e reconhecimento de novas identidades. Conseqüentemente, os mediados tendem a desqualificar e negar os significados antigos atribuídos à experiência de vida acumulada²³.

5.1 O CEJOMM e os seus Educadores

Em nome de uma sociedade mais justa e do amor à juventude, principalmente por aqueles que são os mais necessitados, voluntários e profissionais dessa instituição se auto concebem como portadores da missão de orientar os jovens para a vida. Essa orientação visa criar "referências cristãs para o comportamento social" e "mostrar a verdade sobre os fatos". Mas, ao mesmo tempo, eles são também motivados pela suposição e suspeição que recaem sobre essas crianças e esses jovens, de que possuem propensão a assumir uma trajetória desviante ou criminosa, como virar um *menino de rua* ou aderir ao tráfico de drogas.

Segundo esses profissionais, a condição de pobreza não só está vinculada à idéia de fragilidade moral e carência espiritual dos homens, mas também é vista como uma situação provisória a ser superada. Não estabelecem qualquer relação de interdependência entre pobreza e estrutura sócio-econômica da sociedade. Em razão

²³ As considerações sobre o processo de mediação estão baseadas no Estudo de Neves (1997).

dessas crenças, as suas ações não se limitam apenas a medidas paliativas de combate à inanição e de extensão da escolaridade formal, que são carências identificadas como responsáveis por produzir efeitos negativos duradouros. Mas também se fundamentam numa proposta pedagógica, cujos objetivos são a inculcação de valores morais capazes de garantir a probidade dos pobres.

Os profissionais do CEJOMM se advogam a responsabilidade de criar meios para melhorar as condições de integração de seus assistidos, oferecendo alternativas diferenciadas para construção de um futuro melhor. Esta idéia se formaliza, especialmente, através de algumas estratégias pedagógicas. Pode-se dizer que a sua pedagogia se expressa numa política de transmissão de conhecimentos e habilidades gerais, pautadas na valorização da auto-estima dos excluídos e na inculcação do dever do trabalho enquanto um valor moral que dignifica os homens.

Desta forma, abandonou-se a qualificação profissional para enfatizar o aprendizado de atividades que proporcionam meios para o exercício de serviços remunerativos fora do mercado de trabalho formal. Em outras palavras, que criam condições de os assistidos "saberem fazer algo que lhes possam proporcionar a sua reprodução material e social de forma honesta e longe do mundo do crime". Por fim, os investimentos sociais e morais que são postos em prática se manifestam no controle do tempo livre dessas crianças e desses adolescentes, como meio preventivo de evitar a absorção deles pelo tráfico de drogas e a ida para o universo da rua.

Essa instituição, bem como as demais que integram esse campo, se constitui e se consagra na redistribuição de bens materiais, simbólicos e culturais entre agentes institucionais e usuários. As suas relações sociais se estabelecem entre indivíduos que pertencem a universos simbólicos diferentes, e, portanto, estão situadas em posições assimétricas dentro da organização social (cf Neves 2002). Por essa condição, seus agentes cumprem o papel de mediar outros processos de inserção social, que não poderiam ser proporcionados pelos pais e pela vontade própria dos assistidos. Eles não sugerem uma inserção coletiva dos seus assistidos. Todavia privilegiam o acesso de poucos, daqueles que se enquadram às normas e valores institucionais, aos benefícios mais cobiçados, como, por exemplo, à oportunidade de obter estágios remunerados em empresas privadas ou ganhar bolsas de esporte. Por mais que essa mediação contribua para relativizar a crença coletiva dos riscos de que tal segmento social é portador, ela demonstra que os seus investimentos pedagógicos não resolvem o problema atual da ausência de alternativas para uma inserção social efetiva e coletiva da infância e

juventude pobre. Revelam assim o caráter da instituição como instância controladora das camadas populares.

Os educadores sociais dessa instituição se vêem como indivíduos portadores de histórias singulares, especiais e diferenciadas dentro do seu grupo social de origem. Acreditam que souberam aproveitar as circunstâncias capazes de provocar a transposição dos limites culturais impostos pela pobreza material e pelo isolamento social, que viviam juntos às suas famílias. Eles se reconhecem e são reconhecidos como pessoas que romperam com o destino predestinado aos seus iguais - os pobres. Os percursos de suas vidas são construídos através de um olhar condizente com a sua atual posição, fazendo com que enxerguem as situações sociais e familiares com uma progressiva distância e relatividade. Consideram-se indivíduos que construíram uma carreira de *status* e sucesso, ou seja, em ascensão social. Mas que só pode ser visualizada por eles quando fazem o exercício retrospectivo de olhar para os deslocamentos sociais que assumiram, comparando-os com aqueles que os membros de sua rede familiar e de parentesco puderam realizar.

Por conta da sociabilidade em outros universos e do contato com outros agentes sociais, esses educadores adquiriram novos modos de percepção e qualificação do mundo social, provocando a desnaturalização do universo de origem. Permitiram-lhes, concomitantemente, a criação de novas expectativas de vida, inserções sociais, identidades e formas de pertencimento social. Neste caso, as relações sociais estabelecidas com alguns padrões, amigos, instituições de qualificação profissional e instituições religiosas foram fundamentais para proporcionar o acúmulo de certos conhecimentos, saberes e atributos pessoais, que atuaram como facilitadores para que alcançassem a atual posição. Destaca-se, principalmente, a integração deles no espaço da militância católica e do trabalho voluntário filantrópico.

Esses educadores acreditam que são os mais indicados a orientar os usuários do CEJOMM na abertura dos seus horizontes culturais e na criação de novas formas positivas de inserção social, atribuindo-se um papel de mediador nesse processo. Essa predestinação é justificada porque eles pressupõem que entendem bem a realidade dos assistidos, uma vez que já foram crianças pobres. Portanto, é em nome dessa experiência similar que julgam possuir um saber lidar especial com essas crianças, que nenhum outro profissional especializado tem acesso a partir dos conhecimentos científicos. Além disso, souberam transpor os limites impostos pela condição de

pobreza, ou seja, de mediados se transformaram em atores políticos da mediação das crianças e dos adolescentes pobres.

Os educadores sociais, cuja trajetória de vida é similar àqueles indivíduos que estão na condição de educandos (oratorianos), buscam se auto consagrar nesta posição sob a justificativa de ser mais bem qualificado, por serem portadores de um conhecimento ou saber adquirido pela prática e convivência com os iguais, para atender às demandas desse desempenho profissional. Essa forma de distinção adquire significado quando se localiza e se contrapõe. Os educadores, imersos em um jogo de disputa pelo monopólio da competência profissional para lidar com os pobres, investem na sagralidade de sua função. Opõem-se aos portadores de título não facilmente atingível, isto é, o título universitário, por cuja apropriação concorrem no mercado de prestação de serviços aos ditos *jovens em situação de risco*. Essas questões acerca da disputa entre os profissionais e da imposição de uma representação coletiva sobre o educador social serão posteriormente melhor abordadas.

Os itinerários percorridos pelos entrevistados para alcançar a posição de educador social, enquanto profissionais do CEJOMM, foram possíveis de ser realizados devido à aquisição de diferentes atributos sociais. Esses itinerários se constituem em três: o voluntário-educador, portador de habilidades artísticas ou lúdicas – educador e portador de diploma universitário-educador.

No primeiro caso, estão situados os educadores (entrevistados) que se auto imputavam um saber-lidar e saber se virar especial com as crianças e adolescentes do CEJOMM. Demonstravam aspectos semelhantes em suas histórias de vida. Embora não vivenciassem junto com as suas famílias casos de extrema pobreza e miserabilidade, eles atravessavam por dificuldades recorrentes para garantir a reprodução física e social. Então, como formas de enfrentamento desses limites sociais, mas também motivados por uma noção de solidariedade, as famílias dos educadores constituíam redes de apoio e ajuda mútua entre os demais familiares e parentes, trocando entre si mesmos bens materiais e sociais, formas de prestação de serviços e saberes e conhecimentos, dentre eles aquele adquirido pela experiência profissional. Por isso, dediquei-me a analisar as organizações e a estruturas das famílias desses entrevistados. Um outro aspecto é que, nas famílias deles, a terceira ou segunda geração anterior iniciou um investimento coletivo de mobilidade social, que se expressou na consolidação do projeto de imigração social, mas que pelo limite de condição de classe se impôs ao desejo de melhoria de vida. Mediante a baixa escolarização, característica predominante dessas

famílias, restou-lhes a integração em ocupações vistas como desprestigosas, que se qualificam como extensão do trabalho doméstico e, posteriormente, a socialização das novas gerações também nessas funções. Contudo, a geração dos entrevistados pode desfrutar de certos acúmulos de investimentos anteriores, que lhes permitiram investir no aumento da escolaridade. Destacam-se, em alguns, os apoios e auxílios das patroas das mães dessas educadoras e de instituições de assistência filantrópica. Então, busquei enfatizar tanto o processo de imigração projetado quanto as formas de inserção ocupacionais possíveis para os membros dessas famílias. Por último, abordei a questão analítica pretendida deste capítulo, as formas de mediação que possibilitam a inserção na militância católica e a adesão às práticas voluntárias que se configuram em passaportes para a posição de educador. Essa transposição também foi possibilitada por acúmulos anteriores, frutos de uma estratégia coletiva dessas famílias, proporcionaram aos entrevistados a ruptura do destino de empregadas domésticas e a concretização do projeto de ascensão social vislumbrado.

No segundo caso, percebe-se a predominância de indivíduos pertencentes às camadas médias da sociedade, cujos atributos ao acesso à posição de educador se constituiu na capacidade, habilidade e saberes em atividades esportivas, lúdicas ou artísticas. Essas qualidades são amplamente estimadas, por conta da elegibilidade do lúdico e do esporte com um dos instrumentos pedagógicos, pelo CEJOMM.

Por fim, mesmo que ocorra em casos extremos, aqueles indivíduos cuja propriedade valorativa é a posse de um diploma universitário, e são provenientes das camadas médias da sociedade, podem atingir a posição de educador. Esse atributo permite à instituição a oferta de serviços especializados identificados como capazes de conduzir os homens à reflexão sobre os seus comportamentos morais e sociais, assim contribuindo para a realização de um dos objetivos institucionais fundamentais, que é a formação moral dos assistidos. Além disso, esses profissionais são vistos como mais gabaritados para estabelecer as relações sociais com os agentes externos.

5.1.1 O educador Pobre que Educa os Filhos dos Pobres

5.1.1.1 Quatro histórias para a nossa reflexão

Educadora Márcia²⁴

Márcia é filha de pais imigrantes. A sua mãe saiu de Itaboraí, há 70 anos atrás, para ser doméstica na casa dos patrões dos seus pais. Ela não queria para si o mesmo destino dos seus familiares - o trabalho serviçal da roça. A sua ida para o Rio de Janeiro foi motivada pela ilusão de continuar os estudos, que havia interrompido na quinta série, mas os patrões não cumpriram a promessa; e ela ficou morando e trabalhando na casa dessa mesma família até conhecer o pai de Márcia. O pai dela saiu de Saquarema para vender, em Niterói, as frutas do sítio onde morava. Depois, um dos seus clientes lhe convidou para ser caixeiro num supermercado. De caixeiro foi a gerente de depósito, até chegar a ser um dos sócios. Nesse meio tempo, o pai dela se casou com a sua mãe, que saiu do emprego doméstico e passou a se dedicar apenas ao trabalho doméstico. O casal teve cinco filhos. Os seus primogênitos são um casal de gêmeos. Depois nasceram dois homens e, por último, a filha mais nova, que é a Márcia. Além desses filhos, a mãe dela criou um sobrinho, filho do seu irmão, para que a cunhada pudesse trabalhar, e também um menino, parente-agregado dos seus antigos patrões. Como fruto do trabalho do pai, essa família conseguiu construir a sua casa própria e os seus filhos estudaram num dos colégios particulares mais tradicionais de Niterói, os Salesianos; mas com exceção dos filhos mais velhos, porque, nessa época, não aceitavam negros. Eles passaram momentos de dificuldade financeira quando o pai adoeceu acometido por uma úlcera, resultando na interrupção do projeto ascendente de melhoria social. Para Márcia, os seus irmãos não souberam aproveitar muito as oportunidades, porque não levaram a sério os estudos, e buscaram profissões menos qualificadas. O irmão mais velho e o imediatamente posterior fizeram até o ginásio. Um deles se tornou vendedor de assessorio de carros e o outro se tornou técnico em manutenção de navio, mas atualmente é segurança. Já a sua irmã terminou o segundo grau e, hoje, trabalha como auxiliar de enfermagem num hospital. Apenas um irmão tentou cursar a universidade, mas não conseguiu ultrapassar o período de dedicação a formação. A Márcia se considera com uma pessoa de destaque entre os seus irmãos, porque conseguiu cursar uma universidade e é educadora social. Ela começou a trabalhar, com dezesseis anos, como gerente de uma loja de flores, que foi montada para o seu irmão de criação pela família dos ex-patrões da sua mãe, mas o negócio não

²⁴ Os nomes dados aos entrevistados são fictícios.

deu certo. Então, ela passou numa prova e começou a trabalhar como auxiliar de serviço no Unibanco. Por incentivo dos colegas de trabalho, tentou o vestibular para economia e passou na prova, mas como tinha que ser residente no local da Faculdade, que ficava em Resende, o seu pai não permitiu que se matriculasse. Ficou aborrecida com ele, mas acatou a sua decisão. Depois uma amiga do banco, que fazia comunicação, lhe incentivou a fazer o mesmo curso. Márcia começou a cursar jornalismo na Facha, e recebeu logo uma promoção no banco, passando para o cargo de assistente de serviço. Depois de cinco anos, quando terminou a faculdade, ela foi novamente promovida à chefe de seção. Enquanto fez a faculdade e trabalhou no banco, também estagiou no Jornal Fluminense, na Telerj e na radio Fluminense. Quando ainda estava no banco, ela começou a namorar e depois se casou, mas ao ter a sua primeira filha, ficou apenas mais um ano no trabalho, e decidiu se dedicar à família. Ela teve mais um filho. Nesse ínterim, em sua casa, montou um salão de cabeleireiro junto às amigas, com as quais fez o curso de cabeleireira, e também começou a desenvolver trabalhos voluntários. Iniciou-se como mãe voluntária da escola dos filhos, porque queria acompanhar de perto tudo sobre a vida deles. Ela se julgava útil neste trabalho, porque podia orientar as outras mães em vários assuntos, já que tinha uma visão mais ampla, por ter trabalhado fora bastante tempo. Ainda como voluntária, foi secretária da pastoral da oração na paróquia dos Salesianos, e depois foi ser catequista. Ela ofereceu serviços voluntários por dez anos, quando uma outra paroquiana lhe falou que o CEJOMM estava precisando de alguém para ensinar ofício de cabeleireiro para os adolescentes. Ela foi fazer uma entrevista com as coordenadoras da obra, que ficaram satisfeitas e surpresas pelo fato dela também possuir nível universitário, coisa rara entre os educadores da obra. Atribuindo a entrada no CEJOMM à graça de Deus, ela não sabia que se tratava de trabalho remunerado, e ficou feliz porque, naquele momento, o marido estava desempregado e os conflitos familiares já estavam ganhando uma dimensão insuportável. Depois de anos se dedicando ao casamento e aos filhos, Márcia ingressa como educadora social no mercado de trabalho formal.

Educadora Janaína.

Os seus avôs, há cinquenta anos atrás, saíram de Laranjal, onde trabalhavam na roça cortando cana de açúcar, e vieram para a cidade de Niterói. Eles tiveram 9

filhos, cinco mulheres e quatro homens. A única que nasceu em Niterói foi a Elvira - a filha mais nova. Para a família, ela foi quem teve alguns privilégios. Não precisou sair para trabalhar com pouca idade, morou com a mãe até se casar, e pôde estudar um pouco mais – concluiu o primeiro grau. Os seus avôs são analfabetos e os filhos chegaram a ser alfabetizados. A decisão de migrar foi orientada pelo filho mais velho do casal – o Alfredo, que era militar. Quando chegou aqui, o seu avô arrumou um emprego de gari na prefeitura, e a sua avó começou a lavar roupas para fora. Alfredo não chegou a se casar, mas teve um filho que foi criado pela sua mãe. No quartel, ele aprendeu o ofício de sapateiro, cujo conhecimento foi transmitido ao seu irmão Vinícius, que começou a trabalhar numa sapateira montada pelo irmão. Vinícius, depois que a sapataria fechou, trabalhou como servente num bar, e, atualmente é porteiro de uma escola pública. Casou-se e teve uma filha. Todos moram numa casa que foi construída no terreno dos pais de Vinícius. Sobre os outros filhos do casal, Janaína não tem mais informação, apenas que um dos seus tios morreu de alcoolismo. Por intermédio das suas patroas, a avô de Janaína encaminhou todas as filhas para trabalhar em casa de família, como exceção de Elvira, que tomava conta dos sobrinhos. A mãe de Janaína, Vera, começou a trabalhar aos 18 anos, mesmo contra a sua vontade, e alegava que não queria ficar longe da família. Após dois anos, Vera engravidou de Janaína, mas não chegou a se casar com o namorado, porque tinha vergonha dele por ser um alcoólatra. Os patrões dela permitiram que ela continuasse a trabalhar e morar lá mesmo com a criança. Permaneceu neste emprego durante 22 anos. Janaína foi batizada pelo casal de filhos da patroa de sua mãe. Ela morou com a sua mãe até completar 11 anos, quando foi ser a babá dos filhos da sua madrinha. Ela ia para escola na parte da manhã, e quando chegava tomava conta das crianças. Por mais que tenha consciência de que os patrões da sua mãe lhe proporcionaram acesso a várias oportunidades, como uma boa educação, roupas novas e casa confortável, e que a sua mãe também pôde se aposentar por esse emprego, Janaína ainda guarda muita mágoa deles. Ela considera que a sua mãe foi muito explorada. Não tinha hora para nada, ela trabalhava dia e noite, e estava sempre à mercê deles. Além disso, nem ela, nem Janaína tinham liberdade na casa. Não podiam assistir à televisão sentada no sofá, somente no chão, e muito menos ficar circulando pela casa. Embora as suas primas julgassem ter ela uma boa vida, não era assim que enxergava; o que mais desejava era ter a sua própria casa. Janaína ficou uns dois anos trabalhando na casa de sua madrinha. Como neste período, Vera conseguiu puxar um cômodo, junto à casa

de sua mãe, Janaína acabou saindo do emprego e foi morar lá. Por incentivo da avó, ficou lavando roupa para fora, como meio de custear os seus estudos, mas como não sabia passar roupa direito, resolveu virar diarista. Ficou nessa ocupação até que ingressou no SENAC e se formou em manicure e auxiliar de escritório. Então, trabalhou num salão durante três anos. Antes de entrar no SENAC, foi reprovada na oitava série. Parou de estudar por dois anos, retomou os estudos para acabar o primeiro grau. Fez também um curso de alfabetizadora no Colégio IEPI. Neste período, conseguiu o seu primeiro emprego de carteira assinada no escritório da sorveteria Barnes, onde ficou até perceber que a firma estava preste a falir. Arrumou um emprego de balconista nas Lojas Marisas, onde, no início, teve muita dificuldade, por conta das disputas que as outras funcionárias estabeleciam em torno da comissão. Janaína se via como uma pessoa habilidosa para vendas, mas era comum perder clientes para as outras colegas de trabalho que lhe ameaçavam. Então, a gerente, percebendo a atitude das colegas, promoveu-a para uma outra sessão. Quando entrou uma outra gerente no lugar da antiga, ela não ficou muito tempo neste emprego, porque não agüentou os maus tratos dela. Logo que saiu das Lojas Marisa, foi trabalhar numa tinturaria, mas também teve problemas com o chefe, que, para ela, era um “cavalo”. Arrumou uma ocupação numa outra tinturaria, mas também não ficou muito tempo, uma vez que o seu chefe tinha um caso amoroso com uma das funcionárias, que começou a sentir ciúmes dela. Acabou sendo demitida. Depois, começou a trabalhar como secretária na igreja Nossa Senhora Auxiliadora, por intermédio de sua amiga Inês, que era integrante dessa paróquia. Com dezoito anos, Janaína conheceu Inês num grupo jovem. Lá ela iniciou um trabalho voluntário de visitas às crianças internas na Pestalozzi. Logo após a passagem pelo ritual da eucaristia, ingressou no Grupo Fraternidade do Irmão Carlos Foucault, que faz questão de destacá-lo com um local cuja formação foi fundamental para sua opção pelos pobres e oprimidos. Enquanto trabalhou na paróquia NS Auxiliadora, concluiu o curso de formação de professores na Sta Bernadete. Ela diz que isso só foi possível devido à ajuda do padre, que lhe conseguiu um desconto na mensalidade da escola, através de um pedido feito à mãe do dono do colégio que freqüentava a igreja. Além disso, ele lhe liberava, todas as manhãs, para estudar. Trabalhou lá até a sua primeira filha nascer, em 1986. Adorava ser funcionária da paróquia, porque as pessoas de lá lhe incentivavam a buscar os seus objetivos, e foram importantes para que tivesse valorizado a auto-estima. Quando voltou ao mercado de trabalho, entrou com auxiliar numa creche evangélica e, logo

depois, assumiu uma turma como alfabetizadora. Enquanto isso, à convite de Inês, Janaína, junto com um grupo de funcionários do Colégio São José e de Freiras Sacramentistas, começa um trabalho voluntário com meninos e meninas de rua. No início, todas as noites das sextas-feiras, eles saíam às ruas para conversar, brincar e distribuir lanches para essas crianças. Depois, eles passaram a encontrá-los três vezes na semana, até que a iniciativa foi ganhando vulto e surgiu a São Martinho. Ela passou a trabalhar todos os dias à tarde, depois que largava o trabalho na creche. Até que lhe ofereceram um salário para ficar o dia inteiro. Janaína começou a trabalhar como educadora social da São Martinho, onde ficou por oito anos. O trabalho lá foi identificado com um período que a sua vida deslanchou. Fala que os seus horizontes foram ampliados. Depois de muitas mudanças estruturais na instituição e insistentes pedidos para ser mandada embora, Janaína foi convidada a trabalhar no CEJOMM, que estava iniciando as suas atividades. Ela é educadora dessa instituição até hoje.

Educadora Maria.

Idalina, a mãe de Maria, trabalhava cortando malacacheta em Minas Gerais. Com vinte anos, veio para o Rio trabalhar como empregada doméstica, mas não agüentou o rojão, porque a patroa explorava muito. Assim que conheceu Antônio, o pai de Maria, foi morar com ele e saiu do emprego. Ela passou a lavar roupas para fora. Antônio saiu de Bom Jardim para o Rio, contra a vontade da sua família. Foi trabalhar como vigia da Embaixada Inglesa, em Botafogo. Durante as horas vagas, era eletricitista na Favela Dona Marta, onde morava. Tiveram quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Maria se lembra que o pai ganhava bem, e a família tinha uma boa condição. Muitos parentes julgavam que eles eram ricos, mas Maria dizia que ele cumpria bem o seu dever de cuidar da família. Idalina trouxe para o Rio a sua mãe e os cinco irmãos, que vieram pequenos para estudar. Maria não falou muito sobre a vida dos seus irmãos. Apenas que a sua irmã sempre fez o que quis, e não teve muita obediência aos pais. Ela começou a trabalhar como doméstica, e continuou a vida toda na mesma. O irmão mais novo foi quem estudou um pouco mais, mas não se casou e mora até hoje com a mãe. Quanto ao outro irmão, a referência que lhes faz é o fato de ser casado. Ela conta que estudaram em colégios particulares. No seu caso, cursou até o ginásio, num internato de freiras, e não continuou o estudo porque quis se casar com Severo. Os pais ficaram contra, o casamento porque consideravam que tinha pouca idade, e não

gostariam de lhe ver casada com um imigrante nordestino. Mas mesmo assim, com dezesseis anos, ela se casa com Severo. Parou os estudos e se dedicou exclusivamente à família, já que, como dizia o marido, dava conta do recado sozinho. Severo veio do Ceará para ser auxiliar de pedreiro, chegou a pedreiro, e hoje é encarregado de obra. Depois de alguns anos de casados, se mudaram para Niterói. Tiveram três filhos, duas meninas e um menino. Fala que os filhos sempre estudaram nas melhores escolas públicas, e que fizeram balé, inglês, tudo de graça; afirma que nunca precisou pagar nada e aquelas crianças que não fazem tudo isso é porque as mães não sabem estimular. A sua filha mais velha, Marina, fez a primeira comunhão na paróquia dos Salesianos, e, logo depois, entrou para o grupo Jovem - Perseverança, onde foi chamada a participar do Oratório Festivo. Logo se tornou voluntária, e começou a tomar conta dos banheiros. Depois, ela assumiu uma turma para evangelizar, até que ficou responsável, junto com a irmã, pela formação da catequese. Neste meio tempo, ela terminou o magistério, e conseguiu se tornar funcionária do Colégio Salesiano. Foi contratada como secretária da piscina. Quando o colégio terceirizou esse setor, ela pediu demissão, e arrumou um emprego na Sul América Seguros. Atualmente, está cursando a faculdade de direito. Madalena, filha do meio de Maria, também fez o catecismo, e depois foi para o Grupo Jovem Perseverança. Como a sua irmã comparecia ao Oratório Festivo, Madalena passou a freqüentá-lo, embora as duas irmãs não passassem por nenhuma dificuldade financeira como as demais crianças. Ela resolveu fazer o magistério, e, quando se formou, assumiu uma turminha do Oratório como voluntária. Até que foi contratada como educadora de uma escolinha salesiana, que dava reforço escolar para as crianças carentes. Ficou nesta função por cinco anos. Depois os Salesianos fecharam a escolinha e montaram o CEJOMM. Como já era formada em pedagogia, foi convidada para ser coordenadora, onde ficou por três anos. Depois de ser incentivada por vários militantes dos direitos da infância e juventude, Madalena saiu de lá para ser candidata ao conselho tutelar. Ela foi eleita com o apoio dos funcionários, educadores, voluntários e usuários das instituições filantrópicas vinculadas aos Salesianos. Quanto ao filho mais novo de Maria, Rodrigo, fez até o segundo grau, mas não quis fazer faculdade, porque se engraçou com uma menina, que logo engravidou. Ele estava com uns dezoito anos quando teve o primeiro filho. Com pena, Maria convidou a namorada para morar na casa dela. Rogério ficou durante oito anos casado com a menina, e tiveram mais um filho. Atualmente, a mãe de Rodrigo é quem cria os filhos dele. Ela fala que ele passou a dar problemas quando completou

treze anos, e começou a exigir do pai roupas de marca. Como se não bastasse, já havia repetido, por duas vezes, a sexta série. O pai dele ficou invocado porque ele não queria estudar, acabou tirando-o da escola para ir trabalhar com ele na obra. Mas o patrão de Severo não permitiu que Rodrigo continuasse na obra, já que tinha pouca idade; e arrumou-lhe um emprego de atendente numa locadora de vídeo, onde ficou até os vinte anos. Maria lhe procurou dar várias alternativas de qualificação profissional. Colocou-o num curso de refrigeração e de vigilante, além de fazer com que tirasse a carteira de motorista. Atualmente ele trabalha com refrigeração. Ao mesmo tempo em que as filhas estavam no catecismo, a Maria trabalhou como voluntária na pastoral de batismo. Depois o padre Valdemar lhe convidou para ser Voluntária no Oratório Festivo. Ela ajudava fazendo o lanche das crianças e arrumando o prédio, mas quando faltava algum educador, assumia a sala de aula para evangelizar. Quando os salesianos resolveram terminar com a escolinha para formar o Oratório, ela conversou com o padre e lhe pediu uma vaga, alegando que não era professora, e, por isso, não poderia ficar no reforço escolar. Mas que era uma educadora e poderia dar suporte à coordenação. Então, conseguiu a vaga, ficando responsável pela alimentação, o banho e as visitas às famílias das crianças. Lúcia nunca havia trabalhado fora, e só resolveu assumir essa opção depois que os filhos já estavam criados.

Educadora Joana.

A família da mãe de Joana nasceu no Estado da Paraíba, e a família do pai é de origem pernambucana, mas todos foram criados na Paraíba. O pai de Joana, Francisco, veio de uma família muito pobre, muito humilde. Ele sempre foi pedreiro, e só estudou até a quarta série. A mãe de Joana, Elba, diz não se importar se sabe ler ou escrever, e nunca quis estudar, porque tinha que trabalhar na roça para ajudar à mãe e aos quinze irmãos. A família de Elba se aposentou através do trabalho na roça. Mas na época em que Elba era solteira, a família dela possuía um terreno e vivia de plantar e vender, mas não dava lucro, e, às vezes, não dava produção. Diante das dificuldades, a família foi para a cidade, onde era melhor. Elba morou com a mãe até os 18 anos, quando se casou. Francisco era pedreiro e também trabalhava, nas horas livres, numa grande feira, como a de São Cristóvão. Depois que Elba e Francisco se casaram, ele veio tentar a vida em Niterói, por incentivo de algumas pessoas que falavam que aqui era melhor para se viver. O irmão de Elba arrumou um emprego e alugou uma casa

para Francisco morar. Ele pagava o aluguel dele e mandava o restante do salário para a família. Quando Elba descobriu que estava grávida, foi também para Niterói, mas voltou para ter o primeiro filho, porque em Niterói não havia ninguém para lhe ajudar. Ficou na Paraíba durante um ano e pouco, até que engravidou de Francisco de novo. Francisco visitava, de 6 em 6 meses, a mulher, que ficou por lá trabalhando como doméstica. A sua sogra era quem tomava conta das crianças, liberando-a para o trabalho. Até que depois de 2 anos, quando Francisco conseguiu construir um barraco no morro, a sua esposa e filhos migraram para Niterói. Elba arrumou um emprego de doméstica. Então, depois que nasceu o terceiro filho, a situação financeira foi decaindo, porque o pai de Joana não dava conta de atender a família. Ele passou a beber muito, e as coisas foram piorando, mas principalmente quando chegou o último e quarto filho do casal. Joana conta que o pai nunca encostou a mão na esposa e nos filhos, mas sempre lhes magoou muito com as palavras. O quarto filho nasceu com problemas de saúde, impossibilitando Elba de trabalhar, o que acentuou ainda mais a dificuldade financeira do casal. Joana fala que a família não passou fome, porque o seu pai não deixava de colocar comida em casa. Mas em compensação, não conseguiam levar à frente nenhum projeto de melhoria de vida ou da casa, porque ele gastava todo o dinheiro com bebida. O filho mais velho do casal, Pedro, resolveu, com onze anos, procurar um emprego, e começou como aprendiz numa oficina mecânica sem ganhar nada. Então, ele ia para escola na parte da manhã e à tarde ficava na oficina. Joana conta que a mãe não deixou nenhum deles largar os estudos, e todos concluíram o segundo grau. Neste período, a família mudou de local de moradia para ver se Francisco parava de beber. Lá, ele continuou bebendo, mas um pouco menos, porque não tinha tantos amigos. Durante uma briga de Francisco com a filha Joana, o pai resolveu largar a bebida. Joana lhe ameaçou sair de casa com toda a família, se acaso continuasse a beber. Joana, junto de um dos seus irmãos, começou a freqüentar o Oratório Festivo, aos domingos. Ela estava com uns dez anos de idade. Depois foi para a escolinha de reforço escolar, onde ficou por dois anos. Ao mesmo tempo, iniciou o catecismo. Ela conta que ficava cansada de ir ao Catecismo e ao Oratório, e aprontava muito, mas, depois de algum tempo, tornou-se voluntária dessa instituição. Ao mesmo tempo começou a trabalhar como babá, mas desejava conquistar “mais coisas na vida”. Já havia passado por três empregos, e estava há mais de dois meses sem trabalho. Foi quando ficou sabendo que estava para abrir o CEJOMM. Joana pediu ao padre para lhe arrumar uma vaga de educadora, alegando que conhecia bem as

crianças, porque tinha contato com elas no Oratório Festivo. Teve uma resposta negativa, mas conseguiu um local para treinar datilografia. Depois de algum tempo, recebeu o convite para iniciar no CEJOMM. Ela diz que antes de ir trabalhar como educadora no CEJOMM, era muito ingênua e aceitava tudo o que as pessoas lhe falavam e impunham. Mas, como educadora, começou a fazer vários cursos, ir a palestras, ter mais acesso a informações e a conhecer pessoas diferentes, que lhe orientaram muito, principalmente em relação ao problema do seu pai. Então, ela foi ao AA, e passou a ter mais paciência com o seu pai Francisco. Já que a sua mãe brigava muito com Francisco, ela procurava amenizar os conflitos e conversar com a família. Por isso, ela diz que se sente também educadora do seu pai.

5.1.1.2 A Organização Familiar.

Cada uma das histórias das famílias desses entrevistados revela especificidades, mas também muitos pontos comuns. Em todas as famílias não se configuram casos de pobreza absoluta ou miserabilidade, embora elas enfrentem dificuldades para o acesso aos bens materiais, culturais e sociais fundamentais à reprodução física e social dos seus componentes. Conseqüentemente, a estrutura organizacional dessas famílias apresenta variações ocorridas em diferentes fases do ciclo de vida social e biológica. As mudanças são nada mais que formas alternativas criadas pelos seus membros, com intenção de gerir coletivamente os escassos bens acumulados e amenizar as suas dificuldades materiais e sociais.

De acordo com as observações de Neves (1983) e Woortmann (1987) sobre as organizações e arranjos familiares entre os pobres, afirma-se que as unidades domésticas apresentam formas alternativas e variadas de arranjos frente à dificuldade de realizar a reprodução do modelo dominante de organização familiar – a família nuclear²⁵. A impossibilidade de realizá-lo está relacionada a fatores externos e internos às unidades familiares. Os fatores externos são aqueles que independem das configurações das relações familiares ou da vontade dos seus membros, como, por exemplo, as questões relacionadas ao mercado de trabalho, formas de rendimentos,

²⁵ Entende-se por a família nuclear aquela cuja organização se estabelece a partir de relações conjugais e de afiliação. Mas também se fundamenta na divisão sexual do papel do homem-marido como provedor dos rendimentos familiares e da mulher-esposa como donas de casa e gestora do espaço doméstico. Essa discussão sobre organizações e arranjos familiares pode ser observada em Neves (1983) e Woortmann Klass (1987).

sociabilidade e prestação de serviços. Os fatores internos, por outro lado, se referem aos recursos financeiros e culturais, a composição e o ciclo de vida social e biológico da unidade familiar.

A história de vida das famílias dos entrevistados revela uma tendência à organização de famílias extensas²⁶, sob três gerações, demonstrando a existência de uma rede de apoio e de solidariedade de troca de bens e serviços entre familiares e parentes. Nos casos em que predomina o modelo de família nuclear, observa-se a estabilidade das relações conjugais e o sucesso do papel de provedor do marido-pai. Mesmo assim, as famílias conjugais não permanecem isoladas e estão sempre integradas dentro dessa rede social familiar e parental.

Dentre os vários tipos de bens materiais, simbólicos e sociais e de prestação de serviços intercambiados nas redes de apoio e de solidariedade entre familiares e parentes, foram observado três principais. Em primeiro lugar, nota-se a transmissão linear de saberes, habilidades e conhecimentos que estão pautadas nas biografias dos familiares e parentes, permitindo, às vezes, algumas formas de inserção em atividades remuneradas, como, por exemplo, a atividade do emprego doméstico, de pedreiro e de sapateiro. Em segundo lugar, a criação e o cuidado com as crianças integrantes dessas redes não são apenas responsabilidade dos seus progenitores, mas, ao contrário, são alvos da preocupação coletiva do grupo. Por último, a construção de puxadas e de cômodos nos quintais de familiares de gerações anteriores aparece como um recurso importante para a questão da moradia, principalmente diante da consolidação de outros núcleos domésticos.

Segundo Guedes (1998), nessas redes de parentesco, costumam circular, sob a forma de empréstimos, doação ou ajuda, vários tipos de bens materiais (como roupas, eletrodomésticos, móveis, alimentos) e de prestação de serviços (destaca-se a transferência de habilidades, saberes e conhecimentos que são trocados entre os seus componentes). Essas formas de intercâmbio não são apenas respostas encontradas para lidar com a precariedade das condições de existência, mas também estão ancoradas no princípio da reciprocidade que estabelece a obrigação moral de ajuda mútua entre os familiares integrantes de uma mesma rede social.

²⁶ O conceito de família extensa aqui utilizado é aquele elaborado por Woortamann, Klaas (1987). Trata-se de um conjunto de parentes consanguíneos que constituem um círculo interno de uma rede de parentesco.

Conforme ainda observações realizadas por Guedes sobre essas redes, encontra-se uma forma costumeira de ocupação das áreas de residência dos trabalhadores urbanos pobres que é a organização em quintais²⁷. Essa forma alternativa de moradia surge diante da exigência de formação de residência neolocal para casais recém-formados, que estão impossibilitados materialmente de realizá-la de forma autônoma. O quintal não representa um patrimônio que tenha um valor de troca, ou seja, não se espera que dele se retire algum benefício monetário. Ao contrário, é visto como um patrimônio coletivo, e, portanto, de usufruto daqueles que se reconhecem como parentes.

Segundo relata a educadora Janaina, a sua avó concedeu o espaço do terreno dela para que os filhos fizessem as suas casas, com exceção de duas filhas que os maridos tiveram condição financeira de lhes oferecer um local de residência em outro lugar. Então, a permanência dos demais membros ocorreu mediante a própria incapacidade de lhes proporcionar outras formas de moradia. Mas, de modo geral, por mais que a construção das casas tenha iniciado com a puxada de cômodos, a educadora enfatiza que os seus parentes se esforçaram para criar unidades autônomas de residência.

A educadora Márcia morou em Campo Grande, no Rio de Janeiro, depois em São Gonçalo, até que construiu uma casa no terreno dos pais, mas destaca que se trata de uma casa autônoma a dos pais.

Em ambos os casos, a privacidade da vida doméstica é amplamente valorizada, mesmo diante da proximidade física e da inclusão numa rede de parentesco. A formação da família conjugal nuclear é o modelo de organização social que prevalece no plano ideal dessas famílias. Ainda que não consigam realizá-la na prática, ela se constitui enquanto um valor moral.

A formação de núcleos domésticos, cuja formação corresponde à terceira geração da árvore genealógica, e as diversas configurações constituídas ao longo da existência de cada núcleo formado na família de Janaína são alguns pontos relevantes da constituição do quintal nessa rede de parentesco.

²⁷ Entende-se por quintal: um conjunto de casas que encobrem um mesmo lote ou terreno, sendo que tais casas foram construídas a partir de uma casa inicial, cujo proprietário realizou ou permitiu a construção delas. Além disso, o quintal é ocupado predominantemente por pessoas que se consideram ou se reconhecem como parentes. Ver Guedes, 1998.

Outros aspectos referentes à organização em quintais foram notados pelos relatos de Janaína²⁸. Nos casos de dissolução das relações conjugais, houve a permanência das mães, que ali ficaram residindo com as suas filhas, ainda que essas mulheres fossem parentes por afinidade da proprietária da casa inicial. Mas também, observa-se a formação de arranjos matrifocais, ao invés de construção de puxadas, em certas circunstâncias marcadas por insucessos nos esforços da família para a moralização dos desvios. Destacam-se como comportamentos desviantes, mais comuns, que impedem a constituição dos núcleos neoconjugais: a gravidez antes do casamento, a negação do papel de marido-pai pelo homem e o consumo excessivo de drogas por parte dos homens, fundamentalmente do uso abusivo de bebida alcoólica.

Com relação aos comportamentos desviantes por uso abusivos de drogas ou bebidas alcoólicas, o consumo exagerado de álcool pelo pai de Joana impediu a família de realizar o projeto coletivo de melhoria das condições de vida e da casa. Essa família chegou a perder a casa própria na favela, por falta de recursos econômicos para reparos e cuidados. Devido à sua condição de migrante, ela não possuía o acesso a certos recursos disponíveis nas redes de apoio e entre ajuda familiar, logo, não foi possível amenizar esse tipo de perda causada pela ruptura de tal projeto pelo pai.

No caso da educadora Antônia²⁹, o projeto de construção de uma residência autônoma foi adiado por mais de dois anos, porque todo o dinheiro que o marido dela ganhava se destinava ao seu consumo de cocaína, obrigando-a a bancar sozinha o sustento da família. Durante esse período, a entrevistada, o marido e o filho moraram com a mãe e os três irmãos de Antônia, formando assim um arranjo familiar extenso.

A criação de crianças e adolescentes por outros familiares que não os seus progenitores é algo comum à organização e estrutura familiar dos entrevistados. As mulheres aparentadas se mobilizam para ajudar, ou mesmo assumir sozinhas a criação de crianças, que não foram gestadas por elas, mas que integram as suas redes familiares e parentais.

A necessidade das mulheres se integrarem ao mercado de trabalho, as dificuldades econômicas e os problemas de relacionamentos entre os familiares são alguns dos motivos identificados pelos entrevistados para o ato de adotar e doar crianças. Em alguns casos, as crianças permanecem, durante a sua infância e

²⁸ Com relação à questão da organização em quintais, foram baseadas nos dados presentes na entrevista realizada com a educadora, em Agosto de 2003.

²⁹ A entrevista de Antônia não foi relatada neste capítulo, mas foi realizada em Agosto de 2003, e também serve de base às observações aqui desenvolvidas.

adolescência, alternando entre os lares tanto dos seus progenitores quanto dos pais de criação.

No seu estudo sobre as estruturas e organizações familiares em grupo de trabalhadores de baixa renda, Fonseca (1993) focalizou aquilo que denominou de *circulação de crianças*, isto é, a constante incidência de crianças que permaneciam grande parte da sua infância e juventude distante da casa dos seus genitores, e vivendo preferencialmente com outros familiares e parentes. Trata-se de uma prática comum presente nas organizações familiares desse segmento social, mas que não pode ser entendida apenas como uma solução encontrada diante das precárias condições materiais que enfrentam os progenitores da criança doada. Ela é também uma forma de compensar algumas tendências de enfraquecimento da solidariedade existente entre os componentes das redes de parentesco, como, por exemplo, a tendência preponderante de os homens se afastarem das relações familiares e investir na mobilidade social.

Ainda como enfatiza Fonseca, a mobilidade social pode provocar tanto o afastamento quanto à manutenção dos laços sociais entre aqueles que se deslocaram na hierarquia sócio-econômica e os parentes pobres. Ao optarem pela constituição de um núcleo doméstico aberto às influências das formas de vida dos pobres, aqueles que ascenderam socialmente recebem crianças advindas de outros núcleos, garantindo assim os vínculos entre os familiares e parentes.

As famílias de origem das educadoras Márcia e Maria não demonstram um afastamento das relações de solidariedade e de troca com os demais parentes, embora apresentem um quadro de mobilidade social alcançado de forma mais imediata. O pai de Márcia conseguiu ascender socialmente através da inserção social como gerente de um supermercado, após a sua imigração para a cidade. Da mesma forma, na família de Maria, o pai dela conseguiu estabilidade através do emprego de vigia na Embaixada Inglesa.

Nessas duas famílias, é comum a presença de crianças advindas de outras famílias que foram criadas por elas. A mãe de Márcia não criou apenas um dos filhos de seu irmão, para que a sua nora pudesse trabalhar, mas também cuidou de uma criança agregada da família dos ex-patrões dela. Já a mãe de Maria, após seu casamento, trouxe a mãe e os irmãos, que eram ainda pequenos, para morar junto com ela. Atualmente, a educadora Maria é quem cuida dos dois filhos de seu filho mais novo.

A partir desses aspectos, percebe-se que o marido-pai de cada um desses núcleos domésticos exerce com sucesso o papel de provedor das necessidades e do sustento da família.

Na família de Janaina, ocorreram vários casos de circulação de crianças. A sua tia Elvira era quem cuidava dos filhos de suas irmãs, liberando-as de tal obrigação, para que pudessem ajudar na renda familiar através da integração no emprego doméstico. A avó de Janaina cuidou do filho do seu filho mais velho, que não concretizou o casamento, mas isso não significou a ruptura das relações entre a progenitora e o filho. Ela também recebeu, em sua casa, dois netos adolescentes, filhos da mesma mãe, que lhe pediram guarita, quando as relações conflituosas com o padrasto se tornaram intoleráveis. Outros casos de circulação de crianças também foram relatados pela entrevistada.

Na família da educadora Joana, a sua mãe, antes de migrar para Rio, morava com a sogra, a qual deixava os filhos para trabalhar e ganhar o sustento da casa. Após migrar para o Rio, ela deixava os filhos aos cuidados de sua cunhada, porque acreditava que era a melhor solução para ir trabalhar em paz, e não deixar as crianças soltas nas ruas.

A troca de bens materiais e sociais e de serviços presentes nas redes sociais de apoio e solidariedade dos familiares e parentes desses educadores revela tanto aspectos de ordem econômica, quanto de natureza simbólica. Algumas formas diferenciadas de organização e de estruturas familiares das demais classes sociais são resultado do contexto sócio-econômico de precariedade das condições materiais e culturais em que estão inseridas essas famílias. Mas é o princípio da reciprocidade que atribui sentido a tais práticas sociais.

5.1.1.3 O Projeto de Imigração

A imigração também é um dos elementos constitutivos da trajetória social das famílias e parentes desses entrevistados. É a expressão do desejo de melhoria das condições de vida, cuja verbalização está na constante frase: “foi tentar a vida em outro lugar, porque aqui não estava dando nada”, ou “eu quero algo melhor do que aquilo que o destino reservou aos meus pais”.

Ela também faz parte da expectativa de um projeto de ascensão social, que é encarado como um investimento coletivo a ser concretizado pelas gerações sucessivas.

Trata-se de um desejo de melhoria das condições de vida, que se inicia e se idealiza pelos familiares predecessores aos entrevistados.

Os entrevistados se enxergam como indivíduos que representam um exemplo de mobilidade social, que foi sinalizada pelos investimentos dos familiares de gerações anteriores, ou melhor, que expressa a vontade das gerações anteriores que começaram os seus investimentos a partir da mobilidade espacial. Mas tal percepção só se constrói quando se comparam os trajetos que foram possíveis para os membros dessas famílias.

Por conta da precária situação material imposta a esses indivíduos, a imigração só se concretizou através das possibilidades de se ter uma inserção ocupacional e uma moradia no local de destino. Esses aspectos não são exclusivos deste grupo social.

Conforme observa Barbosa³⁰ (2000), a concentração de terras e recursos econômicos, a falta de emprego fixo e permanente, a utilização da mão de obra sazonal no setor agrícola e a deficiência das políticas públicas no setor social e de combate à seca são fatores estruturais que impulsionam a imigração. Mas sozinhos, não explicam tal fenômeno, uma vez que outras circunstâncias também são decisivas, como, por exemplo: as expectativas de melhores condições de vida e a rede de apoio e de incentivo da família, amigos e conterrâneos na decisão de migrar, na garantia de uma inserção ocupacional para os recém-chegados, na adaptação ao novo espaço social e, por último, na cessão, mesmo que temporária, de um lugar de moradia. Por isso, ele afirma que a condição de trabalhador é um fator preexistente à perspectiva de imigrar.

A viabilidade da imigração foi concretizada por uma ou duas gerações anteriores, ou seja, pelos avôs paternos/maternos ou pelos pais dos educadores, em meados dos anos quarenta a cinquenta. Alguns foram os pioneiros dentro do grupo familiar de origem, enquanto outros tiveram a mediação de familiares e parentes. Porém, independentemente das condições de migração, muitos deles apoiaram seus familiares, parentes e afins no ato de migrar, cedendo, temporariamente ou, em poucos casos, permanentemente, um espaço para ficar.

A imigração não provoca necessariamente a ruptura ou o afrouxamento dos laços sociais e de afetividade entre os familiares, parentes e afins. Ao contrário, estabelece obrigações morais e sociais dos imigrantes com seus familiares. Eles podem vir a cumprir o papel de orientador na decisão de migrar de seus conterrâneos,

³⁰ Essas reflexões presentes no texto estão ancoradas no estudo de Barbosa (2000) sobre as formas de inserção profissional de imigrantes nordestinos no Rio de Janeiro.

garantindo lhes alguma forma de inserção no mundo do trabalho, que se realiza através da mobilização das suas redes de relações sociais. Ademais, essas obrigações irão variar de acordo com o papel do imigrante dentro da organização social da família de origem e dos seus laços afetivos com os seus familiares. Se o imigrante ocupar a posição de chefe de família, tem a responsabilidade de garantir a sua reprodução social e de todo o grupo. Se for solteiro, ajudará na sobrevivência do grupo de origem. Portanto, a iniciativa de migrar, à primeira vista, parece um investimento particular, mas é, antes, uma estratégia coletiva de melhoria de vida.

Os familiares desses educadores deslocaram-se espacialmente do universo rural para urbano, provocando a mudança nas suas formas de inserção ocupacional. Portanto, ocorreu a mudança de espaços de sociabilidade específicos ao trabalho. Se antes os seus familiares estavam integrados ao sistema de relações de produção agrícola, agora se integram à esfera das atividades de prestação de serviços que exigem baixa escolaridade.

A maior parte das trajetórias apresenta a imigração do campo para cidade, ou seja, saem de um local que, há quarenta-cinquenta anos atrás, era basicamente rural para o centro urbano mais próximo. Trata-se de um deslocamento populacional intramunicipal. Mas em alguns casos, não se tem apenas um itinerário migratório, e sim um fluxo contínuo de deslocamento até chegar ao local de destino, onde há o enraizamento familiar – a Cidade de Niterói/RJ. O deslocamento pioneiro pode ocorrer num mesmo Estado ou entre Estados e Regiões Geográficas diferentes. Contudo, sempre mantendo a particularidade de um deslocamento do universo rural para o centro urbano.

5.1.1.4 A Inserção Ocupacional – A Ausência de Oportunidades e a Busca por Algo Melhor.

A integração da mão de obra feminina imigrante e de gerações posteriores foi basicamente nas ocupações de empregada doméstica. Algumas dessas mulheres trabalharam nesta atividade durante toda a vida produtiva, como, por exemplo, quase todas as mulheres da família da educadora Janaína, com exceção da própria e de suas filhas. Também é o caso da mãe da educadora Joana e a avó do educador Marcelo, cuja elaboração da história de vida não foi descrita neste capítulo. Outras permaneceram nesta atividade durante a fase de solteira e, depois de casadas, trabalharam em

ocupações cuja característica era de extensão do trabalho doméstico, mas que lhes garantia uma melhor conciliação entre as atividades remuneradas e os afazeres domésticos, como o cuidado com a casa e os filhos. Elas exerceram atividades de lavadeira e passadeira.

Após o casamento, apenas a mãe de Márcia saiu do mercado de trabalho e se dedicou apenas às tarefas domésticas. Neste caso, o marido-pai assumiu com sucesso o papel de provedor da família, e não reivindicou a ajuda da mulher no provimento doméstico, mesmo após a sua doença e a decadência do padrão de vida conquistado. Entretanto, tudo isso foi possível porque a família teve a assistência dos patrões dele.

Nos casos das mulheres que imigraram ainda solteiras, elas já vieram para cidade com a garantia de inserção no emprego doméstico e um local de moradia, “deixando para trás” a vida de sacrifícios da roça ou do campo, pela busca de uma vida melhor.

As atividades ocupacionais que apresentam uma articulação com a oferta de um local de moradia são uma opção amplamente valorizada pelos entrevistados, seja pela possibilidade de concretização do projeto de migração, seja pela razão de amenizar a precarização das condições de vida deles. Elas possibilitam a melhoria das condições de vida e a reprodução social dos seus trabalhadores, na medida que suprime as despesas comuns com moradia (água, luz, aluguel, gás, imposto, etc), alimentação e transporte.

No caso específico da história coletiva da família de Janaína, além da orientação de um familiar, o filho mais velho dos avós de Janaína, a migração coletiva de todos os seus membros familiares foi possível devido à posse de um terreno em Niterói. Mas, mesmo garantida a condição de proprietários, houve a valorização por uma inserção ocupacional na atividade de emprego doméstico, que garantisse a oferta de um local de moradia. Desta forma, a família pode levar adiante o projeto de melhoria de vida, principalmente das instalações da casa, na medida em que diminuía os gastos com a reprodução física e social das filhas.

As ocupações de empregada doméstica são amplamente valorizadas, porque, *a priori*, não exigem um saber específico, tornando-se uma opção viável para quem possui pouca ou nenhuma instrução formal e qualificação profissional. Os outros fatores como as formas indiretas de remuneração justificam a preferência das mulheres por essa forma de ocupação, uma vez que reduzem ou eliminam os gastos com certos itens necessários à sobrevivência. Mas, ao contrário daquilo que comumente se atribui a tais atividades, elas exigem um saber fazer, cuja transmissão acontece de forma naturalizada

durante a socialização das mulheres na divisão das tarefas domésticas. As atividades domésticas são saberes dominados por todos, a princípio sem a intenção de se tornar profissional e remunerado. Por isso, essas ocupações são desvalorizadas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, mal remuneradas.

Essa forma de inserção assume um papel importante para o desempenho da funcionalidade da sociedade capitalista, na medida em que assegura o exercício das atividades domésticas para aqueles que trabalham diretamente para o capital, garantindo-lhes a reprodução física e social³¹. Mas também existem fatores que estão relacionados à condição discriminante que assume a mão de obra feminina no mercado de trabalho.

De acordo com Telles (1992), o trabalho feminino é, por conta das discriminações sociais existentes no mercado, mal remunerado, desvalorizado, desqualificado e mais vulnerável às situações de desemprego. Por conseguinte, as formas de trabalho informal e as condições de precarização de trabalho são componentes constantes nas trajetórias ocupacionais desse segmento social. Tais diferenças nada têm a ver com as condições objetivas dessa força de trabalho. Mas, ao contrário, são evidências que encontram fundamento nas representações, tradições e práticas elaboradas na sociedade acerca dos papéis familiares. O trabalho feminino é encarado como algo transitório, circunstancial e secundário à reprodução da família, porque cabe à mulher a execução das tarefas domésticas. Ao passo que ao homem é atribuído o papel de chefe da família, e, conseqüentemente, a sua identidade e dignidade moral são construídas a partir da capacidade que ele tem de prover as necessidades básicas da família.

Esses aspectos estruturantes do mercado de trabalho não são os únicos que explicam as condições de integração da mão de obra feminina no emprego doméstico. Essa forma de inserção social assume uma especificidade que se refere ao fato das relações de trabalho se construírem num espaço que é próprio à família. As representações sociais acerca da família e os papéis sociais estabelecidos no universo doméstico, principalmente com relação à mulher, dão uma dimensão às relações sociais que não são propriamente capitalistas, mas que estão relacionadas à esfera simbólica.

Segundo Barbosa (2000), as relações de familiaridade e de afetividade entre patrões e empregadas domésticas são comuns, porque as relações de trabalho ocorrem

³¹ Para a discussão acerca o papel que o trabalho doméstico exerce de reprodução da mão de obra masculina: Ver Blay (1975)

num espaço que não é tipicamente capitalista, mas ao contrário acontece na esfera familiar. A empregada é incorporada à família de alguma forma, na medida em que participa das relações de intimidade e privacidade dos patrões. Não se trata de uma regra geral, mas, em alguns casos, os patrões buscam demarcar intensamente a hierarquia, a ponto de chegar a desumanização da empregada. Entre eles, as relações afetivas não alcançam o patamar da horizontalidade, a empregada continua a ocupar o lugar mais inferiorizado da hierarquia familiar. Além disso, não deixa de ocorrer conflitos tanto de natureza trabalhista quanto de ordem interpessoal.

Com relação ao emprego doméstico, as reclamações de rotina estafante de trabalho ou de tratamento desumano por parte dos patrões foram apontadas recorrentemente pelas entrevistadas, que vivenciaram tal experiência, ou mesmo avaliaram assim as vivências adquiridas por suas mães ou avôs. Mas elas também revelaram que os patrões foram tolerantes em alguns aspectos, e também contribuíram de diferentes formas para a melhoria das suas condições de vida, como, por exemplo, a oferta e doação de bens materiais, a ajuda e orientação para a concretização do projeto de aumento de escolaridade dos filhos das empregadas, a permissão de crianças durante o exercício profissional e a concessão de garantias trabalhistas. Essas formas de assistência não se constituíram em todos os casos desse tipo de inserção.

As entrevistadas revelam uma expectativa maior quanto à ajuda e à assistência dos patrões, esperando que o emprego doméstico fosse algo provisório e que os patrões pudessem, de alguma forma, contribuir para o projeto de melhoria das condições de vida, a partir de outras formas de inserção. O bom casamento, cujos papéis sociais e sexuais idealizados para os homens e mulheres se realizam na prática, se apresenta como uma alternativa para saída da condição de empregada doméstica.

Destaca-se a valorização da possibilidade de conciliar o trabalho com os estudos, que é visto como o meio mais plausível de alcançar uma inserção profissional melhor valorizada e remunerada. Vale ressaltar que, nos poucos casos em que os patrões buscaram oferecer uma forma de assistência, ajuda e orientação mais presente, não houve a intenção de proporcionar-lhes outras formas de inserção melhor valorizada, mas, ao contrário, visava à permanência delas na mesma posição social.

Quanto aos aspectos da relação patroa-empregada que estão além das desigualdades de classe sociais, Kofes (2001) aponta aquelas que são delineadas pelas tensões geradas por conta da imposição à empregada dos limites quanto ao desempenho do papel social e sexual - de dona de casa, esposa e mãe - atribuído à mulher no espaço

doméstico. O fato de o emprego doméstico se realizar num espaço social que é definidor da feminilidade, isto é, ser mulher significa ser dona do espaço da casa, leva a recriação dele. A relação de mando e obediência é que possibilita a definição de papéis diferenciados para a patroa e a empregada dentro do espaço da casa. Então, a organização do espaço doméstico e a regulação da circulação da empregada no espaço doméstico afirmam que a presença dela ocorre a partir da negação da presença na família. Assim, evita-se que o espaço social da família se confunda com o da empregada. Ao mesmo tempo, à empregada é imposta uma presença assexuada, uma vez que a patroa teme o risco de ser substituída em seu papel de mãe e esposa, quando uma outra mulher lhe substitui nas funções domésticas. Essas configurações das relações patroa-empregada conduzem à negação da condição de mulher e de pessoa das empregadas domésticas.

A atividade de educação popular no CEJOMM é uma extensão do papel feminino na divisão social e sexual do trabalho doméstico, que é o cuidado e a educação das crianças. Conseqüentemente, o universo de profissionais dessa instituição é composto predominante por mulheres, cuja origem social revela que a maioria delas ou de suas familiares foi inserida no mercado de trabalho através do emprego doméstico.

Na visão das educadoras-mulheres do CEJOMM, o papel de educadora é visto, num olhar retrospectivo, como algo mais digno do que a posição de empregada doméstica. As explorações, humilhações e subordinação existentes nas relações entre patroas/patrões e empregadas são os aspectos mais enfatizados para condenar o emprego doméstico, e justificar o desejo de escolha por uma outra atividade remunerada. Mas também destaca-se a acusação de ausência de generosidade das patroas com relação às suas empregadas, que lhes negam diversas formas de ajuda e de assistência capazes de lhes proporcionar certos benefícios para ocupar uma posição socialmente mais valorizada.

A função de educadora nesta instituição é encarada como uma atividade, onde a autonomia e o projeto pessoal são alguns aspectos que perpassam essa prática profissional. Por isso, ela se contrapõe à atividade doméstica. Mas a sensação de maior autonomia se constrói porque a atividade de educadora é norteada por uma lógica missionária, salvacionista e militante. Portanto, não cabe o controle externo e ferrenho sobre o desempenho do trabalho de educadora, já que para eles ocupar essa posição pressupõe um anterior ritual de definição de formas de pertencimento e de enquadramento. A adesão ao trabalho o é enquanto porta-vozes do CEJOMM.

Os homens dessas famílias se inseriram em atividades ocupacionais como pedreiro, sapateiro, militar, mecânico, funileiro, carregador, caixeiro, vendedor de bar, ajudante de padaria, vigia e gari. Essas formas de integração da mão de obra masculina, com exceção da carreira militar, são posições desqualificadas na divisão social do trabalho, ora por não exigirem um conhecimento específico, ora porque o seu saber é transmitido de geração à geração, durante a sociabilidade das relações de trabalho.

Os membros das famílias dos entrevistados estão impossibilitados de acumular certo tipo de capital social e cultural³² que lhes permita outras formas de inserção, melhor qualificada economicamente e culturalmente. Aquelas ocupações profissionais foram as formas possíveis de inserções para esse grupo, devido à origem social de camponeses e à baixa escolarização. Portanto, tais ocupações estão relacionadas à posição e à condição de classe dos indivíduos dessas famílias.

5.1.1.5 As Mediações Sociais – O Educador e o Trampolim.

Nota-se que os entrevistados alcançaram uma certa posição social que denota um movimento oposto ao da acentuação da decadência e da desqualificação social. Eles expressam um caminho ou processo de melhoria de vida, através de formas positivas de inserção social, ou melhor, representam um modelo exemplar de carreira de sucesso entre os componentes das famílias de trabalhadores pobres. Além disso, se contrapõem às possíveis formas negativas de inserção, cuja expressão, no julgamento deles, pode estar na figura do morador de rua ou na do bandido. A imagem coletiva construída sobre o morador de rua é aquela que expressa uma condição de ponto final de uma série de rupturas sociais. Constituiu-se num paradigma que simboliza o estado maior de carência que é a ausência de família, casa e trabalho.

Ao estudar os elementos que configuram a materialização do processo de exclusão social nas condições cotidianas de vida de um grupo de moradores de rua, Scorel (1999) destaca os problemas familiares e o desemprego como fatores apontados como propulsores à condição de se virar mendigo. Quanto aos conflitos familiares, são identificados como as situações de vulnerabilidade que atingem mais frequentemente famílias de trabalhadores pobres. Em primeiro lugar, destaca-se a intolerância ou a ultrapassagem dos limites de aceitação dos comportamentos desviantes, diante dos problemas de relacionamentos com a família, como, por exemplo, o alcoolismo e o

³² Uso o termo capital é empregado no sentido atribuído por Bourdieu.

consumo de drogas, a violência doméstica, os conflitos de valores (gravidez, homossexualismo e antagonismo de ordem religiosa) e os conflitos intergeracionais (em geral, esses conflitos são ocasionados pela busca de maior autonomia e liberdade frente aos valores e papéis sociais imputados a cada membro dentro do universo familiar). A vulnerabilidade material, que pode ser provocada por desemprego, morte, separação ou expulsão dos cônjuges, atinge de forma diferenciada os membros, de acordo com o papel social que ocupa na divisão sexual do trabalho dentro da unidade familiar.

Através dessa análise sobre o processo de acentuação da exclusão social, é possível identificar que as redes de apoio e solidariedade entre familiares, parentes ou vizinhos podem operar como meios de atenuar os conflitos familiares e as rupturas sociais. Não significa dizer que essas redes de solidariedade e de ajuda mútua impeçam o processo de desvinculações sociais, que marca a transposição liminar entre o universo da casa e a ida para a rua. Mas contribuem para a reflexão sobre o movimento inverso, que marca a trajetória de mobilidade social.

A história coletiva dessas famílias revela um conjunto de relações sociais de troca, ajuda e apoio que alguns de seus membros puderam estabelecer em outras redes sociais, que não fossem exclusivamente familiares, parentais ou vicinais. Destacam-se as relações entre patrões e empregados, relações entre amigos, a instituição militar, as instituições de formação profissionalizante e a Igreja Católica. Nesta última, as formas de integração ocorreram, ora através da adesão ao quadro de adeptos e militantes desta prática religiosa, ora através da participação na condição de usuário da rede de instituições filantrópica de assistência aos pobres.

Para além do papel de apoio e solidariedade das redes sociais do parentesco e da vizinhança para amenizar as dificuldades materiais e permitir a construção de um projeto de melhoria de vida, evidencia-se a presença dessas instituições como mediadoras no alcance de novas formas de inserção social e de projeção de um futuro diferenciado. Destaca-se, fundamentalmente, a integração social desses entrevistados em atividades voluntárias ou de militância católica, pré-condição, nesse caso, ao deslocamento de posição social.

Diante do quadro social acima relatado sobre as famílias desses entrevistados, percebe-se que a perspectiva de melhoria das condições de existência é elaborada em termos coletivos. Esse fato assume uma dimensão de revelo, fundamentalmente, quando se está diante de um quadro de mobilidade social que foi predito por três gerações anteriores, e que se concretizou apenas pelo sucesso de um dos seus membros.

5.1.1.6 O Voluntariado Filantrópico e a Busca pela Profissionalização.

O voluntariado filantrópico ganhou maior visibilidade como instrumento capaz de amenizar as mazelas sociais que atingem parcelas significativas da população excluída, após a década de oitenta. Muitos fatores foram importantes para que houvesse a sua consagração e legitimidade. Em primeiro lugar, ocorreu a descrença nos projetos políticos revolucionários que visavam a eliminação das causas estruturais da pobreza. Um outro aspecto é as transformações das funções do Estado, que motivado pelos ideários neoliberais restringiu, eliminou ou deixou de financiar a promoção de serviços sociais.

A exacerbação das desigualdades sociais, cuja consequência é a acentuação da exclusão dos indivíduos do consumo de bens e recursos considerados fundamentais para a reprodução física e social deles, dentro dos parâmetros definidos como minimamente humanos, foi fundamental para dar destaque à pobreza e os pobres. Contudo aconteceram o ordenamento das antigas e o surgimento de novas instituições assistenciais direcionadas para lidar com esse problema social.

O altruísmo, a generosidade e a solidariedade são os valores morais que atribuem sentido às ações do voluntariado, cuja finalidade está ancorada nas redistribuições de bens e serviços capazes de amenizar os efeitos acumulativos oriundos da precariedade das condições de vida dos seus assistidos. Mas também se fundamenta na expectativa coletiva de que há riscos sociais decorrentes das situações extremadas de miserabilidade. Entende-se que existe uma relação de causa e efeito entre pobreza e criminalidade. Por essa percepção, diversas ações assumem um caráter militante, salvacionista e proselitista.

Segundo Neves (2001, 2001a, 2002, 2003), as ações voluntárias se apresentam sob diversas formas, revelando o engajamento de pessoas nas mais variadas questões ou problemas sociais (preservação ambiental, exclusão social, combate às drogas e ao alcoolismo, direitos humanos), que são alvos de políticas sociais promovidas por instituições ligadas ao Estado, às *Ongs* e às instituições filantrópicas. Contudo, são as concepções referenciais acerca da pobreza e do pobre que irão orientar a maneira como essas ações intervirão sobre os efeitos perversos e acumulativos causados pelos problemas sociais.

Os agentes das ações filantrópicas identificam as situações de fragilidade e instabilidade originadas pela situação de pobreza como um resultado do estilo de vida regido pelo ócio e pela negação dos princípios disciplinares acerca da vida cotidiana. Então, a formação moral dos seus assistidos é vista como um meio de superar o estado de pobreza, demarcando assim uma visão ancorada na noção de provisoriedade desse problema social.

A atividade do voluntariado filantrópico, por ser a sua versão mais antiga, historicamente disseminada, está em geral vinculada a grupos religiosos cuja prática se define através do desenvolvido em obras sociais. Ela agrega atualmente vários segmentos sociais, deixando de ser algo exclusivamente praticado por setores mais privilegiados da sociedade. Jovens recém formados em cursos universitários, profissionais desempregados e aposentados oferecem gratuitamente cada vez mais os seus serviços especializados. Ao mesmo tempo, os adeptos religiosos que dispõem de tempo livre também se dedicam à tal atividade, como, por exemplo, jovens estudantes e donas de casa.

O trabalho voluntário antecede ao processo de profissionalização e especialização de uma atividade social, na medida em que socializa os indivíduos adeptos aos saberes e conhecimentos que serão institucionalizados, quando tal prática ganhar o *status* de profissão. Além disso, trata-se de uma forma de apropriação gratuita da força de trabalho numa sociedade regida por relações capitalistas.

Para chegar à condição de trabalhador voluntário, o candidato deve introjetar os sistemas de crenças e valores e o esquema de pensamento institucional, e deve, sobretudo, manter um comportamento social a eles adequado. Portanto, pressupõe um investimento pessoal que traga o reconhecimento do candidato como alguém predestinado a esse tipo de trabalho.

Os entrevistados tiveram como passaporte fundamental para se tornarem educadores sociais, diferentes experiências em trabalhos voluntários e militância católica em obras sociais vinculadas à igreja. A integração em atividades voluntárias antecedeu à profissionalização deles. A maioria dos educadores freqüentava as atividades como missas, catequeses, encontro de casais, encontro de jovens e ações de redistribuição de bens e serviços que eram promovidas pelas paróquias ou pastorais, passando a se dedicar à organização delas. Ao passo que outros percorreram as posições de educandos ou usuários das atividades filantrópicas do sistema salesiano, voluntário e educador.

A vivência de uma experiência de militância católica ou de trabalho voluntário permitiu aos entrevistados uma forma de inserção profissional numa outra atividade ocupacional, cuja imagem construída por ela conferia um status valorizado aos seus praticantes. Proporcionou o retorno ao mercado de trabalho das mulheres que interromperam a sua carreira profissional, em razão da valorização de sua função de mães, esposas e donas de casa. Ao mesmo tempo, garantiu a integração ocupacional de mulheres que não tinham até o momento construído uma carreira profissional por conta do investimento nas atribuições intituladas como femininas no universo doméstico, mas que depois dos filhos criados viram-se liberadas para se dedicar a atividades remuneradas fora do lar. Absorveu indivíduos que já tinham atravessado o processo de profissionalização e adquirido o status profissional de educador de rua ou social. Por fim, incorporou mão-de-obra especializada de indivíduos que, por razões do caráter competitivo do mercado de trabalho, estavam dele afastados, como, por exemplo, psicólogas, pedagogas, assistentes sociais e administradores.

As entrevistadas Joana e Madalena, cujo itinerário percorrido foi o de voluntário a educador, começaram a estabelecer um vínculo institucional com o CEJOMM ainda na condição social de usuárias dos serviços filantrópicos.

Joana freqüentava as atividades pedagógicas da instituição e, posteriormente, foi convidada a ser integrar como voluntária. Ficou como auxiliar de sala e, depois, se tornou a responsável por uma das turmas. Nesse ínterim, inseriu-se no emprego doméstico e trabalhou como babá. Até que houve uma reestruturação das obras sociais dos Salesianos e, conseqüentemente, foi criado o CEJOMM, onde Joana se candidatou ao cargo de educadora social. Ela acredita que a sua integração institucional como profissional ocorreu pela suposta facilidade que alega possuir para compreender as crianças e jovens, uma vez que já passou pela mesma experiência deles. Portanto se vê possuidora de um saber-lidar e um saber-fazer especializado, que só pode ser adquirido nessas condições. Todavia, a conquista dessa posição só foi possível porque tinha internalizado os sistemas de crenças e valores institucionais.

Madalena e Joana são espelhos da mobilidade social desejada pelos demais atores sociais do CEJOMM. Por ter sido egressa dessa instituição, Joana, enquanto educadora, representa uma imagem refletida dos benefícios possíveis de ser conquistados por aqueles educandos que investem no aumento da instrução formal e na adequação aos padrões institucionais. Apenas com um diferencial, a trajetória de Madalena sugere um caso ainda mais excepcional, por conta do lugar que ela conseguiu

conquistar, a posição de Conselheira Tutelar do Município de Niterói. Trata-se um ponto de chegada que não foi anteriormente vislumbrado pelos demais educadores, e que, dificilmente, poderá ser alcançado por eles dados os acúmulos necessários enquanto condições para ocupa-lo. Depois de terminado o período de frequência institucional como educanda, ela iniciou a trajetória de voluntária, desenvolvendo atividades em diferentes frentes do trabalho de militância católica, como, por exemplo, o Grupo Perseverança e o Oratório Festivo Mamãe Margarida. Até que foi integrada como profissional da escolinha de reforço escolar, onde ficou por cinco anos. A militância católica e a prática do voluntariado foram os pré-requisitos fundamentais para mudar da condição de voluntária à de profissional. Ela também se valeu de um outro atributo: a formação básica no magistério. Após cinco anos de exercício profissional, ela alcançou a posição de coordenadora do CEJOMM. Para além do saber-lidar e do saber-fazer com as crianças, ela também conquistou o título universitário de pedagoga. O projeto de deslocamento de Madalena foi realizado pela mediação institucional, que se fez através da socialização dela nos saberes e conhecimentos próprios da prática do educador social, mas também pelo investimento pessoal e familiar no projeto de aumento da escolarização. O campo de atuação profissional dela se expandiu para fora do universo institucional, tornando possível a construção de novas relações sociais, asseguradoras de prestígio e reconhecimento inerentes ao papel de coordenadora. Outras alternativas de mobilidade que tal afiliação lhe proporcionou foram conquistas pelo cargo de conselheira tutelar do município de Niterói.

Esses casos representam, de forma emblemática, a eficácia do projeto de complementaridade à educação e de formação moral proposto pelos idealizadores do CEJOMM. Demonstram que é possível a concretização da mobilidade social recomendada e predita, que não se torna possível a todos. Muitos são os requisitos para se alcançar tal mobilidade, que vão desde a consonância com o modelo de comportamento moral prescrito pelo sistema de valores e crenças institucionais; e a escolarização e a socialização na prática do militantismo religioso. Esses deslocamentos sociais, por ora alcançados por ambas, são exemplos de um investimento vitorioso, mas que é quase sempre negado à maioria dos educandos e voluntários-educadores. A elegibilidade se faz para poucos e as dificuldades material e social impedem a condução do projeto de aumento de escolaridade, vislumbrada como possibilidade de obtenção de um diploma de nível médio, quiçá, o de nível universitário.

5.1.2 Educador Social – Um Lugar para Esportistas e Artistas.

Educador Marcos

Os avôs paternos de Marcos nasceram em Minas Gerais, mas ele não menciona como ocorreu a mudança para Niterói. O avô trabalhava como fiscal da prefeitura e era pastor evangélico, enquanto a avó era professora. Tiveram nove filhos, apenas um deles era homem. Leonardo, o pai de Marcos, não tinha emprego fixo, trabalhava como autônomo prestando serviços de marcenaria, carpintaria e estofaria. As irmãs de Leonardo alcançaram “bons casamentos”, formaram os seus núcleos domésticos, tiveram filhos, e se tornaram donas de casa. Apenas uma delas se formou em Biblioteconomia e trabalha atualmente como funcionária pública da Universidade de Uberlândia. Conforme relata Marcos, o pai, morou, por um tempo, junto com a sua mãe, e se separou. O casal teve dois filhos, o primogênito Alfredo e o Marcos. A ex-esposa de Leonardo criou os meninos até que as suas dificuldades materiais aumentaram, e o Marcos ficou muito doente com problemas nos rins. Ela resolveu entregá-los à irmã mais velha do ex-marido para a adoção. Eles mantiveram, por pouco tempo, o contato com a mãe, e romperam as relações após o segundo casamento dela. Depois de terminado o segundo grau, Alfredo começou a trabalhar na secretaria de uma academia de esportes, onde costumava fazer aulas de musculação. Ele começou a trabalhar lá porque fez amizade com o Dono, e ficava ajudando os professores durante as aulas. Atualmente, trabalha na área de segurança. Marcos, entretanto, é professor de capoeira no CEJOMM. Ele conta que iniciou, com doze anos, nesta atividade esportiva, por incentivo dos colegas da rua onde residia. Ao mesmo tempo, freqüentava uma escolinha de futebol, onde concorreu a vários campeonatos e torneios. Em 85, começou a se profissionalizar na capoeira, e foi dar aulas como ajudante numa academia, mas acabou saindo por conta de desavenças com um outro instrutor. Por isso, ficou parado durante dois anos. Depois, resolveu entrar para outro grupo de capoeira, cujo vínculo mantém até hoje. Nesse ínterim, um colega da turma de baloeiro, que Marcos participava, comentou que o pai de um dos colegas deles estava abrindo um comercio. Então, ele conversou com o pai do rapaz e conseguiu o emprego. Ficou, por três anos, trabalhando como balconista, mas foi demitido após ter sido assaltado. Enquanto esteve desempregado, voltou a dar aulas de capoeira nas academias. Quando foi fazer a inscrição no curso de noivos da Igreja NS Auxiliadora, o padre da

instituição observou que Marcos trajava uma blusa da capoeira, e comentou que a coordenação do CEJOMM estava procurando um professor de capoeira. Marcos foi indicado pelo Padre a procurar a Obra social, e acabou sendo contratado como educador. Ele entrou em 1996, e está lá até os dias de hoje.

Quando os fragmentos da história de vida de Marcos são comparados aos dos demais educadores sociais que constituíram o itinerário de voluntário-educador, revela-se uma diferença crucial no que tange à origem social. A família dele não enfrentou as mesmas dificuldades de acesso ao consumo de bens materiais, culturais e sociais essenciais para a sobrevivência. Presume-se que se trata de um educador social oriundo das camadas médias da sociedade.

O Marcos foi reconhecido como gabaritado a ocupar a posição de educador social, uma vez que dispõe de um saber popular que é a capoeira. Ela é identificada como uma arte, cuja referência construída sobre ela lhe atribui a capacidade de trabalhar as diversas dimensões humanas presentes, como a dança, o canto, a representação teatral e o lúdico.

A trajetória, cujo itinerário é aberta ao portador de habilidades esportivas ou artísticas a educador, também foi observada na história de vida de Marcela³³. Ela, entretanto, possui diploma universitário de educação física, ou seja, é portadora de um conhecimento cujo reconhecimento não pode ser questionado ou desvalorizado, uma vez que ele é adquirido em instituições formais de ensino, intituladas como o *locus* do saber. Quanto à origem social, a educadora também pertence às camadas médias.

A aquisição de saberes ou conhecimentos acerca da prática de atividades culturais, esportivas e lúdicas, cuja formação nem sempre se obtém nas instituições formais, é atributo valorizado para a inserção profissional nas ocupações de educadores sociais. E, principalmente, no CEJOMM onde o lúdico se constituiu em uma das marcas distintivas da pedagogia institucional. Portanto, ele faz um forte investimento numa metodologia pedagógica que promove diversas linguagens artísticas e práticas esportivas.

Essa valorização do lúdico não é uma especificidade dessa instituição. Os atuais programas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco

³³ A história dessa educadora não foi aqui narrada, mas também se constituiu num dado etnográfico para a análise aqui realizada. A entrevista foi realizada no 2003, durante a minha presença no campo.

social estão cada vez mais investindo em práticas esportivas e artísticas como instrumento educacional. Essas práticas são vistas como um meio de criar novos espaços de integração e sociabilidade, cujos valores construídos são noções de coletividade, identidade positiva, cidadania e auto-estima valorizada.

5.1.3 Os Portadores de Diploma Universitário.

Educadora Tatiana

Tatiana diz não ter conhecido os avós maternos, porque a sua mãe Mercês foi criada por uma tia paterna. Após o falecimento de sua esposa, o pai de Mercês distribuiu, entre os familiares, os seus três filhos, que ainda eram pequenos. A Mercês era a filha mais velha, que tinha cinco anos de idade na época. Atualmente, não se sabe sobre o paradeiro dos irmãos dela. Todos nasceram em Carangola, no estado de Minas Gerais. Mercês foi logo morar com a sua tia e os primos em Volta Redonda. Eram dez, os irmãos de criação. Todas as mulheres se casaram, e se tornaram donas de casa. Sendo que Tatiana destaca o destino de uma delas, que foi se casar com um bandido, ocasionando a ruptura das relações com a família. Quanto aos tios de criação, ela se refere apenas a dois deles. Um dos tios virou mendigo, depois que perdeu uma perna num acidente, que aconteceu ao atravessar a linha do trem. Esse fato dificultou o retorno dele ao convívio familiar. Ao mesmo tempo, se refere ao outro tio, que é desenhista de jóias, como alguém que está bem de vida. Mercês não foi alfabetizada, e começou a trabalhar como empregada doméstica. Nesse ínterim, conheceu André, o seu futuro marido, que era funcionário da CSN e militante político do PT. Tatiana conta que ele foi demitido da CSN por conta do engajamento político. Então, passou a dar aulas de matemática, e, atualmente, é funcionário do INSS. Quanto à mãe dela, depois de se casar, largou o emprego doméstico, motivada pelas influências dos amigos de militância do Marido, que lhes mostraram outras formas de conceber o mundo. Ela foi trabalhar como atendente de um restaurante, mas não suportou o “rojão”. Após sair de lá, ela começou, por conta própria, a vender roupas. Tatiana diz não entender como foi possível o relacionamento afetivo entre os seus pais, uma vez que eles são pessoas com muitas diferenças sociais. Ficaram casados por mais de vinte e dois anos, até que a mãe dela conheceu uma outra pessoa. O casal teve duas filhas, Tatiana e Carmem. Na concepção da entrevistada, o sonho da irmã dela é ser burguesa, ter um carro do ano e

muito dinheiro. Além disso, não é chegada a envolvimento político. Carmem se formou em economia, e trabalha nesta área. Tatiana considera a irmã muito diferente dela. Ela conta que o seu pai teve uma boa condição financeira enquanto trabalhava na CSN, permitindo que, até os cinco anos, estudasse em boas escolas particulares. Quando o pai dela foi demitido da CSN, o padrão de vida da família decaiu, e ela começou a estudar numa escola estadual, onde fez o curso de magistério. Nesta escola, relata que conheceu e conviveu com um grupo de militantes políticos de esquerda, vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Tatiana encara positivamente esse contato, por conta de muitas coisas boas que lhe proporcionou, principalmente a descoberta de sua vocação para o teatro. Depois, ela iniciou a faculdade de pedagogia. Neste momento, ela se dedicou com mais entusiasmo à militância política, uma vez que pôde conciliar uma proposta de abordagem que associava teatro e educação. Após estar formada, começou a trabalhar numa escola dos Salesianos, onde ficou por quatro anos. Ela pediu demissão porque ficou descontente com a mudança de direção, que tinha a intenção de implementar um sistema de qualidade total para a educação. Ficou desempregada, por um mês e meio, até aparecer um convite, feito por um amigo dela, para ser coordenadora pedagógica de uma escola pública de formação de professores, no estado de Mato Grosso. Trabalhando nesta escola durante um ano e pouco, foi demitida por conta dos embates ideológicos que estabeleceu com o diretor da escola. Ela considera que as suas propostas pedagógicas eram muito revolucionárias, tornando-se uma ameaça para os demais colegas de trabalho. Enquanto esteve em Mato Grosso, ela começou a namorar o Eduardo, quem lhe convidou para vir morar em Niterói. Tatiana morou, por um ano, com o namorado na casa da mãe dele, e atribuiu essa situação à falta de autonomia financeira, uma vez que não tinha o casamento como projeto da sua vida. A ida para Niterói permitiu a Tatiana estabelecer contatos com vários artistas, ocasionando novas oportunidades profissionais. Nesse ínterim, uma amiga lhe ofereceu, enquanto ela estivesse viajando, o apartamento dela para morar. Ela começou a trabalhar como professora de teatro, por intermédio de uma amiga de Eduardo, que lhe falou sobre a vaga na escola do filho. Ao mesmo tempo, iniciou um curso de psicopedagogia. Na escola onde trabalhava, desenvolveu um projeto social de arte terapia com os professores, o que culminou no surgimento de uma outra proposta de trabalho voluntário com os usuários do hospital psiquiátrico de Jurujuba. Ela já havia conseguido mais uma escola para dar aulas de teatro, quando espirou o prazo para ficar no apartamento da amiga. Como o dinheiro que recebia mal

garantia sua sobrevivência, Tatiana começou a enviar currículo para vários lugares. Uma amiga dela foi quem lhe orientou para deixar um currículo no Colégio Salesiano. Ela foi convidada para coordenar o CEJOMM. Ela considera que a sua entrada para essa instituição foi motivada apenas pela dificuldade financeira, uma vez que não tinha qualquer vontade de trabalhar lá. Por isso, ela considerava a sua estada profissional no CEJOMM algo provisório. Conseqüentemente, desejava permanecer neste trabalho por pouco tempo. Essa vontade foi também fruto de um olhar negativo que construiu sobre os profissionais e a instituição. Na sua opinião, as atividades institucionais eram muito desorganizadas, enquanto os profissionais eram incompetentes, e brigavam muito entre si, por qualquer motivo. No período em que esteve como coordenadora, idealizou e implantou a mudança da proposta pedagógica da instituição de reforço escolar para oficinas de artes, esportes e semi-profissionalizante. Ficou na instituição por quatro anos, saindo para se dedicar apenas ao projeto social que desenvolvia no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba.

O núcleo familiar de pertencimento a educadora Tatiana se difere daqueles constituídos pelos educadores pertencentes às camadas de trabalhadores pobres, que foram estudados anteriores. Todavia, há similaridade entre as trajetórias de vida dos familiares desses educadores e a história da mãe dela, cuja constituição está marcada pela precária condição material e social de existência. Por isso, nota-se a presença de inúmeros fatores de natureza simbólica e material que marcam a reprodução social desse segmento social, como, por exemplo, a baixa escolarização, as inserções ocupacionais desqualificadas, a doação de crianças e os fluxos migratórios.

Ao se casar com um indivíduo pertencente às camadas médias da sociedade, Mercês não constituiu a sua unidade doméstica muito aberta às influências dos modos de vida da população pobre. Ao mesmo tempo, esse intercruzamento cultural lhe trouxe a constituição de outros modos de percepção sobre o mundo e si própria, levando-a, portanto, a reavaliar antigas visões sociais. Tal mudança fica evidenciada quando a entrevistada relata que a mãe dela abandonou o emprego doméstico, e procurou outro modo de inserção ocupacional, após o contato com os amigos de militância do marido.

A história de vida de Tatiana não é marcada por um envolvimento no trabalho voluntário de envergadura religiosa. Mas, ao contrário, as motivações da dedicação à militância são orientadas por outros valores ou ideais de um partido político de esquerda. O militantismo é concebido como um recurso indispensável para a eliminação

das causas estruturais dos problemas sociais, contrapondo-se às iniciativas de orientações reformistas e filantrópicas.

Embora não disponha do trabalho militante de cunho religioso, que é um atributo amplamente valorizado pela instituição, a entrevistada possui um outro gabarito, que se faz necessário para a realização dos objetivos pedagógicos no CEJOMM. Ela é portadora de um conhecimento especializado de nível universitário, que é reconhecido pela sua suposta capacidade de reorientar valores e comportamentos humanos.

O CEJOMM não é apenas consagrado e reconhecido pelas suas atividades de redistribuição de bens e serviços capazes de amenizar os efeitos acumulativos causados aos seus assistidos pela situação de pobreza. Mas também se destaca pela capacidade de estabelecer um canal comunicativo, que *a priori* é negado, devido ao medo social em relação a um segmento identificado como *carente* e potencialmente *perigoso*. O estabelecimento da comunicação se faz necessário, uma vez que a proposta pedagógica também visa à formação moral dos assistidos.

Esses objetivos institucionais explicam a valorização da oferta de serviços especializados por profissionais portadores de conhecimentos de psicologia, pedagogia, medicina e assistência social. Esses conhecimentos não são apenas utilizados como instrumentos para alcançar a proposta de mudar modos de vida, concepções de mundo, valores e crenças dos assistidos do CEJOMM, mas também para conseguir principalmente a internalização de um comportamento considerado menos agressivo.

Esse atributo, que se constitui por conta de uma formação universitária, é uma condição valorizada e obrigatória para o acesso à posição de coordenador dos educadores. Mas para além dessa formação, a aquisição dos demais requisitos (habilidades em atividades artística e esportiva e a dedicação do trabalho voluntário ou militante religioso), analisados anteriormente, também é fundamental.

Embora não fosse uma adepta ao movimento militante religioso, a entrevistada Tatiana possuía outras qualidades que operam como condição necessária para que alcançasse esse cargo. Destaca-se a formação em habilidades artísticas, como o teatro, e a ex-trajetória ocupacional de professora numa instituição salesiana.

Em geral, a posição de coordenadora não é alcançada pelos educadores cuja origem social é a de segmentos empobrecidos, uma vez que o projeto de aumento da escolarização idealizado pela aquisição de um diploma universitário não se concretiza frente às dificuldade materiais.

5.2 As Diferenças Sociais – A luta pela Imposição de Uma Representação Coletiva Sobre o Educador Social.

Os entrevistados que possuem uma longa experiência adquirida em trabalhos voluntários filantrópicos ou uma trajetória de egressos do CEJOMM afirmam ser os mais indicados para ocupar a função de educador social. Eles advogam a si essa competência social e técnica, uma vez que acreditam ser portadores de um saber-lidar e saber se virar especiais, que são adquiridos a partir do conhecimento sobre a realidade dos beneficiários, por terem vivido a mesma experiência.

A equipe de funcionário do CEJOMM, como já destaquei, é composta por oito educadores sociais, que desenvolvem atividades de orientação diretamente nas oficinas de atividades pedagógicas. A maior parte desses profissionais possui em comum o itinerário de voluntário ou de egresso-voluntário à posição de educador. Apenas dois deles conferem sua competência ao conhecimento de habilidades artísticas e esportivas. Os cargos de assistente de coordenação e coordenação só podem ser ocupados por indivíduos portadores de formação universitária. Por isso, não são geralmente ocupados por indivíduos que possuem uma trajetória de militância religiosa, de egressos da instituição, ou de ambos aspectos. A exigência de formação universitária se torna um impedimento para o deslocamento desses educadores para a posição de coordenador, uma vez que a maioria se formou só no ensino fundamental ou médio. Neste caso, a exceção se faz somente quando o indivíduo consegue, ao longo de sua história de vida e de vínculo institucional, acumular todos os atributos valorativos, que são reconhecidos como inerentes a essa categoria sócio-profissional.

O processo de construção das relações entre os profissionais é marcado pela oposição, cuja diferenciação está relacionada a formas divergentes de visões de mundo e de sistemas de classificação. A dicotomia se estabelece entre aqueles que possuem uma motivação religiosa norteadora da sua atuação profissional, que é entendida como missionária e proselitista; e os que se fundamentam em preceitos ancorados em conhecimentos considerados científicos, adquiridos por uma qualificação especializada, fornecida pelas instituições de ensino superior.

No espaço institucional, ocorre uma valorização do profissional cuja trajetória é a de ex-egresso ou ex-voluntário, uma vez que possui um saber-lidar e saber se virar

especial com os usuários; que internalizou os sistemas de pensamento e os valores e crenças institucionais; que representa as formas de reinserção social propostas.

Nos trechos seguintes, fica evidenciada a valorização do saber prático do educador em detrimento de uma formação formal, aprendida nas instituições identificadas como *locus* da educação, como as escolas e as universidades:

“O motivo é simples é preciso eu viver com o jovem, brincar com ele, conversar com ele para poder compreendê-lo, ajudá-lo, aprender com ele, fazer comunhão com ele. Dom Bosco viveu a vida toda com os jovens e desta vida ele tirou as regras do seu sistema. Não foi preciso ler muitos livros de pedagogia. A vida foi o seu grande livro”. (O “Jeito Salesiano” de Educar – Reflexões para Colaboradores Leigos – Pe Jacy Cogo: s/ano;2).

“A educação, dizia Dom Bosco, é questão de coração e não de cabeça. É neste amor de dedicação que se vai até o coração do jovem. É aqui que a educação salesiana distingue radicalmente a educação da instrução. Instruir é formar a cabeça, treinar exercícios de estudo. Educar é ir muito além disso. É conviver, é amar, enfim. Instruir, qualquer bom técnico pode fazer. Educar, só quem ama e tem paixão pela causa do outro. Posso ter uma pessoa muito instruída e pouco educada, porque tem muitas idéias na cabeça e pouco amor no coração”.(O “Jeito Salesiano” de Educar – Reflexões para Colaboradores Leigos – Pe Jacy Cogo: s/ano; 5).

Embora seja notória a legitimidade desse tipo de profissional, os cargos de coordenador e assistente de coordenação, que estão localizados no topo da hierarquia, são ocupados apenas por aqueles profissionais que possuem formação especializada. Além disso, esses profissionais especializados, por estarem nesta posição, são os responsáveis pela imposição das condições de realização do trabalho dos educadores sociais. Não quer dizer que eles possuem autonomia suficiente para ameaçar os projetos educativos idealizados pelos agentes da filantropia, mas, ao contrário, atuam mediante a subordinação aos ideários institucionais³⁴.

A importância atribuída aos profissionais especializados não se estabelece somente por causa da utilização dos seus saberes como instrumentos de reorientação de valores e comportamentos. Eles se tornam necessários ao estabelecimento de relações sociais com as agências de financiamentos e com as redes de instituições doadoras, por terem um diploma universitário, qualidade valorizada fora do âmbito desta instituição.

Os itinerários sociais que levam à posição de educadores revelam a hierarquia ordenada pela valorização das posições dependentes do ensino superior, pela

³⁴ Sobre a discussão acerca do trabalho voluntário e a questão da oferta de serviços especializados nas instituições filantrópicas: Ver Neves (2003)

qualificação especializada. As posições menos prestigiosas se destinam aos portadores de um saber-prático. Eles exaltam também que a profissão de educador social é uma alternativa de empregabilidade para alguns indivíduos oriundos dos segmentos empobrecidos, que são preteridos no mercado de trabalho de funções especializadas, que exigem instrução formal e experiência profissional, adquirida através da estabilidade no emprego. Essa oportunidade é proporcionada a poucos, uma vez que se exige a aquisição de certas habilidades que só foram obtidas através de mediações que conduziram a outras reinserções sociais. Aos profissionais da educação emergidos das camadas empobrecidas, além do diploma, instaura-se a demonstração pública obtida pelo trabalho voluntário ou pelo exercício da catequese, condições que lhes valorizam no mercado de trabalho constituídos pelas instituições filantrópicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, analisei o sistema de produção de significados atribuídos às atividades pedagógicas destinadas à objetivação de relações sociais que estruturam a reprodução social e histórica do CEJOMM - Centro Juvenil Oratório Diário Mamãe Margarida. Meu intuito fora compreender os modos de inserção e de participação, tanto de usuários (educandos/oratorianos), quanto de agentes institucionais nesta rede redistributiva de bens materiais e culturais, através da oferta de serviços especializados.

Todavia, não foi possível alcançar as proposições delimitadas pelo objeto de estudo aqui proposto, tendo-me restringido ao estudo da dinâmica social praticada no CEJOMM. Ressaltei então as referências fundamentais ao sistema pedagógico salesiano, inclusive pelas condições de incorporação ou pelo lugar atribuído ao CEJOMM na hierarquia das unidades constitutivas desse sistema. Esse investimento inicial se concretizou a partir da compreensão acerca das relações de complementaridade e de subordinação existentes entre o CEJOMM e o Colégio Salesiano Santa Rosa.

Os recursos materiais e simbólicos obtidos do Colégio garantem a reprodução física e social do CEJOMM, na medida em que assegura a transferência de bens materiais e de recursos humanos, fundamentais para a realização das atividades pedagógicas. Para que isso se torne possível, os diretores do Colégio criam diferentes instrumentos de internalização de algumas referências básicas estruturantes do sistema pedagógico D. Bosco.

Assim orientada, optei por analisar alguns exemplares do Jornal Informativo do Colégio Salesiano Santa Rosa (Imprensalê). Essa escolha se justificou pelo fato de ser esse jornal um instrumento criado pelos diretores desta instituição com intuito de incutir um modelo de pensamento e de práticas, atitudes e comportamentos humanos não só nos indivíduos integrados ao projeto de socialização em curso no Colégio, mas também nos que se afiliam às demais instituições que conformam esta rede de prestação de serviços.

Os exemplares do impressalê, neste texto considerados, abordavam insistentemente três referências básicas – a solidariedade, a profissionalização e a juventude. Embora esse modelo pedagógico sirva de parâmetro universal para todas as

instituições salesianas, os valores, os significados e as referências assumem atributos diferenciados em cada contexto e situação social.

Os editores do Imprensalê promovem a construção de uma memória pública das instituições salesianas criadas por D. Bosco e por seus seguidores, através da constante celebração dos ensinamentos a ele atribuídos e da imagem desse patrono. Essas recorrências visam fixar os princípios e valores morais e religiosos, como, por exemplo, o altruísmo, a fé, a esperança no futuro, a cidadania, a solidariedade e a caridade.

Considerando os conteúdos das matérias aí veiculadas, pode-se perceber os investimentos dos redatores no sentido de reconhecer pontos comuns nas juventudes diferenciadas com as quais se ocupam. Por isso se justifica o recorrente trabalho de atualização e adaptação contextualizada do projeto pedagógico D. Bosco, especialmente pelo afã de construir sua aplicabilidade aos segmentos médios da sociedade. Por ter sido um sistema pedagógico cuja proposta inicial focalizava a educação moral e religiosa dos jovens empobrecidos, eles insistentemente afirmam a versatilidade e a universalidade do método para responder aos problemas e às demandas sociais. Eles não só enfatizam o papel do Colégio na orientação da juventude no processo de profissionalização. Mas também procuram mostrar que a formação educativa proposta pelos salesianos evita que os jovens adotem comportamentos e atitudes desviantes. Os princípios e valores morais e religiosos, previstos no modelo pedagógico D. Bosco, são vistos como uma forma de resistência contra os hoje reconhecidos rótulos de riscos sociais.

Neste caso, esses relatores referem-se ao empenho dos dirigentes do Colégio na promoção de diversas atividades pedagógicas que abordam o problema das drogas. Para os jovens de classe média, o perigo se materializa na possibilidade de consumo de drogas; para os jovens reconhecidos como pobres, a esta adesão se acresce outra, motivo maior da preocupação, qual seja a inserção laborativa como vendedor de drogas.

A eficácia deste modelo de ensino também é demonstrada a partir da construção de genealogias de ex-alunos, principalmente se eles estão na condição de pais e avós dos alunos do Colégio, se ocupam posições socialmente prestigiosas e se internalizaram o projeto institucional.

Os representantes institucionais se empenham na criação de diferentes instrumentos de condecoração dos ex-alunos, que são constantemente exemplificados como modelos e reprodutores dos valores e princípios institucionais. No caso do uso do jornal para esta circulação de idéias, as trajetórias dos pais são publicadas para afirmar que a socialização proposta pelos salesianos conduz à melhor adequação social. Outros

instrumentos são construídos com intuito de manter a relação com os ex-alunos, como, por exemplo, as associações, as festividades e a banda do colégio.

A solidariedade e a profissionalização são temáticas recorrentemente abordadas pelos que se dedicam à objetivação do projeto pedagógico salesiano. A solidariedade não é apenas transmitida como um valor identificado como “mola mestra” nos ensinamentos deixados por D. Bosco aos jovens. Mas também aparece através da objetivação nos relatos utilizados como prática pedagógica. Ela é abordada a fim de preparar a sensibilidade e a percepção dos alunos para um “olhar” que se comova e se indigne diante das desigualdades e das injustiças sociais. Em consequência, incentiva a adesão dos alunos às frentes de engajamento e de luta para amenizar as mazelas sociais, como ocorre com o CEJOMM.

Ela não só aparece vinculada à construção de uma noção de carência, mas também à concepção de cidadania e de caridade. O exercício da cidadania se expressa no envolvimento em trabalhos voluntários e militantes em prol dos outros, vistos como necessitados da ajuda do próximo. A noção de caridade se articula com o princípio do altruísmo e, ao mesmo tempo, está relacionada ao conjunto de virtudes e de qualidades próprias daqueles indivíduos afiliados a comunidades religiosas, sob a égide do cristianismo: esperança no futuro e bondade. A solidariedade é concebida com um sentimento inspirador de uma prática caridosa e de um dever de cidadania, ambos postos em prática a partir de ações beneficentes voltadas para os segmentos identificados como *carentes*.

Quando investem na criação de uma sensibilidade nos alunos e nos ex-alunos a adotar a solidariedade não apenas como uma idéia-valor, mas enquanto uma prática social, os representantes institucionais garantem a manutenção das obras sociais salesianas. Eles formam sujeitos dispostos a doarem bens materiais e a se engajarem em atividades assistencialistas.

O tema da profissionalização é tratado nas diversas matérias do Imprensalê, destacando o papel do Colégio como orientador dos alunos na descoberta de habilidades e vocações profissionais. Os diretores do Colégio podem valorizar esta forma de expressão porque não se atribuem o papel de profissionalizar ou mediar a inserção dos alunos no mercado de trabalho. Acreditam que as famílias desses alunos possam assumir o ônus do processo de qualificação e de inserção geracional produtiva.

No contexto de socialização em curso no Colégio, as três referências básicas do projeto pedagógico D. Bosco assumem significados bem diferentes daqueles adotados

no CEJOMM. Assim como os representantes do colégio, os idealizadores do CEJOMM também investem na resignificação do seu modelo pedagógico. Porém, eles buscam o reconhecimento da capacidade desse modelo para lidar com os riscos sociais que representam a infância e a juventude pobre.

Em especial, os agentes do CEJOMM procuram se situar no debate que orienta as práticas e as ações das instituições que se reconhecem atuando no campo de organizações filantrópicas, voltadas para a inserção social de crianças e jovens considerados *em situação de risco social e pessoal*.

A adesão dos dirigentes dessas instituições à emergência das ações voltadas a combater o que se convencionou chamar de *situação de risco*, implicou em mudanças na dinâmica das atividades do CEJOMM, quando a profissionalização foi afastada da preocupação pedagógica, para ressaltar os investimentos morais destinados à construção solidária do potencialmente ressentido. Impossibilitados de agir diante das restrições evolutivas do mercado de trabalho, a profissionalização foi substituída pela construção ética do trabalhador adaptado às vicissitudes das descontinuidades e versatilidades da demanda por postos de trabalho. Então, optei por fazer o exercício de análise acerca da construção coletiva do termo classificatório *jovem em situação de risco*.

A emergência do termo *jovem em situação de risco* é resultado das novas configurações assumidas no campo da assistência voltada para a infância e a juventude pobre, após a eclosão da presença das crianças e dos adolescentes nas ruas das grandes cidades como problema social, nos idos anos 80.

A elevação dessa situação ao *status* de problema social foi resultado do investimento coletivo realizado pelas organizações não-governamentais, então recém surgidas no cenário político nacional. Os dirigentes dessas organizações, aliados aos antigos atores desse campo social, se mobilizaram para que esse segmento fosse identificado e reconhecido dessa maneira pela opinião pública.

Os militantes e voluntários vinculados às *ongs*, ao lado daqueles porta-vozes dos movimentos sociais, encabeçaram as lutas em prol da redemocratização do País, da conquista dos direitos sociais e do reconhecimento dos direitos civis das crianças e dos adolescentes, conjunção política que culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Ao enfatizarem os efeitos antipedagógicos da proposta das FEBENS para lidar com as crianças e os jovens pobres que perambulavam pelas ruas das grandes cidades, ao mesmo tempo, eles decretaram o fim do modelo de internato, e propuseram uma pedagogia alternativa àquela política estatal.

Muitos deles se constituíram, ainda vinculados a *ongs*, em uma nova categoria sócio-profissional - o educador de rua ou social, cujo atributo valorativo era a experiência que obtiveram ao lidar com os *meninos* e as *meninas de rua* ou que poderiam adquirir e demonstrar com o trato com *crianças e os jovens pobres*.

Paralelamente, ocorreu um intenso investimento na produção de diagnósticos científicos acerca da realidade social dos *meninos e das meninas de rua*, elaborados inclusive por profissionais da área das ciências sociais. Ao abordar a temática acerca da infância e juventude pobre apenas relacionada às questões referentes à criminalidade e à violência, muitos dos autores dessa produção acadêmica contribuíram para reificar a visão estigmatizante e discriminatória que recaía sobre esse segmento social.

Surgiram também outras iniciativas teóricas, cujo objetivo era enfatizar temáticas diferenciadas, como as relações sociais estabelecidas pelas *crianças* e pelos *jovens pobres* em outros espaços sociais diferentes do universo da rua. Elas contribuíram para relativizar tais imagens, sem que, contudo houvesse um empenho em avaliar as instituições que vieram a substituir aqueles modelos desaparecidos sob decretação de falência moral.

Esses estudos críticos trouxeram à tona a complexidade das relações sociais construídas por essas crianças e esses jovens no espaço das ruas e o desmoronamento de certos mitos, como a questão do abandono e da desestruturação familiar, então erigidas causas fundamentais deste problema social. Demonstraram que o termo distintório *meninos de rua* não abarcava as diferentes nuances da realidade social, e produziram, assim, outras categorias classificatórias. Esses novos termos procuraram compreender as diversas condições sociais que envolviam a permanência dos *meninos e das meninas de rua* e dos *meninos e das meninas na rua* nos espaços da rua, demonstrando que não praticavam apenas atividades ilícitas, mas também apropriavam-se de outras formas de vida como meio de garantir a sobrevivência deles e de seus familiares.

Ainda como resultado de um enfoque teórico mais amplo do que a questão da criminalidade e da violência, aparece o termo *criança de comunidade*. Ele decorre do investimento teórico que visava focar as relações sociais travadas pelas crianças e pelos jovens pobres nos espaços da família e dos bairros. Esse termo, elaborado para relativizar a imagem social deles, acabou por constatar o perigo que pode causar a proximidade física das estruturas de poder dos traficantes de drogas. As crianças e os jovens *de comunidade* passaram a ser vistos como sujeitos passíveis de serem absorvidos como soldados do tráfico. Por fim, as múltiplas tentativas de reverter uma

imagem desqualificatória da *infância e da juventude pobre* acabaram por enfatizar uma correlação estrita entre situação de pobreza e criminalidade.

As práticas e as ações institucionais foram se alterando simultaneamente à elaboração daqueles diagnósticos sobre a realidade desse segmento social. As propostas de atendimento direcionadas aos *meninos* e as *meninas de rua* que privilegiavam a abordagem apenas nas ruas foram se conciliando com outras formas de atendimentos pedagógicos, ocorridas no espaço institucional e a partir da implantação de abrigos.

Alguns fatores foram fundamentais para propiciar a adesão, cada vez maior, dos agentes institucionais às atividades classificadas como preventivas, tal como ocorreu no CEJOMM. Em primeiro lugar, pode-se citar a divergência entre os *educadores de rua* sobre as formas de abordagens, ditas como eficazes, para lidar com tal problema social. Em segundo, destaca-se o julgamento sobre a fraca eficácia das abordagens em relação às *crianças de rua*, ou das medidas sócio-educativas que a elas são direcionadas. Então, redefiniram a forma de intervenção, convencionada em atividades preventivas, para atingir àqueles *moradores de comunidades*. Desta maneira, acreditavam poder evitar uma suposta inserção social degradante e desmoralizante, através da permanência na rua e da entrada no tráfico de drogas.

As condições de emergência do termo *jovem em situação de risco* não se tornaram possíveis apenas por conta das mudanças ocorridas nas relações e nas referências estruturantes do campo de assistência direcionada à infância pobre. Elas também foram provenientes de um contexto sócio cultural que pôs em xeque as formas tradicionais de vislumbrar a inserção social desse segmento populacional, ocorridas através da educação para o trabalho e pelo trabalho.

O fechamento das antigas formas de inserção geracional pelo trabalho está relacionado ao atual contexto de consolidação das prerrogativas neoliberais e da constrição do Estado no investimento e na promoção de políticas sociais, como vem ocorrendo em vários países. Ele está associado ao processo de mundialização do capital e à flexibilização do trabalho, que promovem o desemprego estrutural, a precarização das relações do trabalho e a degradação dos direitos sociais dos trabalhadores.

Diante deste contexto, os representantes do CEJOMM abandonaram o projeto de profissionalização, que era o “carro chefe” da instituição. Eles não têm mais como principal objetivo a transmissão de saberes técnicos e profissionais, vistos como meio de garantir a sociabilidade e a inserção profissional, mesmo que individual e emblemática, dos seus usuários.

Os jovens do CEJOMM, se acaso tivessem introjetado os valores e os princípios institucionais e apresentassem um comportamento exemplar, ao atingirem a idade de 15 anos, seriam encaminhados para estágios remunerados, em empresas particulares e públicas. Eles permaneceriam no estágio até completar 18 anos e, durante este período, além do salário mensal, receberiam ticket refeição e passagem.

Os agentes do CEJOMM promoviam as atividades pedagógicas de reforço escolar e de formação profissional (datilografia, informática e ajudante de gráfica). Essas atividades eram vistas como suportes para permitir a concretização da inserção profissional dos usuários, uma vez que eles possuíam uma formação educacional deficiente e nenhuma qualificação profissional.

Essa proposta pedagógica “perdeu lugar” para uma outra perspectiva, centrada em um projeto de cunho recreativo, com atividades esportivas, artísticas e lúcidas.

O projeto de profissionalização, pilar do modelo pedagógico D. Bosco, apresenta-se completamente diferente daquele que é proposto pelo Colégio Salesiano Santa Rosa aos filhos dos segmentos médios da sociedade. Os diretores do Colégio assumem o papel de orientadores na escolha da carreira profissional, apresentando aos alunos o leque possível de carreiras universitárias e cursos profissionalizantes. Não se propõem a mediar a inserção deles no mercado de trabalho, uma vez que o ônus a ser assumido por esse processo cabe às famílias deles.

O projeto de profissionalização, posto em prática pelos representantes do CEJOMM, focaliza o aprendizado de habilidades e conhecimentos gerais, capazes de proporcionar “a reprodução material, fora do mercado formal de trabalho e longe do mundo do crime”. Eles investem fundamentalmente na formação moral e pessoal dos usuários, formação que se materializa na inculcação do valor abstrato do trabalho e dos valores morais cristãos, no desenvolvimento da auto-estima ou na construção de identidade positiva e no dever de cidadania.

No CEJOMM, a referência de solidariedade e de cidadania que se pretende enfatizar é a importância dos indivíduos terem a consciência de que devem viver de forma digna e honesta. Os representantes institucionais afirmam que a cidadania será alcançada através do investimento na auto-estima, na ética e na responsabilidade social. Não é pensada pelo viés dos direitos e da participação no mercado consumidor, e sim da articulação entre cultura e identidade.

Eles procuram desenvolver um trabalho de valorização de uma identidade étnico-racial, capaz de amenizar os efeitos psicológicos da introjeção da

desqualificação social por parte da população negra. Portanto, eles, no tocante ao desenvolvimento de uma auto-estima, projetam a formação de indivíduos emocionalmente fortes e socialmente leves para saber-lidar ou suportar a discriminação, o preconceito e a desqualificação social, que se lhes apresenta e se lhes projeta para o futuro.

Esses agentes compreendem que a importância do trabalho social por eles desenvolvido está na salvação das *crianças* e dos *jovens carentes* vistos em *situação de risco social*. Eles compartilham da crença de que a carência material conduz inevitavelmente à carência moral. Acreditam que as *crianças* e os *jovens moradores de comunidade* possuem uma predisposição, quase inevitável, à inserção social no tráfico de drogas, por conta dessa fragilidade moral e da proximidade física da ação mobilizadora e da estrutura de poder dos traficantes de drogas.

A preocupação com a *criança de comunidade* aumenta quando ela conquista maior autonomia em relação aos seus pais, avançando conseqüentemente sobre os limites da casa em direção ao entorno da favela. Ela começa a permanecer por mais tempo “solta nas ruas”, e, portanto, pressupostamente, fica sujeita à presença de traficantes de drogas e aos constantes episódios de conflitos entre os próprios bandidos e deles com policiais, que envolvem cenas de tiroteio e assassinato. Enfim, são vistos sob a tentação dos traficantes e as influências das “más companhias”. Essa preocupação se exacerba quando a criança atravessa pelo período liminar da vida infantil para a adulta, e busca romper com a condição restrita de consumidor, a fim de conquistar relativa autonomia frente aos pais.

Neste caso, pais e agentes institucionais se mobilizam para afastar as crianças e os adolescentes do espaço da rua, visto como perigoso, e ocupar o tempo livre deles com atividades pedagógicas.

Esses representantes institucionais atribuem a si o papel de apoio à família dos usuários, devido à impossibilidade de dedicação integral por parte dos pais. Por isso, acreditam que os pais ficam quotidianamente divididos entre o trabalho e a assistência aos filhos. Eles possuem uma visão etnocêntrica em relação aos pais, uma vez que lhes julgam como incapazes de exercer um controle sobre as atitudes dos filhos, em razão da falta de informação, de educação e de preceitos morais. As expressões “eles não oferecem uma orientação sexual aos filhos”, “não são bons exemplos para os seus filhos porque estão envolvidos em atividades ilícitas”, “as mães já passaram por vários casamentos e arranjos conjugais, levando à desintegração familiar” e “os pais são

irresponsáveis porque largam os filhos pela rua”, todas elas verbalizam a idéia que os pais possuem vários limites para educar os filhos.

Esses agentes procuram formar moralmente os assistidos, mas, ao mesmo tempo, também estendem essa pretensão aos pais. Eles investem numa ampliação da reflexão dos pais sobre o comportamento dos filhos e vice-versa.

Os agentes do CEJOMM buscam criar meios para melhorar as condições de integração dos usuários, proporcionando outros espaços de sociabilidade, longe da possível inserção na carreira do crime e do tráfico de drogas. Eles acreditam na concorrente capacidade de integração da comunidade religiosa, cujos valores e princípios básicos são o altruísmo, a fé em Deus, a solidariedade e a esperança no futuro, garantidores da probidade dos indivíduos. Portanto, o dilema da *juventude em situação de risco social* é revolido pela adesão religiosa aos princípios do cristianismo.

Para se ter uma idéia da eficácia seletiva do modelo pedagógico colocado em prática pelos representantes do CEJOMM, a análise foi por mim finalizada com o estudo dos modos de constituição e reprodução dos educadores que aí estão integrados. Diferenciando os vários tipos de itinerários, pude demonstrar a concorrência entre os profissionais que para este campo acorrem para o exercício profissional de educador. Desta concorrência se revela o modelo projetado pelos educadores do CEJOMM que, na melhor das hipóteses, reafirma a gestão da inserção social de *jovens pobres* que, trilhando os caminhos apresentados e abertos pelos dirigentes institucionais, voltam para ser condecorados como educadores de jovens (pobres). Este itinerário possível revela as alternativas restritas alcançadas pelos jovens que se adequam ao projeto institucional. O estudo destes itinerários mostra também os limites da aquisição de instrução formal, no caso dos segmentos que não contam com recursos materiais e sociais para pleitearem emprego mediante critérios formais. Neste caso, o processo de cristianização dota esses jovens pobres para o acesso ao cargo de educadores e, mais que isto, para a condição de recorrentes reafirmadores do modelo, tal como concretizam os pais e avós dos alunos do Colégio Salesiano Santa Rosa.

Deslocando-me assim do risco de uma análise essencialista ou substantivista, valorativa da instituição como única unidade de análise, tentei compreendê-la a partir dos agentes institucionais, aí alocados na condição de educadores sociais. Para ser coerente com esta proposta, considerei a diferenciação de itinerários percorridos por esses agentes, de modo a tornar mais explícito o alcance do programa de mediação colocado em prática pelos porta-vozes do CEJOMM, alcance este, como foi

demonstrado, recorrentemente celebrado pelas carreiras exemplares exercidas por alguns dos ex-oratorianos que voltam para a instituição sob a condição de educador social.

Por este exercício também tentei ultrapassar os riscos de idealização institucional, pois que analisando as trajetórias dos educadores pude descortinar a importância de outras muitas formas de afiliação institucional, fundamentais para a abertura de caminho para a admissão de educadores pobres ao papel de orientação dos jovens pobres. Através da análise dessas trajetórias, outras dimensões da prática pedagógica salesiana puderam ser reconhecidas. Como destaquei no último capítulo, a análise das trajetórias desses educadores trouxe à tona as relações de mediação capazes de permitir deslocamentos para outros universos sociais, que são encarados como uma melhoria de vida. Desta maneira, pude considerar as condições sócio-culturais que facilitam o processo seletivo de ascensão social desses usuários.

Por esta trajetória percebida como constituída por deslocamentos de vínculos sociais, os educadores se atribuem o papel de construtores de uma sociedade mais justa, objetivada no amor à juventude, principalmente a vivida por aqueles que são os mais necessitados. Esta crença reafirmada pelos educadores funda-se na pressuposição de que a condição de pobreza não só está vinculada à idéia de fragilidade moral e carência espiritual dos homens, mas também é vista como uma situação provisória a ser superada. Pode-se concluir, então, que a pedagogia proposta expressa uma política de transmissão de conhecimentos e habilidades gerais, pautadas na valorização da autoestima dos excluídos. Este termo, a despeito da riqueza de conteúdos, não pode ser analisado no corpo desta dissertação. Ele remete à formação moral supostamente capaz de levar indivíduos produtivamente secundários e impositivamente excluídos de consumos básicos a se manterem crenes de sua capacidade empreendedora, valorativa de sua capacidade de luta e resistência. Esta é a razão pela qual, menos que a longevidade de relações, valorize sua capacidade de circular em torno do acesso de escassas alternativas.

A predestinação com que se apresentam os educadores sociais, especialmente se originários de segmentos sociais equivalentes aos dos jovens que educam, é justificada pela convicção de melhor entendimento da “realidade” dos assistidos, uma vez que já foram crianças pobres. Portanto, é em nome dessa experiência similar que julgam possuir um saber-lidar especial com essas crianças, habilidade e competência negada aos que advêm de outros segmentos e mais longa formação escolar.

Os educadores que correspondem às alternativas de mobilidade dos ex-oratorianos, isto é, que acreditam na apropriação de redes de influência para ter acesso a cargos, trazem à tona outros saberes, tal como eles classificam: saber-lidar. Da condição da origem social pobre, transformam esta desvantagem em qualidade e, com isto, investem na reprodução de cargos, mesmo que secundários ou complementares no quadro da inclusão produtiva do educador social. Com isso, esses educadores não são apenas eleitos como os mais adequados para socializar os *jovens pobres*, inclusive pelo aprendizado da gestão dos sofrimentos e das humilhações vividos por processos de discriminação da condição de subordinado e secundarizado. Mas também são celebrados por terem demonstrado o valor da internalização da auto-estima, ethos imprescindível aos jovens pobres que lutam pela melhoria das condições de inserção na sociedade.

A despeito de o CEJOMM se constituir numa das instituições mais bem dotadas para o exercício dessas atividades complementares à escola e ter este reconhecimento por parte dos usuários, as contínuas mudanças no projeto pedagógico, a precariedade de certos serviços e as dificuldades de projeção de formas mais duradouras de aprendizagem confirmam o quanto os chamados *crianças e jovens em situação de risco* estão longe de merecer a atenção de uma política social e educativa de envergadura, proporcional ao reconhecimento das constrições com que devem se integrar ao mundo que extrapola a família e a vizinhança.

7 BIBLIOGRAFIA

ALTOÉ, Sônia. *Infâncias Perdidas – O Cotidiano nos Internatos-Prisão*. Rio de Janeiro: Ed. Xenon. 1990.

ALVIM, M.R.B. Infância das Classes Populares: A Constituição da Infância como Problema Social no Brasil. In. Abreu, A . R. de Paiva e Pessanha, E . G . da Fonte (ogs.). *O trabalhador Carioca – Estudo Sobre Trabalhadores Urbanos no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Série Ciências Sociais. 1995.

ALVIM, M.R.B & VALLADARES, L.P. Infância e Sociedade no Brasil – Uma Análise da Literatura. In.: *Boletim Informativo Bibliográfico em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS. n° 26, 2° sem, p. 13-27. 1988.

BARBOSA, Fernando Cordeiro. *Trabalho e Residência – Estudo das Ocupações de Empregada Doméstica e Empregado de Edifício a partir de Imigrantes Nordestinos*. Rio de Janeiro: EDUFF. 2000.

BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado – Elemento para Uma Teoria Sociológica da Religião*. São Paulo: Ed. Paulus. 1985: 15-64.

BERREMAM, Geraldo D. Etnografia e Controle de Impressões em uma Aldeia do Himalaia. In.: *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves. 1990: 123-173.

BIERRENBACH, M.I., SADER, Emir e FIGUEIREDO, C. P. *Fogo no Pavilhão – Uma Proposta de Liberdade para o Menor*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987.

BOURDIEU, Piere. A Ilusão Biográfica. In.: Ferreira, M.M. e Amado, J. (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1996: 183-191

_____. Algumas propriedades dos campos. In. *Questões de Sociologia*. São Paulo: Ed. Marco Zero. 1983: 89-173

_____. A Juventude é apenas uma palavra . In. *Questões de Sociologia*. São Paulo: Ed. Marco Zero. 1983: 112-208

_____. A Demissão do Estado. In. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes. 2003: 215-223

_____. Compreender. In. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes. 2003: 693-713.

- BLAY, Eva Alterman. Trabalho Industrial x Trabalho Doméstico – A Ideologia do Trabalho Feminino. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 15, p. 9-17. 1975.
- BUSS DE SOUZA, Maria Márcia – “O menino de rua: o fantasma da inserção social”. In. NEVES, Delma Pessanha (org). *A Gestão da Precária Inserção Geracional*. Cadernos do ICHF. Niterói: ICHF/UFF. n° 78, p. 95-128. 2002.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *A guerra dos meninos – assassinato de menores no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1990.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP. 1998.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos da Rua – Valores e Expectativas de Menores Marginalizados em São Paulo*. São Paulo: ED. IBREX. 1979.
- FONSECA, Claudia. Criança, Família e Desigualdade Social no Brasil. In. RIZZINI, Irene. *A Criança no Brasil Hoje – Desafio para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Ed. USU. 1993: 113-131.
- GOLDWASSER, Maria Julia. Cria Fama e Deita-te na Cama: Um Estudo de Estigmatização numa Instituição Total”. In. VELHO, Gilberto (orgs). *Desvio e Divergência – Uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985: 29-51.
- GREGÓRIO, Bárbara e Silva. A criança de rua e a missão evangélica. In. NEVES, Delma Pessanha (org). *A Gestão da Precária Inserção Geracional*. Cadernos do ICHF. Niterói: ICHF/UFF. n° 78, p. 59-94. 2002.
- GUEDES, Simoni Lahud. Redes de Parentesco e Consideração entre Trabalhadores Urbanos: Tecendo Relações a partir de Quintais. *Caderno CRH*. Salvador: EDUFBA. n.29, Jul/Dez, p. 189-208,. 1998.
- GURGEL, Silvana Galeti. Nem Só de Pão Vivem Os Pobres: Os pais Carentes e Os Problemas Comportamentais dos Filhos. In. NEVES, Delma Pessanha (org). *A Gestão da Precária Inserção Geracional*. Cadernos do ICHF. Niterói: ICHF/UFF. n° 78, p. 21-35. 2002.
- HÉLIO, R. S. Silva e CLÁUDIA, Milito. *Vozes do Meio-Fio*. Rio de Janeiro: ED. Relume-Damará. 1995.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1998
- MAIA, Eline Deccache. Esporte e Juventude no Borel. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. n° 23, p 192-207. 1999.

- LUPPI, Carlos Alberto. *Agora e na Hora de Nossa Morte – O Massacre do Menor no Brasil*. São Paulo. Ed. Brasil Debates. 1981.
- MARTINS, José de Souza. Regimar e seus Amigos – A Criança na Luta pela Terra e pela Vida. In. MARTINS, José de Souza (org.). *O Massacre dos Inocentes – A Criança sem Infância no Brasil*. São Paulo: Ed. HUCITEC. 1993. 51-80.
- MELLO, Antônio da Silva e VOGEL, Arno. Da Casa à Rua: A Cidade como Fascínio e Descaminho. In. Fausto, Ayton e Cervini, Ruben (Orgs.) *O Trabalho e a Rua. Crianças e Adolescentes no Brasil dos Anos 80*. Rio de Janeiro: Ed. Cortez. 1991: 70-90.
- NETO, Ana Maria Quironga Fausto. Violência e Dominação: As Favelas Voltam à Cena. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília: UNB. v. x, nº 2, Jul/Dez, p.417-439. 1995
- NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreiro, galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de segmentos de “baixa renda”. *Anuário Antropológico 85*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- _____. *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas - Estudo do Processo de Mudança da Posição de Assalariados Rurais para Produtores Agrícolas Mercantis*. Niterói: EDUFF. 1997: 233-305.
- _____. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. *Cadernos CRH*. Salvador; EDUFBA. vol. 30-31, p. 111-134. 1999.
- _____. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (Orgs.). *Voluntariado e Universo Rural*. Niterói: Ed. Vício de Leitura. v.1, p. 9-41, 2001.
- _____. *Precarização social, voluntariado e humanismo salvador*. In: IV RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul: Etnografia e Antropologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2001a.
- _____. *Voluntariado, Humanismo Salvador e Fronteiras de Classes*. Trabalho apresentado no Simpósio: fronteiras de classes, antigas alfândegas, novas chancelas. 23ª Reunião da ABA, Gramado, 2002.
- _____. A gestão da precária inserção geracional (apresentação). *Cadernos do ICHF*. Niterói: ICHF/UFF. nº 78. 2002: 7-18. .
- _____. O legado da Pobreza e a Inserção Geracional. *Revista Ilha*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002 b (no prelo).
- _____. *O combate ao trabalho infantil: supressão provisória de martírio?* In: 54º Reunião Anual da SBPC, Goiânia, 2002c.

- _____. Voluntariado filantrópico: humanismo salvador e gestão social. *Revista de Ciências Sociais*. Universidade Federal de Curitiba, v. 34, p. 31-48, 2003.
- NOVAES, Regina. Juventude/Juventudes. In. *Juventude: Conflito e Solidariedade*. Revista Comunicações do ISER, n.50, ano 17. 1998.
- REIS, Letícia Isnard Graell. Jovens em Situação de Risco Social. In. ALVIN, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia. *Juventude - Anos 90*. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa. 2000: 81-102.
- RIZZINI, I. Menores Institucionalizados e Os Meninos de Rua. In. FAUSTO, Ayton e CERVINI, Ruben (Orgs.) *O Trabalho e a Rua. Crianças e Adolescentes no Brasil dos Anos 80*. Rio de Janeiro: Ed. Cortez. 1991: 70-90.
- ROSEMBERG, Fúlvia – O Discurso Sobre Criança de Rua na Década de 80. São Paulo. *Caderno Pesquisa*. nº 87, p. 71-81, Fev. 1993.
- SCHINEIDER, Dorith. Alunos Excepcionais: Um Estado de Caso de Desvio. In. *Desvio e Divergência – Uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1985: 52-81.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu: Trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ. 1999.
- TELLES, Vera da Silva. A Experiência da Insegurança: Trabalho e Família nas Classes Trabalhadoras Urbanas em São Paulo. São Paulo : USP. *Tempo Social*, v. 4 (1-2), p. 53-93. 1992.
- VALLADARES, Lícia. *Que favelas são essas?*.
- ZALUAR, Alba. *Os Cidadãos Não Vão ao Paraíso*. São Paulo: Editora Escuta. 1994.
- _____. Crime, Medo e Política. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília: UNB. v. x, nº 2, Jul/Dez, p.391-416. 1995
- _____. A Máquina e a Revolta – As Organizações Populares eo Significado da Pobreza. São Paulo: Brasiliense. 2000.
- WOORTAMANN, Klaas. *A família das Mulheres*. Coleção Biblioteca Tempo Universitário nº 82. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. Brasília, em co-edição com CNPQ. 1987

Fontes Documentais

COGO, Pe. Jacy. *O Jeito Salesiano de Educar*. (panfleto)

FILHO, Pe. Genésio Zeferino da Silva Filho. *Sistema Preventivo*. Belo Horizonte: DEPS. 1997

FONSECA, Pe. Jairo de Matos. *O Oratório Salesiano*. Belo Horizonte: ED, Inspeção São João Bosco. 1996.

IMPRESALÊ– INFORMATIVO DO COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA.

- Ano II – junho/2001, Niterói, RJ
- Ano II – julho/2001, Niterói, RJ
- Ano II – Agosto/2001, Niterói, RJ
- Ano III – Abril/2002, Niterói, RJ
- Ano IV – Julho/2003, Niterói, RJ

MOMENTOS CEJOMM– INFORMATIVO MENSAL DO CENTRO JUVENIL ORATÓRIO DIÁRIO MAMÃE MARGARIDA.

- Ano I – Julho/2000, Niterói, RJ
- Ano I – Outubro/2000, Niterói, RJ
- Ano I – Dezembro/2000, Niterói, RJ
- Ano II – Abril/2001, Niterói, RJ
- Ano II – Maio/2001, Niterói, RJ
- Ano II – Junho/2001, Niterói, RJ
- Ano II – Abril/2001, Niterói, RJ
- Ano III – Maio/2003, Niterói, RJ
- Ano III – Agosto/2003, Niterói, RJ
- Ano III – Setembro/2003, Niterói, RJ

PAULA, Pe. Antônio Pacheco de. *Inspeção São João Bosco – Salesianos e Colaboradores Realizando a Missão do Fundador*. Belo Horizonte: CESAP. 2003.